

PARA ALÉM DOS CENTENÁRIOS:
HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES
CULTURAIS EM POMBAL (PB)



ELRI BANDEIRA DE SOUSA
LÍGIA REGINA CALADO DE MEDEIROS
EDINAURA ALMEIDA DE ARAÚJO
(ORGANIZADORES)

 **Pedro & João**
editores

**PARA ALÉM DOS CENTENÁRIOS:
HISTÓRIA, MEMÓRIA E
REPRESENTAÇÕES CULTURAIS EM POMBAL (PB)**

**Elri Bandeira de Sousa
Lígia Regina Calado de Medeiros
Edinaura Almeida de Araújo
(Organizadores)**

**PARA ALÉM DOS CENTENÁRIOS:
HISTÓRIA, MEMÓRIA E
REPRESENTAÇÕES CULTURAIS EM POMBAL (PB)**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Elri Bandeira de Sousa; Lígia Regina Calado de Medeiros; Edinaura Almeida de Araújo [Orgs.]

Para além dos centenários: história, memória e representações culturais em Pombal (PB). São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 229p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-5869-465-6 [Impresso]
978-65-5869-466-3 [Digital]**

1. Histórias. 2. Memórias. 3. Representações culturais 4. Pombal-PB. I. Título.

CDD – 900

Capa: Petricor Design

Fotografia e edição da imagem da capa: Lairton G. Formiga Alves

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2021

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	7
	A que será que se destina?	
	Elri Bandeira de Sousa	
	Lígia Regina Calado de Medeiros	
	Edinaura Almeida de Araújo	
	PREFÁCIO	13
	História local, História nacional	
	Durval Muniz de Albuquerque Júnior	
1.	HERANÇAS, PROCURAÇÕES E QUERELAS: A PRESENÇA FEMININA NOS SERTÕES DO PIANCÓ E DE PIRANHAS (SÉCULO XVIII)	19
	Rodrigo Ceballos	
	Alanna Soares de Morais	
2.	ENTRE A CIÊNCIA E O ESTADO, EM PARTES DO BRASIL: A PRÁTICA E O PERFIL INTELECTUAL DE MANUEL ARRUDA DA CÂMARA	37
	Osmar Luiz da Silva Filho	
3.	BRASIL OITICICA EM POMBAL: UM PALÁCIO DE PODER, VIGILÂNCIA E DISCIPLINA	63
	Edinaura Almeida de Araújo	
4.	CAMPONESES SOB CONTROLE: O NASCIMENTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE POMBAL E LAGOA	83
	Francisco das Chagas Silva Souza	

5.	O QUILOMBO DOS DANIEL E OS PONTÕES: UMA RELAÇÃO DE IDENTIDADE	105
	Francisco Jarismar de Oliveira	
6.	“ENSABOA, MULATA, ENSABOA”: PERCEPÇÕES E MÚLTIPLOS USOS DO RIO PIANCÓ NO MUNICÍPIO DE POMBAL – PB	121
	Gilcean Silva Alves	
7.	LEANDRO GOMES DE BARROS: UM CRONISTA POPULAR	143
	Ione dos Santos Severo Formiga	
8.	MULHERES DA POÉTICA DE LEANDRO GOMES DE BARROS: COM QUANTAS SE FAZ UMA DONZELA?	159
	Lígia Regina Calado de Medeiros	
9.	A LÍNGUA NA “BOCA DO POVO”: MANIFESTAÇÕES DE FALA EM POMBAL – PB	187
	Maria Aparecida Calado de Oliveira Dantas	
10.	MEMÓRIA E SAUDADE NA CRÔNICA CONTEMPORÂNEA DE POMBAL/PB	205
	Elri Bandeira de Sousa	
	SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	225

APRESENTAÇÃO

A que será que se destina?

A existência do livro *Para além dos centenários: história, memória e representações culturais em Pombal-PB*, ora apresentado à comunidade leitora, é antes de mais nada a realização de um desejo, manifesto entre autores, colegas de formação; e estendido a outros colaboradores com idêntico perfil acadêmico, que viram muito sentido num projeto de escrita proposto para refletir criticamente sobre a cidade, em variados aspectos e em conformidade com a área de atuação desenvolvida por cada um(a).

Melhor dizendo: a ideia do livro surge com a intenção de reunir pesquisadores e pesquisadoras que de algum modo tiveram ou têm a cidade de Pombal-PB como objeto de estudo, alguns deles contribuindo, inclusive, com a produção de conteúdo realizada em compromisso acadêmico com alguma instituição à qual se vinculou. Assim sendo, é bom que se diga, aqui se apresentam, espriados entre os capítulos todos, trabalhos de natureza investigativa e científica, e que se achavam inéditos, à espera, talvez, de uma oportunidade singular de publicação, agora chegada.

Para tanto, o desafio de feitura estava posto: reunir a diversidade de abordagens numa mesma publicação, que já nasce vária como tão bem revelam os títulos de cada discussão. Uma heterogeneidade marcada e ao mesmo tempo justificada pelo apreço ao tema maior, que é a cidade de Pombal-PB, percebida, neste intento, sob o olhar acadêmico-científico que dera origem aos textos todos da obra, e uma contrapartida ao tanto que se tem produzido e publicado, fora dessa paleta, no contemporâneo da cidade.

Pombal-PB é bastante proficiente no que se refere à produção literária manifesta em gêneros que vão da poesia à prosa; assim como apresenta repertório de publicação bastante significativo para aqueles e aquelas identificados, mais recentemente, por historiadores “livres”.

Particularmente, não gostamos muito dessa designação, pois faz pensar que os demais, porque comprometidos com uma institucionalidade, não o sejam. Mas entendemos, por sua vez, que o fato de não estarem ligados às amarras da convencionalidade na pesquisa institucional, movida, como se sabe, por prazos, fomentos e rigor de execução, assim realmente se façam parecer.

Quando reunido o grupo de trabalho para a escritura do livro, outro desafio se interpôs à empreitada: a interrogação recaindo, dessa vez, sobre a linguagem da comunicação pretendida. *Para além dos centenários: história, memória e representações culturais em Pombal-PB* é obra, como vem se enfatizando, produzida por pesquisadores e pesquisadoras da lida acadêmica e, por esta razão, talvez, afeitos a um discurso por demais formal, ainda quando não fosse essa a intenção primeira. Do risco dessa ocorrência, porém, os autores sempre estiveram cientes, assim como do possível desinteresse por parte da recepção. Superada essa preocupação inicial, podemos assegurar que o resultado atende aos dois objetivos traçados: rigor acadêmico e linguagem acessível aos mais variados públicos.

Importante dizer, também, que entre as muitas mãos que edificam o livro e o trazem a público, quão significativo representa a essa organização o encontro de saberes que agregam à obra o seu valor. Especialmente ao reunir em torno da sua construção, e de forma ímpar, o empenho de historiadores, pesquisadores da Literatura e da Linguística, biólogo, e todos, em sua imensa maioria, educadores, mestres e doutores. Esse grupo orgulha-se, ainda, em contar com a parceria autoral de uma graduanda – até porque é sabedor da importância crucial do pesquisador júnior.

Reside na paleta diversificada dos capítulos que o compõem uma riqueza de abordagem temática que vale muito a pena ser lida e/ou revisitada, e que vai da Pombal-PB dos centenários, reencontrada nos arquivos históricos, numa perspectiva cartorial, a uma apreciação de leitura crítica sobre a produção de cronistas contemporâneos e em plena atividade no cotidiano da cidade. Mesmo não tendo nenhuma pretensão de fidelidade à cronologia dos fatos, o livro termina, sim, por oferecer ao (à) leitor(a) um belo recorte temporal, seja porque trata

de realidades, acontecidas ou ficcionais, seja por que, em suma, o tempo será, sempre, disto não nos resta dúvidas, senhor de todos os contextos a que os capítulos se referem.

Desses capítulos, os quais passamos a mencionar, aleatoriamente, quão necessário se faz mais saber sobre o Arruda da Câmara, e para além do referente restrito à nomeação de um colégio igualmente importante para a educação do município. Perguntamos, ainda, quem, sendo pombalense, não guarda nos escaninhos da memória o apito da Brasil Oiticica, a fatiar aquele mesmo tempo, anteriormente mencionado, na mensuração, agora, de horários e turnos, para os moradores daquela localidade. Como se estivesse a lembrar-lhes o rigoroso das horas, fosse para quem ia ou voltava do trabalho - o da fábrica, principalmente -, fosse para quem tinha compromissos de entradas e saídas em ambientes escolares, por exemplo.

No que compete ao mapa linguístico da Paraíba, há quem defenda, por aí, que o fonema “P”, quando pronunciado por pombalenses, parece mais explosivo do que em muitas outras falas da redondeza. E se isto ajuda a construir identidade entre os falantes de uma cercania, bom é nos reconhecemos nela, ainda que por um recorte de amostragem. No enalço do desenvolvimento, que dizer, por sua vez, da relação que a cidade estabeleceu ao longo dos tempos, pelo uso das águas, com o rio Piancó, que a banha e por ela passa? E que elucidativo é ler a respeito disto sem que a discussão gravite apenas por elementos da biologia; muito ao contrário, reverta os significados desta relação para o que se constitui uma “ordem” cultural nos acontecimentos citadinos.

Por falar em cultura e representatividades, temos consciência de outras tantas da alçada da cidade, e que poderiam ser evidenciadas. Mas há que se respeitar, também, as especialidades dos autores. As que aparecem circunscritas ao livro *Para além dos centenários: história, memória e representações culturais em Pombal-PB* estão em consonância, é preciso lembrar, com a competência e a perspectiva de cada autor no tratamento do tema proposto. Assim é que um nome como o de Leandro Gomes de Barros nos pareça

tão caro a um investimento de apreciação crítica de duas autoras. Seja quando põem em evidência o poeta crônico, ou aquele que já em sua biografia atesta ter vivido de e para a sua arte literária; seja quando na lembrança das obras analisadas e talvez mais conhecidas pelo público, um tema tão relevante quanto o da representação pela crítica de gênero seja a elas submetido. O mesmo empenho em construir abordagens inovadoras podemos verificar nos trabalhos dos autores que se detiveram em estudos como o da fundação do sindicato dos trabalhadores rurais – o que nos remete ao forte traço agropecuário da economia do município – e do Quilombo dos Daniel e os Pontões.

Tudo não passa, ao final, de novos olhares para um mesmo objeto de percepção. E é de novos olhares que o livro trata. Não com a pretensão de com isto ser tomado por exclusivista; ao contrário, ensejando atrair tão-somente, quem sabe, contribuições outras ao debate.

O livro reserva, ainda, uma especialidade que dá muito orgulho aos autores envolvidos, visto que grande parte deles igualmente nascidos naquele chão. O ano 2021 celebra para a cidade o tricentenário da Igreja Nossa Senhora do Rosário, das mais ricas potencialmente em termos de patrimônio para a cidade e para o país. Conseguirmos lançar, portanto, o *Para além dos centenários: história, memória e representações culturais em Pombal-PB*, no ano alusivo às comemorações, sem dúvida que muito representa para cada um(a) de nós. É nossa forma, também, de homenagear a cidade, em tão inusitado e festivo momento.

De outra monta, termos Durval Muniz de Albuquerque Júnior como prefaciador da obra, aqui apresentada, é outra honraria que nos foi permitida. A apreciação crítica deste que figura na atualidade entre os grandes da historiografia brasileira, a prescrever recomendações de leitura para esse que acabamos de editar, funciona como uma espécie de arauto para uma autorização ao livro concedida. Durval foi parceiro na vida de estudos bibliográficos de vários dos autores e autoras aqui reunidos, de

modo que é sempre uma alegria, ainda, podermos contar com a leitura categórica, rigorosa, igualmente atenta ao nosso trabalho.

No mais, é desejar que você, leitor(a), aprove o que está feito e que esse fazer seja prenúncio de interesses outros que por ventura possam vir por intermédio dele.

Boa leitura!

Elri Bandeira de Sousa
Lígia Regina Calado de Medeiros
Edinaura Almeida de Araújo

PREFÁCIO

Costuma-se estabelecer hierarquias entre a chamada história local e a denominada história nacional. Como se o recorte espacial utilizado para demarcar o objeto de pesquisa tivesse repercussões na qualidade ou na importância do conhecimento produzido. A dicotomia local *versus* nacional, na verdade, materializa, em termos acadêmicos e intelectuais, hierarquias de poder no interior do campo historiográfico. Essa hierarquia entre espacialidades se liga diretamente à questão do lugar de fala, da legitimidade de quem fala e de onde fala. O campo historiográfico não está isento - como nenhum campo de saber está - de disputas e conflitos por reconhecimento, legitimidade, prestígio, visibilidade, financiamento, status, centralidade e respeito. O funcionamento dessa hierarquia implica a definição de quem é reconhecido como legítimo para falar pela nação e quem só possui legitimidade para falar pela região ou pela localidade.

Mas, afinal, onde se passa a história nacional, onde ocorreram e ocorrem os eventos que a constituem? Embora possamos admitir que há eventos que repercutem nacionalmente e aqueles que apenas possuem uma repercussão mais local ou regional, os eventos considerados nacionais acontecem onde, senão em um dado local? A dicotomia entre o local e o nacional, portanto, não se sustenta ou se justifica a partir da geografia dos eventos que constituem a história do país. Se todo evento histórico é, em última instância, local, por que alguns são elevados à condição de partícipes da história nacional e outros não merecem o mesmo destaque? Está claro que essa partição não se dá em nível dos eventos mesmos, mas sim no âmbito das divisões e hierarquias estabelecidas pela escrita historiográfica, pela comunidade dos historiadores. Sabemos que os historiadores que militam e representam os espaços hegemônicos na geopolítica da nação são aqueles que vão se arvorar a nomear tudo que fazem, mesmo que

seja um texto ou um livro sobre um acontecimento absolutamente localizado, como sendo a escrita da história nacional. Se os espaços que representam e de onde emitem seu discurso, se as instituições em que produzem conhecimento histórico se localizam nos espaços definidos como centrais, no próprio espaço nacional, eles se sentem legitimados a ocuparem o lugar de historiadores nacionais, aqueles que fazem história em nome da nação.

Mas essa geografia desigual do conhecimento histórico só se sustenta e se legitima, porque os historiadores que escrevem história e produzem conhecimento histórico nos espaços e instituições consideradas periféricas no país, se assumem como historiadores regionais ou locais. A hegemonia historiográfica, acompanhando a hegemonia política e econômica de dados espaços no interior da nação, se sustenta e se reproduz porque os historiadores da chamada periferia do país assumem o lugar de segunda categoria de historiadores regionais ou locais. Uma hegemonia só se mantém quando os grupos envolvidos nas disputas e conflitos acabam por aceitar as mesmas regras, códigos, valores e ideias, mesmo que elas tenham funcionamento e impactos diferentes para cada lado das forças em embate.

Em nosso país é aceito, com naturalidade, que um historiador paulista ou carioca enuncie que seu trabalho, sobre um dado município de seu estado, constitui uma página da história nacional, que seu texto é uma contribuição à História do Brasil. No entanto os historiadores do Nordeste, do Centro-Oeste ou do Norte do Brasil, mesmo tomando como objeto de seu trabalho eventos da história de mais de um dos estados da federação, afirmarão e serão vistos como fazendo história regional. Caso abordem a história de um município, em particular, serão nomeados, e quase sempre assumirão essa nomeação, de historiadores locais. As hierarquias espaciais que nascem dos recortes de espaços, da escala espacial que uma pesquisa historiográfica assume, estão atreladas, portanto, a outras hierarquias espaciais, a hierarquias geopolíticas entre estados, regiões, instituições de ensino e pesquisa, entre as distintas espacialidades que configuram o espaço nacional.

Segundo essa geopolítica do saber, essa geografia do conhecimento, o livro que vocês têm em mãos seria apenas uma contribuição para a história local, para a história da povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Pinhancó (1698), para a história da Vila Nova de Pombal (1772) e para a história da cidade de Pombal (1862). Seguindo essa lógica, essa obra seria menor, pois aborda um recorte espacial de menor extensão, essa obra daria uma contribuição limitada para a historiografia, pois se dedica a estudar eventos da história de um local bem delimitado. Como se os eventos ocorridos no espaço que hoje é nomeado de município de Pombal, no estado da Paraíba, não fizessem parte da história do país. Essa obra, apesar de tratar de eventos ocorridos num dado recorte espacial específico, é sim uma obra de história nacional, tem a mesma importância que qualquer obra que aborda eventos ocorridos no município do Rio de Janeiro ou de São Paulo, pois nos permite conhecer, a partir de um recorte espacial específico, processos estruturais da própria constituição da nacionalidade.

O livro organizado por Elri Bandeira de Sousa, Lígia Regina Calado de Medeiros e Edinaura Almeida de Araújo aborda diversos eventos e aspectos da história da cidade de Pombal. Como o título da obra enuncia, ela pretende ser mais do que aqueles livros que são produzidos e impressos para comemorar o centenário de emancipação política ou da elevação à categoria de cidade de um dado espaço municipal. Ela é uma obra que documenta o impacto da formação no campo da história e em outros campos do saber universitário, entre as novas gerações de habitantes dos municípios do sertão paraibano. Ela é resultado da disseminação da prática da pesquisa acadêmica, da pesquisa em arquivos, entre os estudantes que, muitos pela primeira vez em suas famílias, chegaram à universidade. Apoiados em leituras no campo da teoria e da metodologia da pesquisa histórica, os textos reunidos nesse livro testemunham uma nova abordagem de temas, muitas vezes, sujeitos à mitificação e a abordagens sem o devido aparato crítico, que constituem a memória local ou que foram objeto de obras de historiadores amadores, muitos deles vinculados ao poder local.

O livro *Para além dos centenários: história, memória e representações culturais em Pombal (PB)* merece figurar como uma contribuição à historiografia nacional justamente por superar as limitações de uma produção local de memórias e narrativas históricas, por partilhar com essa historiografia do mesmo aparato crítico e dos mesmos métodos de análise, de produção do objeto e de escrita da história. Destaque-se a variedade temática, de recortes temporais e de abordagens que o livro enfeixa em suas páginas, permitindo ter uma visão panorâmica da diversidade de fontes disponíveis para a pesquisa, inclusive da possibilidade de novas questões e de novos eventos a serem estudados. Ela se tornará, com certeza, obra de referência para aqueles que queiram fazer a história, não só do município de Pombal, das ribeiras do Piancó e do Piranhas, dos sertões da Paraíba e do Nordeste, mas a história do país olhada a partir dos espaços que são considerados, hoje, periféricos, mas que já tiveram uma enorme centralidade na própria implantação da conquista e estrutura colonial entre nós. A matança que o terço comandado pelo capitão Teodósio de Oliveira Ledo promoveu contra os índios Tarairiús, Coremas e Panatis, no ano de 1697, festejado como um bom sucesso, por “limpar” os sertões da presença dos bárbaros e abrir espaço para a criação da povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Pinhancó, e para as doações de muitas sesmarias, datas de terras a seus seguidores brancos, como mercê pelos serviços prestados à sua Majestade, o rei de Portugal, é um capítulo exemplar da história da constituição da estrutura fundiária e das elites agrárias brasileiras.

O livro, de forma pioneira, traz a participação das mulheres nesse processo de conquista e ocupação territorial, levado a efeito no período colonial, articulando uma abordagem de gênero a um tópico clássico da história da colonização e da conquista das terras sertanejas pelos homens brancos, no texto escrito por Rodrigo Ceballos e Alanna Soares de Moraes. No capítulo seguinte, Osmar Luiz da Silva Filho aborda a trajetória de um ilustre filho da terra, o cientista, médico e religioso Manuel Arruda da Câmara, filho daquele que foi o primeiro governante da Vila Nova de Pombal,

Francisco Arruda da Câmara, um importante humanista do final do século XVIII, fundador da primeira loja maçônica do Brasil, o Areópago de Itambé, sendo, portanto, um personagem da história nacional e não apenas da história local. Nos capítulos seguintes se abordam temas que também tocam em processos que se deram em âmbito nacional e que são iluminados a partir de eventos ocorridos no espaço do município de Pombal, como: o processo de industrialização, que pode ser visualizado a partir do caso da fábrica de óleo de oiticica, a Brasil Oiticica, que se instalou nesse município, na década de 1930, tratado no texto de Edinaura Almeida de Araújo; a criação do sindicalismo rural, com a participação da Igreja Católica, visando combater a infiltração comunista no campo, com o estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa, por Francisco das Chagas Silva Souza; o processo de reconhecimento público e de regularização das terras dos quilombos, com o estudo de caso do quilombo urbano dos Daniel e de suas manifestações culturais, por Francisco Jarismar de Oliveira; a história ambiental, com o interessante estudo sobre os usos que a população de Pombal faz das águas do rio Piancó, por Gilcean Silva Alves; além das temáticas ligadas à história cultural e da linguagem, como os capítulos dedicados ao poeta Leandro Gomes de Barros e as imagens do feminino presentes em suas obras, escritos por Ione dos Santos Severo Formiga e Lígia Regina Calado de Medeiros; o capítulo dedicado aos falares, aos usos particulares da língua portuguesa pelos pombalenses, de autoria de Maria Aparecida Calado de Oliveira Dantas e aquele dedicado a pensar a presença da saudade nos escritos de cronistas da cidade, elaborado por Elri Bandeira de Sousa.

Como veem são estudos que, embora partam de um recorte espacial visto como local, tratam de processos, eventos, aspectos e personagens históricos que têm alcance nacional e que oferecem, dado o recorte específico que fazem, outras perspectivas, e uma mirada mais aproximada, mais complexa sobre os temas que abordam. Convido a você que tem o livro em mãos, que está em dúvida sobre

sua relevância por se ater à história de um município sertanejo, que supere esse preconceito, que não meça a qualidade e a importância de uma obra pelo tamanho do recorte espacial de que trata, que supere essa pretensa relação entre recorte espacial menor e menoridade da própria representatividade e legitimidade do livro. Espero que todos tenham um bom sucesso em superar essa mirada hierárquica que classifica e localiza as produções dos historiadores brasileiros a partir de seus pertencimentos espaciais e institucionais. Obras, como essa, são essenciais para rompermos com essa geografia do conhecimento, para afirmar a possibilidade de escrevermos História do Brasil em qualquer lugar em que estejamos, dentro ou fora do país. Só nos afirmamos realizando, escrevendo, pesquisando, publicando, sem internalizarmos hierarquias e complexos de inferioridade. Só construímos outras centralidades, descentralizando; só estabelecemos outras legitimidades, deslegitimando; só romperemos com as hierarquias, desierarquizando, e, para isso, temos que fazer como os autores desse livro: construindo novos saberes e novos olhares, a partir de novos lugares.

João Pessoa, 05 de agosto de 2021.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

HERANÇAS, PROCURAÇÕES E QUERELAS: A PRESENÇA FEMININA NOS SERTÕES DO PIANCÓ E DE PIRANHAS (SÉCULO XVIII)

Rodrigo Ceballos (UFCCG/CFP)

Alanna Soares de Moraes (UFCCG/CFP)

A partir da segunda metade do século XVII a nova coroa lusitana, com a guerra da Restauração contra o reino da Espanha dos Filipes e com o apoio do Estado do Brasil à nova dinastia dos Bragança, voltou-se aos projetos de conquista e colonização dos sertões do Norte.

Os objetivos expostos pelos sertanistas à coroa foi o da busca por riquezas minerais e a possibilidade de criação de assentamentos para a expansão do Império português. Tais movimentos de deslocamento ao interior das capitâneas do Norte eram justificados por poderem “oferecer negócios de farta importância” ao reino¹. A defesa e manutenção de velhas vias terrestres, especialmente litorâneas, assim como a criação de novos caminhos de comunicação para o interior do Estado do Brasil e de ligação ao Estado do Maranhão e do Grão-Pará tornou-se fundamental para a formação de uma economia local nos “ermos sertões do Norte”. De acordo com Damião Esdras Arraes, este foi um dos principais motivos para a fundação das primeiras freguesias na região.

Entretanto, este novo espaço de conquista não era um vazio inabitado. À medida que a descoberta de metais preciosos não trazia grandes expectativas, a criação de gado e sua circulação pelas vias terrestres ganhava maior espaço e enfrentava, ao mesmo tempo, forte resistência indígena, vinda de diversas etnias que habitavam os sertões.

¹ ARRAES, 2012, p. 102.

Não por acaso, foi por meio do crescimento da economia pecuária nas ribeiras dos sertões que se expandiu o povoamento. De acordo com Capistrano de Abreu, o avanço da criação do gado envolveu a formação dos “caminhos de dentro”, partindo-se aos sertões da Bahia, alcançando os rios São Francisco e Parnaíba e, assim, atingindo-se o Estado do Maranhão². As reses que seguiam para Pernambuco atravessavam, por sua vez, o que Abreu denominou dos “sertões de fora”, atingindo as serras da Borborema e alcançando o Ceará. A estrada passava pela ribeira do Jaguaribe, em Pernambuco, atingindo o rio Piranhas e, assim, a atual cidade de Pombal³.

O encontro com etnias indígenas foi inevitável e os conflitos tornaram-se uma preocupação presente nas entradas dos sertões. Na margem do rio São Francisco, nos conta Capistrano de Abreu, terminou-se por criar gado em grande quantidade e as bandeiras de paulistas enfraqueceram lentamente as investidas indígenas⁴. De qualquer forma, a conquista das almas nos sertões ainda tardaria. Reconhecidos com o termo generalizante de “tapuias”, as etnias distanciadas do litoral, não falantes da “língua geral”, foram definidas pelos missionários como bárbaras por fugirem dos tentáculos da política de catequese das ordens religiosas estabelecidas na América portuguesa. Para este contexto de avanço lusitano pelos sertões do Norte e apresamento dos “índios bravios”, Puntoni chama-nos a atenção de que “o termo ‘tapuia’ não [deve] ser compreendido como um etnônimo, mas sim como noção historicamente compreendida”⁵.

As guerras contra os índios, à medida que se avançava ao interior logo após a expulsão dos holandeses das capitâneas do

² ABREU, 1998, p. 83.

³ Idem, p. 86.

⁴ Capistrano de Abreu (1998) apresenta-nos brevemente em sua obra um panorama da instalação das boiadas nas ribeiras dos sertões do Norte. A partir da obra de Antonil (1982), *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, apresenta a quantidade de currais presentes nos sertões da Bahia e Pernambuco.

⁵ PUNTONI, 2020, p. 68.

Norte, surgiam como possibilidade dos sertanistas solicitarem mercês pelas terras conquistadas ou usufruí-las por mantê-las produtivas e protegidas contra indígenas que negavam reconhecerem-se como leais súditos do monarca português.

Desde 1667 tropas da conhecida Casa da Torre, da família D'Ávila, seguiram os caminhos dos sertões e estabeleceram-se às margens do rio São Francisco, próximo a Pernambuco, para criação de gado. Provavelmente o capitão de campo Domingos Jorge Velho (sobrinho) – responsável por entradas e ataques a quilombos –, a serviço do governador de Pernambuco, já adentrara por volta de 1660 pela mesma região e alcançara os atuais estados do Piauí, do Ceará e da Paraíba. No final do século XVII passou pelas ribeiras dos sertões da capitania da Paraíba do Norte, aprisionando índios e assentando seus homens para ocupá-las e protegê-las contra a resistência dos nativos. Igualmente, os D'Ávila, em aliança com sertanistas como o próprio Jorge Velho e com Domingos Afonso, organizaram “companhias exploratórias”. Junto a estes sertanistas, a Casa da Torre ocupou vastos sertões após intensos ataques indígenas, apossando-se inclusive de terras próximas às ribeiras dos rios Piranhas e Piancó.

De acordo com Wilson Seixas (2004), um dos principais representantes da Casa da Torre na conquista dos sertões do Norte, Francisco Dias D'Ávila, foi um dos primeiros a ocupar as terras do Piancó no ano de 1664. Para maior controle da ocupação deste novo domínio a coroa determinou em 1695 a demarcação das sesmarias com seus currais de gado, geralmente localizadas próximas às ribeiras. As ribeiras, com seus cursos d'água perenes, tornaram-se pontos de disputas não apenas com os nativos em guerra, conhecedores do meio, mas entre os próprios colonos recém-chegados que buscavam se estabelecer em regiões mais produtivas e favoráveis à criação de gado⁶.

Nos avanços rumo aos sertões do Norte e enfrentando a resistência indígena, o lusitano Teodósio de Oliveira Ledo,

⁶ MORAES, 2009, p. 15.

imbuído do título de capitão-mor das fronteiras de Piranhas, Cariris e Piancós, em 1694, e de conhecida família de sertanistas, promoveu a formação de um arraial. Com suas tropas formadas por nativos aliados e homens pobres, gente de guerra em busca de oportunidades de engrandecimento e ascensão social, veio a estabelecer um posto avançado de defesa e povoamento: o arraial de Piranhas. Ele não foi o único. De acordo com Simone Moraes Soares, em 1688, na ribeira do rio Piranhas havia outros dois arraiais comandados por Antônio de Albuquerque e por Domingos Jorge Velho. E mais ao norte, na ribeira do Assu, um outro coordenado por Manoel Soares de Abreu⁷. De acordo com Sarmiento, em 1697 foi criado o arraial de Piranhas e, como marco dessa ocupação inicial, construiu-se em 1702 a primeira igreja, conhecida como capela⁸. Logo depois, na década de 1720, se estabeleceu uma povoação denominada de Nossa Senhora do Bom Sucesso, habitada por colonos lusitanos.

Para o período de 1670 a 1750, Ana Paula Pereira de Moraes catalogou em torno de 155 cartas de doações de sesmarias envolvendo as regiões das ribeiras ligadas administrativamente à povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso⁹. As justificativas das mercês pelas terras apoiavam-se, especialmente, na participação dos homens de guerra na expansão territorial dos sertões e na sua proteção e manutenção em nome da coroa lusitana. Apesar das delimitações das posses serem difíceis de precisar em registros

⁷ SOARES, 2012, p. 84.

⁸ A precária obra da capela do aldeamento cederia, em 1721, à construção da igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (SARMENTO, 2007, p. 17).

⁹ Para análise das concessões de terras pela coroa portuguesa aos sesmeiros que desejassem ocupar, produzir e garantir a defesa nos sertões de Piranhas e Piancó ao longo do século XVIII, Moraes debruçou-se sobre dados presentes na obra de João de Lyra Tavares e na plataforma digital SILB (Projeto Sesmarias no Império Luso-Brasileiro, disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>). Por meio das informações que sobreviveram ao tempo, a autora analisou para os anos compreendidos entre 1670 e 1750 as práticas e costumes adotados para a concessão das sesmarias e, assim, pode compreender a formação espacial e social da região. (MORAES, 2015, pp. 168 e 169).

oficiais, a preocupação da coroa em padronizar a área de ocupação em “três léguas de comprimento e uma de largura” expressa meios eficientes na organização do espaço e no controle administrativo sobre os sesmeiros¹⁰.

Propriedades registradas e delimitadas melhoravam a produção e o criatório, fixavam os colonos lusitanos nos sertões, propiciavam a formação de aldeamentos e diminuíaam o controle econômico de famílias locais influentes, descendentes dos primeiros sertanistas, como os D’Ávila. De acordo com Moraes, o ouvidor da capitania da Paraíba do Norte já denunciara em 1735 a necessidade em demarcar as terras ocupadas nos sertões, e uma década depois o procurador da capitania informou ao governador que senhores de terras monopolizavam grandes áreas produtivas nas ribeiras do Piancó e de Piranhas em detrimento do erário da Fazenda Real¹¹.

Em 1711, movido por solicitação do governador da Paraíba ao Conselho Ultramarino, foi criado o Julgado do Piancó, sob responsabilidade de um juiz ordinário e seu escrivão. Estes oficiais de justiça dos sertões, mesmo sem um Senado da Câmara, mantiveram sua função de controle social.

De acordo com Yan Bezerra de Moraes (2016), os cargos administrativos, como o de juiz ordinário nos sertões de Piranhas e do Piancó, propiciaram exercícios de poder pela possibilidade de produção e guarda dos Livros de Notas. Estes homens, geralmente também detentores de cargos militares, rubricavam todas as páginas de um volumoso caderno em que eram acertados, quase que cotidianamente, procurações e compromissos de compra e venda de terras, dotes matrimoniais, cartas de alforria, venda de gados nos sertões. Por ser o produtor e detentor de um saber sobre a região sob sua jurisdição, os papéis social e político do juiz ordinário nas relações de poder locais e supralocais não eram desprezíveis.

¹⁰ MORAES, 2015.

¹¹ MORAIS, 2016, p. 71.

O tabelião do Livro de Notas na década de 1730, João Gaya da Rocha, por exemplo, era o irmão do futuro Procurador da Coroa e da Fazenda, Francisco Gaya da Rocha, tornando-se elemento chave para a circulação de interesses constituídos nos sertões. Neste mesmo período, um dos capitães-mores dos sertões das Piranhas e do Piancó, João de Miranda, militar envolvido com as principais famílias de conquistadores dos sertões e com o futuro procurador, também viria a ser seu juiz ordinário. Morais (2016) defende que estes espaços de controle administrativo, jurídico e militar, assim como em outras partes do Estado do Brasil, estavam conectados. A prestação de serviços militares era acompanhada pela possibilidade do controle administrativo da área tomada, formando-se família, terras produtivas e redes de cumplicidade.

Enquanto no reino pertencer a corpos militares era desonroso, em lugares de conquista como no Brasil escravista ser militar tornou-se uma oportunidade de afirmação social e distinção entre os homens livres, especialmente os pobres, vadios e pardos¹². Os capitães-mores e sargentos-mores dos sertões da capitania da Paraíba do Norte eram agraciados por uma economia política de privilégios por gozarem “de todas as honras, graças, privilégios, liberdades, isenções, e franquezas que, em razão do posto lhe pertencerem”¹³.

Além do título de uma “nobreza” vinda das armas, eram concedidos aos oficiais de ordenanças e auxiliares os privilégios e imunidades idênticos àqueles gozados no reino pelas tropas pagas. As Câmaras não podiam cobrar-lhes impostos, estavam proibidos de serem presos por dívidas e apenas eram julgados por tribunais especiais¹⁴. E devido à dificuldade da coroa em manter tropas profissionais de caráter permanente, criou-se por meio das ordenanças e corpos auxiliares a oportunidade de os moradores das conquistas prestarem serviços de caráter militar. Assim, além da concessão de terras, o serviço militar e os privilégios concedidos

¹² SILVA, 2010.

¹³ MORAIS, 2016, p. 88.

¹⁴ MELLO, 2005.

tornaram-se uma forma de reafirmação de um pacto entre os leais súditos das conquistas e a coroa portuguesa¹⁵.

A organização militar dos sertões do Piancó girou em torno da formação de tropas de Ordenanças. Embora Nogueira aponte que tais tropas tivessem um menor caráter profissional com uma força defensiva das mais reduzidas em relação às demais, nota-se que nos sertões do Piancó e Piranhas os ocupantes dos cargos de Ordenanças foram os que participaram ativamente das guerras bráslicas. Talvez seja notório da maior parte dos militares do Piancó serem integrantes das Ordenanças devido ao próprio caráter destas tropas. Diferentemente dos corpos de auxiliares (as milícias), os militares não podiam ser retirados de sua área de atuação. Esta medida justifica-se pela maioria ser detentora de uma poupança social no espaço de ação e não estar disposta a se desligar de suas redes de cumplicidade.

Para o caso dos sertões das Piranhas e Piancó, Moraes percebeu o interesse dos homens das Ordenanças pelo cargo de juiz ordinário¹⁶. Apesar dos capitães-mores estarem isentos em representar a justiça por meio de cargos camarários, alguns deles o ocuparam. Criou-se, assim, uma circularidade dos cargos de poder entre homens de “merecimento, capacidade e boa opinião”, ou seja, de uma elite local que participou do processo de conquista e estabeleceu-se progressivamente nos sertões.

Estes homens da justiça e das armas, pertencentes a uma economia de mercês capaz de proporcionar terras e legitimidade política, estabeleceram alianças locais pelos matrimônios. Os arranjos familiares foram estratégicos para a ampliação de prestígio e direito a terras, de cabedais e valores sociais mantidos simbolicamente em nome da mulher.

Foi através da presença feminina em documentos oficiais do século XVIII que se fomentou a curiosidade sobre o papel social de mulheres nas relações sociais nos sertões. Em inventários *post*

¹⁵ NOGUEIRA, 2010.

¹⁶ MORAIS, 2016.

mortem, procurações e autos de querelas do Julgado do Piancó, percebe-se a capacidade de decisão feminina em assuntos públicos e a manutenção de seus direitos e de seus cabedais adquiridos.¹⁷

A condição da mulher subjugada ao homem e às práticas sociais fez morada em nossa história por longo tempo, dificultando a compreensão da importância da participação feminina no cotidiano do Brasil colonial. O papel das mulheres foi reconhecido historicamente apenas quando analisado no cuidado da casa, do marido e dos filhos, tendo seus deveres restritos ao ambiente doméstico. Este contexto surge de um processo de disciplinarização dos corpos, neste caso, dos comportamentos femininos, ao considerarmos as práticas cotidianas trazidas do Velho Mundo aos territórios conquistados¹⁸. Os estigmas sobre o feminino canalizados nos afazeres domésticos e no afeto à família instauraram um modelo a ser seguido, em que a sociedade colonial oprimia comportamentos distintos da normatividade do ser mulher no século XVIII. O lugar da “santa-mãezinha” foi designado e fixado para o feminino, cristalizando historicamente as suas práticas¹⁹.

Entretanto, há registros históricos de mulheres que não se encaixaram neste estereótipo. Nos inventários de moradores e moradoras nos sertões de Piranhas e Piancó foram identificados bens deixados em forma de herança a viúvas e até mesmo mulheres de posses que tiveram seus bens partilhados entre a família logo após a sua morte.

¹⁷ Os inventários *post-mortem* correspondiam a “processos judiciais para a legalização de transmissão de bens. Antecedendo às partilhas, eles tinham como finalidade apurar o que compunha a herança, ou seja, os haveres, tais como terras, casas, escravos, animais, entre outros.” (SILVA, 2013, p. 18). Já as querelas eram denúncias, queixas. Nesse tipo de documento há conteúdos relativos a roubos, defloramento de mulheres antes do casamento, estupro, violências domésticas. As procurações, por sua vez, “são documentos cartoriais menores, através dos quais alguém (o outorgante) concede poderes a outra pessoa (procurador ou outorgado) para representá-lo ou exercer atividades em seu próprio nome.” (SILVA, 2013, p. 22).

¹⁸ DEL PRIORE, 1995, p. 19.

¹⁹ Idem, p. 44.

O inventário de Bonifácia Brito de Mello contém detalhes da partilha de seus bens quando de sua morte, no ano de 1774²⁰. O seu patrimônio foi avaliado em 1:404\$655 réis (um conto, quatrocentos e quatro mil e seiscentos e cinquenta e cinco réis), quantia significativa para a época naqueles sertões da capitania, caracterizando-se como um dos maiores cabedais localizados na documentação pesquisada. Vale salientar que as posses expostas fazem parte de um espaço de vida simples, em que sua economia, baseada na pecuária, e a sua elite local, formada por donos e donas de terras, expõem um cotidiano colonial específico e permeado por bens materiais que simbolizavam espaços de pertencimento social através de suas vestes, louças e mobílias; ou controle de mão de obra, como homens e mulheres escravizados, para o criatório de gado nas ribeiras. Entre os bens apresentados estão tecidos de “pano azul”, além de colheres de prata e de latão, considerados importantes o suficiente para serem citados como parte de sua herança.

Segundo Muirakytan Macêdo, elementos específicos como talheres e fazendas se destacavam por não existirem em abundância na região, sendo comercializados com altos preços. Ostentá-los no espaço doméstico, mesmo que em pequena quantidade, era uma estratégia de expor uma distinção social²¹. O poder simbólico do cabedal de Bonifácia Brito manifestou-se, em grande medida, a partir da dificuldade em possuí-lo nos sertões. No processo de partilha dos bens de Bonifácia Brito descreveu-se ainda a existência de cinco pedaços de terras e cinco africanos escravizados. Estas posses refletem, por sua vez, o poder econômico local mantido por essa mulher e por sua família no meio social do século XVIII.

Para a mulher havia duas possibilidades de obter a posse de bens: o dote e a herança. Enquanto solteira, era organizado um conjunto de bens controlado pelo patriarca da família para a

²⁰ Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, Paraíba. Inventários (século XVIII). Caixa 1734-1781, Inventário de Bonifácia Brito de Mello, ano de 1774.

²¹ MACÊDO, 2007, p. 185.

realização do casamento, conhecido como a prática do dote. Para as famílias mais pobres, esses bens significavam o adiantamento da herança; e para as mulheres mais abastadas proporcionavam um casamento mantido por acordos e representações sociais. O dote, portanto, era exercido como um meio de formar alianças políticas e econômicas entre famílias²².

O dote era incorporado aos bens do casal e administrado pelo marido, já que o controle do patrimônio era caracterizado como uma atividade predominantemente masculina. Todavia, dentro da condição do casamento, a mulher utilizava-se de estratégias sociais e jurídicas para garantir, quando necessário, o controle e administração dos bens. Segundo Baíza Faustino Soares, a “contribuição no cabedal familiar, além de motivo de orgulho, dava à mulher espaços de poder, mesmo que marginais”²³.

A possibilidade de controle do patrimônio do casal surgia a partir da negociação da garantia de posse dos bens que a mulher trazia no ato do casamento. Nesses casos, apesar do homem tornar-se responsável pela manutenção dos pertences, ainda deveria recorrer à autorização da esposa para a venda de bens que tivessem como origem o dote. Além dessa possibilidade de atuação feminina, o casamento por meação possibilitava à mulher herdar metade de todos os bens possuídos pelo casal ao ocorrer o falecimento do companheiro²⁴. Foi o que ocorreu com dona Ignes de Mello ao obter a herança deixada por seu marido, Leonel de Lima Mello, em 1763²⁵. Com a morte de seu cônjuge, foi deixada para ela metade de todos os pertences do casal, como “duas partes de terras”, avaliadas em 99\$980 réis (noventa e nove mil, novecentos e oitenta réis). A viúva também controlou os bens de seus cinco filhos até atingirem a maioridade.

²² ALENCAR, 2014, p. 46.

²³ SOARES, 2017, p. 126.

²⁴ ALENCAR, 2014, p. 40.

²⁵ Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, Paraíba. Inventários (século XVIII). Caixa 1734-1781, Inventário de Leonel de Lima Mello, ano de 1763.

Percebe-se que nas posses dos bens conquistados nos sertões, o dote não serviu apenas para arranjos na construção de alianças entre grupos sociais, mas também como forma de garantir à mulher meios, mesmo que periféricamente, de controle do cabedal da família. Dona Igenes, assim, obteve o direito a ter a completa administração de seus bens.

A mulher conhecia seu dote e agia em torno da importância deste perante a representação do nome do seu marido. Em 1773, Dona Maria Manoela da Silva, quando viúva pela segunda vez de membro da família sertanista dos Oliveira Ledo, optou por controlar seus bens, ganhando o direito de chefiar sua família. Ela descartou acordos com procuradores do falecido marido e até cancelou doações dele à Igreja. Sua primeira filha, Brazida da Silva, vinda de um primeiro casamento, foi relegada a segundo plano por não pertencer ao grupo familiar dos Ledo. Brazida, mesmo casada com o sobrinho de seu padrasto, recebeu um dote bem inferior e de menor importância do que o das suas meias-irmãs. Mas se sua mãe não conseguiu um arranjo familiar de importância no grupo dos Oliveira Ledo, passiva ao ver sua primeira filha relegada ao dote de um sítio em terras distantes ao grupo familiar, Brazida conseguiu inverter a situação quando do casamento da sua filha, a neta de Dona Maria Manoela. Ao invés de seguir um casamento endógamo, que não lhe garantiria maior proveito devido à marginalidade social junto ao seu grupo familiar, obteve sucesso com a aliança de sua filha com um comerciante sem títulos militares ou cargos administrativos, mas proprietário de uma “fábrica de gados”²⁶.

Por sua vez, os autos de querela também apresentam casos da atuação feminina na sociedade e seu poder de escolha nos sertões do Piancó. Nessas denúncias de crimes cotidianos, como roubos e violências físicas, surgem mulheres que recorrem à justiça para denunciar o abandono masculino após concretizado “o furto” da sua honra, da sua virgindade, do seu corpo.

²⁶ SOARES, 2017, p. 80-81.

Em agosto de 1763, no povoado de Nossa Senhora do Bom Sucesso – poucos anos antes desse povoado tornar-se vila de Pombal –, Joanna Maria de Lima recorreu ao juiz ordinário para que fosse oficializada sua denúncia. Segundo a querelante, o acusado Luciano de Souza havia se hospedado em sua casa e durante a permanência passou a tratá-la carinhosamente. Luciano, entretanto, revogou suas promessas de casamento após a relação e Joanna decidiu recorrer à justiça para garantir o seu direito da manutenção de sua honra e o casamento com o acusado²⁷. Uma segunda denúncia seguiu o mesmo fio de acontecimentos: a suplicante Maria da Conceição de Jesus, em 1780, afirmou que José Lopes do Nascimento havia realizado promessas de matrimônio e, por fim, violou seu corpo dentro de sua própria casa.²⁸

Os abusos masculinos levaram, algumas vezes, a uma situação jurídica que poderia ser denunciada pela mulher²⁹. Esta, utilizando de estratégias a partir das condições impostas no seu meio social, recorreu à justiça, “exibindo assim o potencial de ação e resistência das mulheres a uma sociedade na qual a exploração sexual fazia-se sem maiores consequências para os homens”³⁰. Diante desses casos o juiz determinava um auto de vistoria para comprovar a veracidade das denúncias. Confirmada a violação do corpo, o crime de sedução e o abandono de mulheres solteiras poderia ter como resultado o casamento e a garantia da honra feminina; ou a designação pelo juiz de uma quantia a ser paga à família da suplicante³¹. Essas mulheres, mesmo socialmente marginalizadas nas relações matrimoniais e familiares, souberam usufruir do

²⁷ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB (Cartório, Pombal-PB). Livro de Notas de 1761 a 1770. “Auto de querella e denuncia que da Joanna Maria de Lima de Luciano de Souza Vanderley morador nesta v^a”. 1763, sem paginação.

²⁸ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB (Cartório, Pombal-PB). Livro de Notas de 1761 a 1770. “Auto de querella e denuncia que da Maria da Conceicao de Jesus mulher solteira de Jose Lopes do Nascimento”. 1780. Folhas: 19v, 20, 20v, 21.

²⁹ DEL PRIORE, 1995, p. 76.

³⁰ Idem, p. 70.

³¹ SOARES, 2017, p. 114.

poder público e dos ideais moralistas que regulavam seu comportamento para se defenderem e, assim, garantir a “limpeza” de seu nome e a construção de laços familiares.

Os lugares de poder masculino dependiam, em grande medida, de uma honra feminina pautada no comportamento cotidiano das mulheres. Enquanto solteiras, guardariam sua virgindade até a realização do matrimônio; uma vez casadas, deveriam manter-se fiéis ao cônjuge³². O defloramento precoce da mulher solteira praticamente lhe tirava a possibilidade de realizar um bom casamento, além de lhe descartar a chance rara de alianças sociais e econômicas através do matrimônio.

A aquisição de cabedais familiares simbolizava, além do patrimônio material, um poder local, construtor de laços de fidelidade e amizade com parentes, amigos e com autoridades administrativas. De acordo com Janice Correa Silva, “era necessário ‘inventar o cotidiano’, fazer e refazer alianças, estabelecer pactos mútuos e cumpri-los”, ou seja, os bens simbólicos concretizavam uma forma de distinção social e marcavam um lugar de ascensão numa economia de saberes dos quais a mulher era partícipe³³.

O valor familiar repousava na virtude feminina. Apesar de viver à margem de uma sociedade androcêntrica, a mulher criou espaços de participação social e explorou, estrategicamente, lugares de poder. Compreende-se que a honra era um símbolo que alcançava a esfera pública que as mulheres também dominavam, cuja manutenção girava em torno do cumprimento de um código moral perante à sociedade³⁴.

A presença do feminino nos sertões do Piancó e de Piranhas também é perceptível no campo econômico. Nas procurações guardadas nos Livros de Notas apresentam-se redes de notáveis construtoras de alianças, algumas controladas por mulheres, mantenedoras de interesses econômicos comuns. As procurações

³² DEL PRIORE, 1995, p. 19.

³³ SILVA, 2013, p. 105.

³⁴ ALGRANTI, 1992, p. 127.

possibilitavam que um indivíduo concedesse poderes de representação, especialmente de compra e venda de mercadorias, a outros sujeitos por ele apontados. O outorgante dava, assim, acesso a representá-lo em outras regiões do Estado do Brasil.

Para a década de 1730, Yan Bezerra de Moraes (2018) identificou para a povoação do Piancó procurações destinadas não apenas a homens de negócios, mas a clérigos, licenciados e homens do reino. Na arquitetura de poderes do Estado do Brasil não havia, na prática, como desvincular as relações comerciais dos detentores de cargos administrativos, militares, padres ou doutores. Na região do Piancó, os caminhos do comércio costumavam levar para a cidade de Olinda e Vila do Recife, Vila de Goiana, a cidade de Salvador da Bahia ou até mesmo às vilas do reino lusitano.

Nomes de mulheres também emergem nas procurações presentes nos Livros de Notas, mesmo em pequena escala, comprovando o domínio de seus bens adquiridos e comercializando seu gado por meio de representantes legalmente constituídos em outras capitânicas. Isabel de Barros Oliveira produziu, por exemplo, no ano de 1763, procuração com indicação de dezoito nomes. Alguns dos sujeitos indicados representavam-na na cidade de Salvador e na capitania de Pernambuco. Sua procuração indica o controle econômico que detinha e o destaque de seus bens:

Possam cobrar e arrecadar todas as suas dívidas, assim de dinheiro, ouro e prata, legados, heranças, escravos e seus produtos, encomendas e carregações como de outro qualquer gênero ou espécie que forem havendo o seu poder todos os seus bens móveis, semoventes e de raiz.³⁵

No mesmo ano em que Isabel Barros indicava seus procuradores, Francisca Mones de Mello também registrava diante do tabelião da povoação as atividades comerciais dirigidas por

³⁵ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB (Cartório, Pombal-PB). Livro de Notas de 1761 a 1770. "Procuração bastante que faz Isabel de Barros Oliveira". 1763, sem paginação.

ela.³⁶ Mello é referida na documentação como “geral administradora de seus bens” e registra a existência de procuradores para além da ribeira de Piranhas, como na vila de Goiana e na Cidade da Parahiba. Ainda em outra procuração surge o nome de Phelipa Josefa do Espirito Santo com dois representantes moradores na Vila do Crato, capitania do Ceará.³⁷ Seu interesse repousava em dívidas em seu nome e na sua herança, além de escravos e “produtos e encomendas”. Phelipa Josefa afirma que vivia de sua “agencia” e que possuía total controle sobre a administração dos seus bens.

Apesar de singulares, os casos de Isabel, Francisca e Josefa legitimam a presença feminina nas dinâmicas comerciais no Piancó. São esses indícios de atuação de mulheres em lugares sociais compreendidos como masculinos que comprovam a capacidade de controle econômico feminino nas veredas sertanejas; elas foram “donas” do sertão e deixaram suas marcas no desenrolar de atividades comerciais no interior da Capitania da Parahiba.

Através das nuances expostas nas documentações do século XVIII, na povoação do Piancó, comprovam-se lugares de atuação do feminino que extrapolam o espaço doméstico. Novos ofícios, formas de viver e de participar da sociedade colonial foram por elas experimentados. As mulheres sabiam das condições a que estavam submetidas e qual papel social deveriam cumprir naquele contexto, todavia, pequenos vestígios sobre o feminino mostram-nos como foram produtoras de seu próprio caminho; mulheres administradoras de suas vidas, disciplinadas para sobreviverem numa sociedade tipicamente androcêntrica, mas capazes de tornarem-se negociantes, proprietárias de terras e criadoras de gado.

³⁶ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB (Cartório, Pombal-PB). Livro de Notas de 1762 a 1765. “Procuração bastante que faz Francisca Mones de Mello viuva que ficou de Domingos Duarte de Carvalho”. 1763. Folhas: 33, 33v, 34.

³⁷ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB (Cartório, Pombal-PB). Segundo Livro de Notas de 1762. “Procuração bastante que faz Phelipa Josefa do Spirito Santo”. 1777, sem paginação.

Referências

Fontes

Fórum da Comarca de Pombal “Promotor Francisco Nelson da Nóbrega” (Pombal-PB)

Inventários (Caixa 1734-1781):

Leonel de Lima Mello, 1763.

Bonifacia Brito, 1774.

Cartório de I Ofício de Notas “Cel. João Queiroga” (Pombal-PB)

Livro de Notas de 1761-1770

Autos de Querela:

Joanna Maria de Lima, 1763;

Maria da Conceição de Jesus, 1780.

Segundo Livro de Notas de 1762:

Procuração:

Phelipa Josefa do Espirito Santo, 1777.

Livro de Notas de 1761-1770:

Procuração:

Isabel de Barros Oliveira, 1763.

Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**, 1500-1800. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1022>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

ALENCAR, Ana Cecília Farias de. **Declaro que sou “dona”, viúva e cabeça de casal**: mulheres administradoras de seus bens nos sertões de Quixeramobim. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2014. 151 f.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**: mulheres da Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas**: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

DEL PRIORI, Mary. **Ao Sul do Corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

MACEDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII). Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças Militares no Brasil colonial**: Corpos Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Entre mobilidades e disputas**: o sertão do Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750. 2015. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

MORAIS, Yan Bezerra de. **“Por ser de conhecida nobreza”**: elites locais e redes de reciprocidade no sertão do piacó, capitania da paraíba do norte, 1711 – 1772. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2018.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do Império**: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804). Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

PUNTONI, Pedro. **Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, Freguesias e Vilas na Paraíba Colonial**: Pombal e Sousa, 1697-1800. Dissertação

(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SEIXAS, Wilson. **O velho arraial de Piranhas** (Pombal). 2ª. ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

SILVA, Janice Correa da. **Em busca de distinção e riquezas: patrimônios materiais e poder no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahyba do Norte (segunda metade do Século XVIII).** Dissertação (Mestrado em História Cultural). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão do Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII.** Recife: Cepe, 2010.

SOARES. Baíza Faustino. **Dotadas de bens: os enlances matrimoniais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII).** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2017. 145 f.

SOARES, Maria Simone Moraes. **Formação da Rede Urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba Setecentista.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ENTRE A CIÊNCIA E O ESTADO, EM PARTES DO BRASIL: A PRÁTICA E O PERFIL INTELECTUAL DE MANUEL ARRUDA DA CÂMARA.

Osmar Luiz da Silva Filho (UFCG)

A Academia das Ciências limitou-se prudentemente ao estudo da natureza, campo bem vasto para ocupar cinquenta ou sessenta pessoas. A de Londres mistura indiscriminadamente literatura e física. Parece-me que é melhor ter uma Academia particular para as belas-letas, para que nada seja confundido e não se veja uma dissertação sobre o penteado das romanas ao lado de uma centena de curvas novas.¹

As sementes do algodoeiro são compostas de huma fecula de mucilagem, e de hum óleo, como tenho verificado muitas vezes por via de analyse: a dóze de azeite, que extrahido dos caroços do algodão, tem diferido muito, de sorte, que huma experiencia nunca condiz inteiramente com outra; porém tenho verificado, que se aproxima mais á razão de 8:1, ou 1/8.²

Agora o governo legitima-se planificando reformas e levando-as a cabo, mesmo contra os interesses estabelecidos. Daí que a administração deva ser transformada num instrumento racional e adequado, liberto de todos os constrangimentos de tipo corporativo. Os oficiais devem ser disciplináveis e livremente amovíveis, tal como se enfatiza, na legislação pombalina sobre os ofícios [...], e os procedimentos administrativos não devem ser cogentes para o soberano e, muito menos, utilizáveis pelos particulares para atrasar a ação reformadora.³

¹ VOLTAIRE, 1994, p.44

² CÂMARA, 1799, p. 18

³ SUBTIL, 1992, p. 160

As citações que reunimos para epígrafe se agrupam por um ponto: os nexos existentes entre um pensamento iluminista de ordem prática, encontrado no pensamento de Voltaire, que entende esse conhecimento como necessário ao progresso e ao desenvolvimento; as descobertas de um homem de ciência, filho da América, nascido na Capitania da Paraíba; e um Estado – o Estado Português – que se reestrutura em torno de um novo paradigma de ação política e administrativa, o paradigma “individualista”, moderno, posto em prática a partir do governo de D. José I. As ações que decorrem desse modelo moderno do Estado Português primam pela apresentação de um manual de política administrativa concebido a partir do reinado josefino e por seu ministro plenipotenciário, o Marquês de Pombal.⁴

Entrementes, ao tempo em que reúnem pensamentos que se cruzam, elas desenham o percurso que faz se encontrarem concepções e práticas de ciência individuais e de governo, de Estado, que tendiam a estabelecer uma polícia para a ciência, se necessário.

Isso pede, de nossa parte, um olhar sobre as investigações acerca da natureza do Brasil que ocorriam por esse tempo, através de um dos nossos mais expressivos naturalistas do século XVIII.

Em pesquisas feitas nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino⁵ investigamos o protagonismo de um dos cientistas da

⁴ Essa formulação está ancorada no pensamento do jurista e historiador António Manuel Hespanha. O paradigma jurídico-político designado “individualista”, seria um paradigma conceituado por Hespanha como “moderno”; sucede ao paradigma jurídico-político chamado “corporativo” embasado na Escolástica Medieval, que via a sociedade como um corpo, comparado a um corpo biológico, dotado de um destino metafísico.

⁵ A documentação relativa ao Arquivo Histórico Ultramarino foi viabilizada ao domínio público pelo “Projeto Resgate”, como é conhecido o Projeto de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Foi criado em 1995, através de uma parceria institucional, com a constituição e pactuação da Comissão Bilateral Luso-Brasileira. A disposição e acesso ao acervo foram seguidos da efetuação do trabalho de leitura paleográfica e catalogação da documentação por meio de textos-base que são apresentados ao pesquisador, para cada documento. Isso foi

natureza que viveu essas relações: Manuel Arruda da Câmara. Apoiados em correspondências e em suas iniciativas de estudo, referenciados em documentação de época, buscamos traçar o perfil de um intelectual que atua na segunda metade dos Setecentos e vira o século oferecendo à sociedade e à Sua Alteza Real estudos e investigações sobre a natureza brasileira em algumas partes do Brasil, algumas Capitâneas do Brasil.

Decompondo e recompondo os tempos, as histórias e a ação humana: uma escrita em movimento.

Em janeiro de 1771 o governador da Capitania de Pernambuco, Manoel da Cunha e Menezes, remete ao Secretário de Estado do Reino, Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Franco), um ofício em que comunicava estar enviando a Portugal, “os conhecimentos do que se tinha do pau-brasil”⁶, em resposta ao que fora pedido pelo Secretário de Estado ao final do ano anterior. Em março de 1771 ocorreu a formulação de novo ofício, com vigilante arrojo de zelo administrativo, no qual o mesmo governador transmitia novas informações ao obstinado Marquês, dessa vez “dando conta do conhecimento das arrobas da resina de jatobá existentes no Recife”⁷ informações acompanhadas de

possível graças ao trabalho intelectual de inúmeros profissionais que realizaram a paleografia das escritas em desuso. Os protocolos assinados pelas autoridades de ambos os países viabilizaram a salvaguarda e divulgação do patrimônio documental. Essa documentação está disponível a todos, por exemplo, através do “Projeto Resgate” da Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/projeto-resgate/>. A visibilidade do acervo para todas as Capitâneas está disponível pelo link: <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>. O acesso aos documentos que investigamos, relativos especificamente à Capitania da Paraíba, estão disponíveis em http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=014_PB; os que dizem respeito à Capitania de Pernambuco poderão ser acessados a partir do link: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&pagfis=1.

⁶ MENEZES, 1771a

⁷ Id, 1771b

extensivo envio da resina. Foram sessenta e duas arrobas enviadas por navio. Em maio do mesmo ano repete-se a formulação de novo documento⁸ acompanhado da remessa da mesma resina e, terminando o ano, em dezembro, é transmitida ao Marquês notificação acerca do “cumprimento de determinações sobre os direitos do fabrico da seda”⁹, uma vez que indicava o ajuste dessa fabricação com as ações de direção executadas pela recém-criada Companhia Geral de Comércio Pernambuco e Paraíba, no que se referia “ao emprego e remessa de goma copal e resina de jatobá”¹⁰. Essas fontes primárias nos levam a narrativas instigantes.¹¹

⁸ Id, 1771

⁹ Id, 1771a, p. 1

¹⁰ Id, 1771b, p. 2

¹¹ A partir de agora vamos referenciar, em rodapé, várias notas de referência que nos direcionam ao teor de relato contido nessas fontes, consultadas em seus textos. Nosso exercício será o de examinar suas narrativas e analisá-las para fins de investigação histórica. O leitor poderá ter acesso ao texto dessas fontes, uma vez que expomos os links de acesso nessas notas de referência.

PERNAMBUCO. Governo da Capitania De Pernambuco. **Ofício** do governador da Capitania, Manuel da Cunha Meneses ao secretário de Estado e Ultramar, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. [remetendo os conhecimentos do pau-brasil enviado ao Reino pela charrua real Nossa Senhora da Purificação e a relação do que ficou nos armazéns de Recife.] 19 jan. 1771. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Projeto RESGATE Luso Brasileiro. AHU_ACL_CU_015, D. 8511. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&Pesq=1771%20%20Manoel%20da%20Cunha%20e%20Meneses&pagfis=8277. Acesso em: 05 de out. de 2020.

PERNAMBUCO. Governo da Capitania De Pernambuco. **Ofício** do governador da Capitania, Manuel da Cunha Meneses ao secretário de Estado e Ultramar, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. [remetendo o conhecimento das arrobas de jatobá]. 18 mar. 1771. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Projeto RESGATE Luso Brasileiro. AHU_ACL_CU_015, Cx. 111 D. 8536. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&Pesq=1771%20%20Manoel%20da%20Cunha%20e%20Meneses&pagfis=82908. Acesso em: 9 de out. de 2020.

PERNAMBUCO. Governo da Capitania De Pernambuco. **Ofício** do governador da Capitania, Manuel da Cunha Meneses ao secretário de Estado e Ultramar, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. [enviando os conhecimentos das arrobas de resina de jatobá]. 31 maio 1771. Biblioteca Nacional

Por esse tempo a Capitania da Paraíba, sob a alçada da Capitania de Pernambuco desde a retirada dos holandeses, destinava ofício, no mesmo ano, por determinação do Governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao Secretário de Estado de Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Franco, relatando “a caixas de asucar e couros” que a Capitania estava enviando a Portugal¹². A referida carga constava de “184 caixas de asucar, 28 fexos de asucar e 2147 couros em cabelo”¹³.

O leque de questões administrativas trazia pautas diversas para essa parte do Brasil, a Capitania da Paraíba, em toda a sua extensão. Os assuntos para administrar eram os mais variados, eivados de litígios não somente civis mas, acima de tudo, pessoais. Por exemplo, ainda ao final do ano de 1770 chegava à mesa do governador da Cidade da Paraíba do Norte (atual cidade de João Pessoa) requerimento de Timóteo Gonçalves da Silva que solicitava confirmação da carta patente de coronel do Regimento de Cavalaria do distrito do Sertão do Piancó, “tendo em vista o padre Antônio Luís ter agido de má fé”¹⁴ e colocado João Dantas, no posto, quando o suplicante “se encontrava reduzindo índios”¹⁵ Em outubro de 1770 o brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro - governador da Paraíba – escrevia a Martinho de Melo e Castro

Digital Brasil. Projeto RESGATE Luso Brasileiro. AHU_ACL_CU_015, Cx. 111, D. 8558. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&Pesq=1771%20%20Manoel%20da%20Cunha%20e%20Meneses&pagfis=83031. Acesso em: 9 de out. 2020.

PERNAMBUCO. Governo da Capitania De Pernambuco. **Ofício** do governador da Capitania, Manuel da Cunha Meneses ao secretário de Estado e Ultramar, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. [enviando os conhecimentos das arrobas, de resina de jatobá.] 31 dez. 1771. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Projeto RESGATE Luso Brasileiro. AHU_ACL_CU D. 8558). Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&pagfis=83031. Acesso em: 9 out. 2020.

¹² CASTRO, 1771a

¹³ CASTRO, 1771b, p. 2

¹⁴ SILVA, 1770a, p. 1

¹⁵ SILVA, 1770b, p.2

pedindo que fosse despachado para Pernambuco ou Goiás, dizendo “viver mortificado por não poder exercer seu governo livremente”¹⁶. Os textos documentais referenciados abaixo apresentam as tramas engendradas.¹⁷

Mesmo diante da especificidade de cada Capitania, apesar do inegável impacto e dificuldade que se produzia ao se administrarem contenciosos jurídicos e administrativos, como os expostos acima, havia um chamamento e um ordenamento às mesmas para contribuir com o desenvolvimento do governo português na difícil segunda metade do século XVIII. Essa política de Estado exigia posicionamentos e respostas imediatas da Colônia, posse jurídica da MetrÓpole.

Desde o ano de 1763 o ouro enviado do Brasil a Portugal tinha se reduzido drasticamente. Por conta disso o Estado Português

¹⁶ CASTRO, 1770, p.1

¹⁷ PARAÍBA. Governo da Capitania da Paraíba. **Ofício** do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar [remetendo o mapa da carga em açúcar e couro na galera Bom Jesus dos Navegantes e São João Nepomuceno] 9 jan 1771. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Projeto RESGATE Luso Brasileiro. AHU_ACL_CU_ mc.42, D. 1902. Disponível em: http://resgate.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=014_PB&Pesq=1771JerônimoJoscadeMeloecastro&pagfis=16338. Acesso em: 7 de outubro de 2020.

PARAÍBA. Governo da Capitania da Paraíba. **Requerimento** de Timóteo Gonçalves da Silva, ao rei D. José I. [solicitando confirmação da carta patente no posto de coronel do Regimento de Cavalaria do distrito do sertão do Piancó, tendo em vista o Padre Antônio Luis ter agido de má fé e colocado no posto a João Dantas, quando o suplicante se encontrava reduzindo índios.] 27 out. 1770. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Projeto RESGATE Luso Brasileiro. AHU_ACL_CU, mc 31, cx. 24, D. 1900. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=014_PB&Pesq=1771JernimoJoscadeMeloecastro&pagfis=16333. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

PARAÍBA. Governo da Capitania da Paraíba. **Ofício** do governador da Paraíba a Martinho de Melo e Castro. [congratulando-se e pedindo para ser despachado para Pernambuco ou Goiás, já que vive mortificado por não poder exercer seu governo livremente. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Projeto RESGATE Luso Brasileiro. AHU_ACL_CU, cx. 24, D. 1998. Disponível em: http://resgate.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=014_PB&Pesq=1771Jer%c3%b4nimoJoscadeMeloecastro&pagfis=16325. Acesso em: 08 de setembro de 2020.

deveria empenhar-se em tirar das várias regiões do Brasil os produtos da então chamada “indústria agrícola”. Além disso, durante o governo de D. José I, que expediu plenos poderes ao seu Secretário Marquês de Pombal, havia, além da Economia Política de Portugal, com a defesa de seus interesses nacionais e as questões militares, uma base imediata de debates intensos sobre questões ligadas à filosofia e à educação.

No receiptuário pombalino estavam postos os princípios básicos de organização do Estado português que deveriam estar em conformidade uns com os outros: o incremento das indústrias; o desenvolvimento da cultura geral; o progresso científico; a vitalidade do comércio interno; a riqueza do comércio externo e a paz política. Paradoxalmente, em meio a isso, estava posto de maneira visível o autoritarismo político do Marquês de Pombal, diplomata e ministro todo poderoso do rei D. José I que defendia, na prática, o “Absolutismo Ilustrado” do monarca.¹⁸

É inegável, devemos dizer, que além de enfrentar os desafios comerciais dos outros países e racionalizar os monopólios da América Portuguesa, a Metrópole valorizava os méritos advindos do raciocínio, da experiência e da utilidade. O Iluminismo Português concedia atribuições à razão, ao conhecimento pelo experimento e ao produto do conhecimento que pudesse transformar-se em algo “útil” à sociedade, concedendo aos estudos práticos um potencial vetor de transformação e desenvolvimento para a nação.

Por esse tempo, Universidades como a de Coimbra foram reformadas em seus currículos e se equiparam com salas dedicadas ao estudo experimental. Por sua vez, no Brasil, houve o estabelecimento da Educação laica, impondo-se total impedimento à educação jesuítica empregada na Colônia, em seus Colégios e Aldeamentos, ao tempo em que o Marquês de Pombal decide pela expulsão dos jesuítas da América Portuguesa, em 1759.

¹⁸ Uma boa análise do perfil pessoal e de estadista do Marquês de Pombal pode ser encontrada em AZEVEDO, João Lucio. **O Marques de Pombal e a sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

As reformas pombalinas na educação deram-se a partir de 1759, por meio do Alvará de 28 de junho desse ano. Foi por esse Alvará que teve fim a educação catequética dos Jesuítas. Nos primeiros anos esse regramento estabeleceu aulas régias em algumas Capitanias, dentre elas a de Minas Gerais e a de Pernambuco. Conforme análise de Thais Nívea, “Pelo critério de natureza político-administrativa indicava-se o status das povoações que deveriam ser os centros atratores, como as cabeças de comarcas, as cidades e as vilas”¹⁹. Por essa via passava-se a se propugnar, no conjunto de mudanças desse tempo histórico, uma educação nacional que priorizasse a integração do indivíduo às ações do Estado. Na Europa, os tempos anunciavam mudanças pela força de um novo pensamento: o Iluminismo.

No tocante a essa questão, à reforma pombalina no âmbito do ensino, o governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, enviava em 1765 ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando a necessidade de prover a Capitania de novos mestres de gramática, uma vez que os jesuítas foram expulsos de suas funções. Por meio de seu incisivo mas adequado registro comunicava ao Secretário de Estado essa necessidade, uma vez que “vivendo a mocidade em huma ociosidade sensível se augmentarão os malefícios e se reduzirá tudo a uma ignorância lastimoza”²⁰. A notificação do governador era lúcida, devemos considerar, e enfática²¹. Examinando com a lente daqueles tempos,

¹⁹ FONSECA, 2010, p. 25

²⁰ CASTRO, 1765a, p. 3

²¹ PARAÍBA. Governo da Capitania da Paraíba. **Carta** do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo Castro ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [informando sobre a necessidade de prover a Capitania da Paraíba de novos mestres de gramática]. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Projeto RESGATE Luso Brasileiro. AHU_ACL_CU, 16 jun. 1765. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=014_PB&Pesq=1763%20%20Jer%c3%b4nimo%20Jos%c3%a9%20de%20Melo%20e%20Castro%20%20novos%20mestre%20de%20gram%c3%a1tica&pagfis=15248 Acesso em: 12 de set. 2020.

essa afirmação era incontestável. Da maneira como expunha “a continuar esse estado de coisas, por aqui não se encontrariam as civitas e as luzes, por que os jovens da Capitania ficariam no pior dos cativeiros, a ausência das Letras”²². Só estas poderiam dotar o espírito humano de liberdade e prepará-lo para uma transição de século. O consumo das Letras e Ciências seria um imperativo para o desenvolvimento dos povos.

Por esse tempo havia uma mobilização dirigida aos indivíduos, ao espaço público e aos Estados, pela presença e influência do pensamento iluminista. Os Estados começaram a perceber que não poderiam se desenvolver sem Ciência. Além disso, o pensamento iluminista convidava todos a serem agraciados pelas luzes, pela razão, pela convivência com a natureza, além de a estudarem cientificamente. Soma-se a isso a defesa do progresso, da civilização, da felicidade e da virtude. Havia ainda uma mensagem endereçada, em especial, ao indivíduo: este deveria ser agraciado especialmente pela liberdade.

Em 1777, entretanto, o Marquês de Pombal deixa o poder, como consequência do falecimento do Rei, dando de frente com os vários inimigos que perseguiu e colecionou. Durante o seu governo, como ministro cheio de poderes, objetivou introduzir indústrias no país, tornar o comércio rentável e conseguir o melhor proveito do ouro do Brasil. Propugnou e adotou medidas no campo econômico que vinculassem o mercantilismo ao poder absoluto real. O Secretário esforçou-se em recuperar as finanças e o processo de cobrança de impostos, principalmente na região aurífera. Estimulou a produção de açúcar e os comércios.

Paralelamente, num quadro efetivo de ação dos governos na área econômica, a Inglaterra procura o algodão bruto do Brasil. O espaço brasileiro entraria na órbita de um novo grupo de interesses: os fabricantes de tecidos de Lancashire e seus comerciantes, associados aos empreendimentos em torno do algodão, que tinham uma mentalidade agressiva e expansionista.

²² CASTRO, 1763b, p. 3

Sendo assim, com o governo da nova rainha de Portugal, D. Maria I, as partes do Brasil seriam sondadas sobre como responder à necessidade de desenvolvimento de Portugal, no último quartel do século XVIII.

Dentro dessa nova política de governo aportou em 1783, no Pará, uma Expedição Filosófica destinada ao Brasil, liderada pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, que trabalhava no Museu da Ajuda, em Portugal. Essa Expedição, composta por uma Comissão Científica, percorreu as Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá desenvolvendo trabalhos até 1792. Essas regiões ainda eram pouco exploradas. Caberia a essa Expedição investigar as condições materiais das vilas, povoados e fortes, além de tecer comentários filosóficos e políticos sobre tudo o que visse, por onde passasse. Esses estudiosos buscavam descobrir as Leis da Natureza, em especial o que estava retido nas plantas e animais das regiões percorridas que ainda não eram conhecidos e como esses animais e plantas poderiam servir para o desenvolvimento português. A comitiva poderia contar com dois desenhistas, chamados de riscadores, que faziam esboços com lápis ou carvão, sendo esse material, num segundo momento, aquarelado. Muitos desses materiais teriam que ser analisados vivos; outros iriam acondicionados para Portugal, para o Museu de História Natural.

Descobriu-se que algumas plantas poderiam se transformar e produzir cordas. A descoberta dessa “utilidade” concederia uma moldura científica e filosófica às essas ações. Muitos assuntos foram estudados, entre eles, a condição social e econômica dos índios, várias de suas etnias, as lavouras existentes e a cidade de Belém. As populações indígenas interessavam a Portugal porque eram vistas, dentro de uma política de Estado, como elemento de defesa para aquela região com poucos contingentes de colonos portugueses.

Quanto aos resultados dessa expedição, que durou nove anos, obteve-se mais de 1000 pranchas de imagens de animais e plantas. Desses materiais surgiram textos, produzidos pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, uma produção advinda de um

homem de ciência, que estudou a paisagem humana e a paisagem natural como agente do Estado Português.²³

Nas últimas duas décadas dos Setecentos, uma leitura passa a ser feita por Ministros como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, homem de Estado e muito articulado em Portugal e na Europa. Para ele, importante Secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar da rainha D. Maria I, a inserção de uma nova política econômica no Brasil deveria ser efetivada pelo governo português. D. Rodrigo lançou mão de uma política de combate às taxas improdutivas e onerosas, utilizando arrecadação fiscal pouco pesada; melhorou o sistema de contabilidade, liberou a instalação de manufaturas no Brasil e usou medidas de incentivo à produção industrial, associadas à atividade agrícola (tabaco, algodão, arroz e cana de açúcar) e à difusão de estudos literários sobre essas culturas. Em igual medida, financiou atividades econômicas através da “caixa de expansão de crédito”, com interesses maiores na agricultura e no comércio, na tentativa de ainda preservar a exclusividade metropolitana. Para tanto, D. Rodrigo lança mão da ação de iluministas, cientistas naturalistas e convoca esses atores a fazerem parte, por meio de seu trabalho de investigação, da política de Estado Português no último quartel do século XVIII e primeiras duas décadas do século XIX.²⁴

Entre suas escolhas está Manuel Arruda da Câmara. Cabe, a partir daqui colocá-lo em foco, elegendo-o para análise como um desses cientistas de importante participação, procurar apresentar seus feitos, bem como seu perfil intelectual.

²³ MORAES, Eulália Aparecida de Moraes et. al. *Filosofia Natural Lusa: A Viagem Philosophica e a Política Iluminista na América Portuguesa Setecentista*. In: **CONFLUENZI**. *Revista de Studi Ibero Amerani*. 2012. V. 4 N. 1: Di viaggi e viaggiatori: visioni e rappresentazioni. DOSSIER. Disponível em: <https://comfluenze.unibo.it/article/view/3083>.

²⁴ Sobre essa questão, ver uma análise das medidas tomadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, observando o capítulo de livro de CARDOSO, José Luís. *A transferência da Corte e a Abertura dos Portos: Portugal e o Brasil entre a ilustração e o liberalismo econômico*. In: OLIVEIRA, Luís Valente de e RICUPERO, Rubens (Org.). **A Abertura dos Portos**. SP: Senac, 2007. p.166-195.

O farol dos “Santos Olleos” e os assentos de “innocentes” no Sertão do Piancó: luzes para Manuel Arruda da Câmara.

O ano de 1752 registrou o nascimento de muitas crianças no sertão do Piancó e sertões próximos. No mês de outubro desse ano o Livro de Batismo da matriz do Piancó registrava o nascimento de Thereza “na fazenda dos Olhos de Agoa, Ribeira do Peixe”²⁵. Pela importância que se concedia ao rito inicial do Batismo na vida cristã, registrava-se com veemência o nascimento da “innocente Thereza, filha de Eugenio da Cruz e de sua mulher Anna Barbosa da Cunha”²⁶. Conferindo responsabilidades a todos os envolvidos com aquele assento, àquele registro, foram anunciados como padrinhos Vital da Cruz e Anastácia Mercês. Diante da pia batismal, por meio da aspersão de água benta e benção do sacerdote, acrescida dos “Santos Olleos” sobre a face da “innocente”, se mandou fazer o assento de Thereza e registrar no Livro de Batismo, com a assinatura do padre Francisco Barbosa Leal, cura do Piancó.

No mês seguinte “aos sete dias do mes, na Serra do Comissario”²⁷, foi batizado o inocente Joze, filho do Alferes Jorge Ferreira e de sua mulher Maria Magdalena. Foram padrinhos o comissário Theodato Alves de Figueiredo e Maximiana Maria das Mercês, filha do Capitão Manuel França. Menciona-se que foi dado o “sacramento dos Santos Olleos” e mandado fazer o assento desse batismo pelo qual também assinou o mesmo padre Francisco Barbosa Leal, cura do Piancó.²⁸

Semelhantes assentos de batismos encontramos nos anos anteriores e posteriores a 1752 no Livro de Batismo da Paróquia de

²⁵ LEAL, 1752a, fl.52

²⁶ Id, 1752b

²⁷ Id, 1752c, p 53

²⁸ POMBAL (PB). Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso. **Livro de Batismos (1748-1752). Registro de batismo [de] Thereza.** 18 out. 1752.

Pombal²⁹. Não poderá passar despercebido que o sertão do Piancó, em meados do século XVIII, estava cheio de vidas e de protagonismos de homens livres, índios, escravos e libertos, com registros de alforria ainda na primeira metade desse século.

O que pode desvelar esse véu que encobre as práticas humanas e acontecimentos nesses sertões, além dos muitos nascimentos registrados, é a própria dinâmica da organização material nesses espaços quando detectamos prestações de pagas efetuadas nos próprios locais de morada; procurações expedidas para cobrança de dívidas na Cidade da Paraíba, no sertão do Piancó, na Capitania de Pernambuco, na feira de Capuama, na cidade da Bahia etc.

As mais bem situadas famílias do sertão do Piancó, senhoras de muitos cabedais, assim exerciam suas práticas de fixação no território, por se anteciparem como condutoras do movimento da conquista e do provimento da terra, por meio da pecuária, o que distinguiu esses sertões no espaço colonial da América Portuguesa. A manutenção da posse e a transferência para os descendentes registram a cobrança de uma riqueza – por meio de procurações expedidas para cobranças de dívidas que podia se fazer móvel (bens móveis), não vinculada necessariamente aos bens de raiz, como casas e propriedades.³⁰

Pela metade desse século, no sertão do Piancó, se dá o nascimento de nosso personagem. Em que pese terem existido muitas histórias de pessoas que associaram seu pertencimento ao sertão, um deles se destacou pelo alcance de seus atos, direcionados a descobertas voltadas à investigação da natureza, Manuel Arruda

²⁹ POMBAL (PB). Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso. **Livro de Batismos (1748-1752). Registro de batismo [de] Joze.** 07 nov. 1752.

³⁰ Esse garimpo em documentação foi realizado ainda em 2006, por meio de nossa Pesquisa intitulada “O Averso do Silêncio: os lugares da escrita no alto sertão paraibano”, financiado pelo FAPESQ. A documentação que compulsamos encontra-se nos Livros de Notas do século XVIII, presentes no acervo do CARTÓRIO DE NOTAS DE POMBAL. 1º tabelionato de notas e ofício do registro de imóveis. Titular: Francisco Nóbrega de Queiroga, 529, centro da cidade de Pombal.

da Câmara. Nasceu no ano de 1752 no então sertão do Piancó³¹. Por esse tempo, no ambiente desse sertão, temos o evento da criação de um Arraial (por volta de 1695); Freguesia (1721) e a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, como é referenciada amplamente nos documentos cartoriais de 1725; Vila de Pombal (1772) – então pertencente à Capitania da Paraíba do Norte - e, posteriormente, cidade de Pombal (1862), no Período Imperial. Era filho de Francisco Arruda da Câmara e D. Maria Saraiva da Silva. Fez seus estudos preliminares em Goiana e estudou na Universidade de Coimbra e Montpellier, na França. Formou-se em Filosofia Natural e em Matemática. Em França teve contato com estudos de Lavoisier sobre Química e Fisiologia. A ciência química, por sinal, teve influência em seus estudos e investigações. Como muitos outros estudantes, nosso personagem volta ao Brasil, depois de viver um ambiente intelectual de profundas transformações na Europa. Segundo José Otávio Aguiar:

Seu interesse estava, mais do que em outros espaços de saber, na botânica e na fitoterapia que, em seus escritos, dialogavam, admiravelmente, com os primeiros e incipientes esboços de uma química dos solos.

Arruda era, portanto, um desses homens cujo ofício era a ciência. Havia estudado a Medicina e a Química na França das luzes, mas, na América Portuguesa, entregar-se-ia ao “*prático ofício da Agronomia*”, na tarefa de conduzir a contento os negócios escravocratas herdados do pai. Era, então, um cientista da natureza, ainda não um biólogo.³²

Dessa forma, tendo a formação e referência sólida de ciência e do que seria uma ciência da natureza, dedica-se ao estudo das plantas, minerais e animais, além de realizar experiências científicas outras e registrar inventos, como a máquina de descaroçamento de algodão. Sua sólida formação intelectual foi maturada, em sua maior parte, na

³¹ Ver MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Manuel Arruda da Câmara** – Obras reunidas (1752-1811). Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982

³² AGUIAR, 2009, p.7

Europa. Por essa via Manuel Arruda da Câmara tinha o desejo e a disposição para favorecer, além dos interesses familiares com a lida da terra e das culturas de plantio, o desenvolvimento e o progresso de nossa gente e de Portugal. O manejo em torno dessas noções de “descoberta”, “utilidade” e “progresso” deixava posta a disponibilidade de sua atuação como naturalista e a abertura em participar de demandas que fossem originárias da esfera pública, do então governo português.

O dispor de si podia se alargar em traduzir, pela transferência de conhecimento, por meio de memórias – escritos, como chamavam - o que as terras e a natureza do Brasil tinham em potencialidade para o “progresso”, noção iluminista muito cara e ressaltada por intelectuais que fizeram a recepção do pensamento de Voltaire.

Para o governo português, por esse tempo, parecia um dado essencial ter esses investimentos em potenciais riquezas em seu domínio na América e as demandas por essas ações de ciência, em várias partes do Brasil, passaram a ser constantes. Isso gerou uma mobilização para a consecução de tais intentos. Em 1796 o governador da Capitania de Pernambuco recebe uma “Real Ordem” expedida em novembro desse ano, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para que encarregasse Manoel Arruda da Câmara, filho do Capitão Mor do Piancó, para o exame das nitreiras naturais, possivelmente existentes na Capitania de Pernambuco e na Bahia, de onde se poderiam tirar grandes quantidades de salitre. Em março de 1797 o Governador da Capitania de Pernambuco dá retorno a D. Rodrigo acerca da ordem expedida.³³ A Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira tinha encerrado seus nove anos de atividade no ano anterior, e o visionário D. Rodrigo, ministro de D.

³³ PERNAMBUCO. Governo da Capitania de Pernambuco. **OFÍCIO** do governador de Pernambuco Tomás José de Melo ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [informando sobre a ordem dada a Manoel Arruda da Câmara para examinar as nitreiras naturais da Capitania de Pernambuco] Recife, 29 mar 1797. PROJETO RESGATE – AHU – Pernambuco, n. 13510). Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&pagfis=131528. Acesso em 10/09/2020.

Maria I, olhava para a potencialidade de todas as partes do Brasil, tendo em vista superar o *déficit* de arrecadação surgido com a queda dos quintos do ouro.

O direcionamento da demanda à descoberta de nitreiras no sertão para a produção e exploração do salitre³⁴, ganhava uma evidência. Para esse feito o naturalista receberia uma pensão de 400\$000 (quatrocentos mil reis) de ajuda e 200\$000 (duzentos mil reis) de ajuda de custo. Todavia, quando recebeu esta notificação, Manuel Arruda da Câmara encontrava-se em Goiana, doente:

Continuadas febres intermitentes, de que tenho sido vexado tem sido causa de retardar (não sem impaciencia minha) a importante Comissão, de que fui emcombido, agora ainda em convalescença vou por em prática, e não serei omisso em comunicar a Vossa Excelência, com toda a exactidão as minhas observaçoens; devo com tudo lembrar a Vossa Excelencia que muitos obstáculos retardarão as minhas relaçoens, já a vastidão dos certões que devo discorrer, a lugares dizertos e falta de correios já rigorosas invernadas e rios caudalosos, obstáculos que procurarei vencer com todas as minhas forças.³⁵

A investigação deveria se dar nos sertões, no São Francisco e em Jacobina. A Carta em sua íntegra é enfática sobre o motivo do atraso.³⁶ Após o seu restabelecimento, Arruda da Câmara vem assumir suas atividades. Entrementes, lembra que essa Comissão que chefiará terá uma grande tarefa, uma vez que a viagem que deverá realizar, “tem de extensão mais de quatrocentas legoas, sem haverem estalagens e os mais cômodos, que tem os caminhos da

³⁴O salitre é um produto semelhante ao sal de cozinha. Em seu estado natural apresenta-se tóxico, mas, modificado quimicamente, não apresenta perigo ao consumo, podendo incidir na cor, no sabor e na conservação de carnes, por exemplo.

³⁵ CÂMARA, 1796, p.1

³⁶ PERNAMBUCO, Capitania. CARTA (cópia) do naturalista Manuel Arruda da Câmara, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar [desculpando-se pelo atraso nas suas observações sobre a investigação solicitada] (1796, dezembro, 10, Paraíba; PROJETO RESGATE - AHU - Paraíba, n. 2405). Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=014_PB&pagfis=21511. Acesso em 06/09/2020.

Europa”³⁷. Lembra ainda que deve levar consigo “pelo menos cinco cavalgadas e outros tantos condutores”³⁸. Fincando seu reclame pela ortodoxia requerida pelos procedimentos de investigação que deveria empregar, pedia boas condições e apoio material para o pleno êxito de sua ciência. Dessa maneira elencava e considerava essencial ao trabalho “instrumentos para minhas experiências, tais são o meo necessário químico, bateas, varrumas de penetrar a terra para o que não pode chegar os quatrocentos mil reis anuais de que Sua Majestade me fez mercê”³⁹. Argumentava que isso seria realizado em trabalho diário. Deveria se considerar então o cavar a terra por muitas pessoas, diariamente, para se acharem indícios de algum mineral e, voltando, mover todos os materiais para o Recife. Mesmo fazendo essas considerações, Manuel Arruda da Câmara ressalta que as ressalvas registradas não o fariam retardar, que não hesitaria, ainda que não tivesse recebido mercê em realizar, afinal deveria “abandonar todos os obstáculos, que os interesses particulares me poderiam administrar, para ocupar-me no bem publico, primeiro objeto, que deve mover o verdadeiro cidadão”.⁴⁰

Não nos parece descabida a manifestação do naturalista, uma vez que estimativas razoáveis para a condução e manutenção de uma Comissão Científica levariam tempo e absorção de recursos em sua logística básica. Todavia, mais do que isso, a decisão de investigar a natureza, ainda que cercado por muitas dificuldades, estava presente nos quadros mentais de uma geração que participou do findar do século XVIII e visualizou o início do Oitocentos. Tentativas como a de Manuel Arruda da Câmara foram as primeiras em terras brasileiras adaptadas às condições de nosso meio. A força da cultura ilustrada da Europa ao final do Setecentos era expressiva, crescente e propícia às mentes dos estudantes daqui que foram estudar em Universidades Europeias, por esse final de século.

³⁷ CÂMARA, 1797a, p.2

³⁸ Id, 1797b, p.2

³⁹ Id, 1797c, p.2

⁴⁰ Id, 1797d, p.2

Pelas considerações de Maria Odila Leite Silva Dias, a partir de 1772 muitos brasileiros foram estudar em Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo. Voltavam com um horizonte mais amplo; todavia a natureza brasileira os fazia ver de perto a realidade própria deles. Para a autora a penetração desse espírito, em Portugal, chegou a mais da metade dos estudantes que “acumularam duas ou três especialidades escolhidas, das quais em Direito, em Leis e Matemática e Ciências Naturais.”⁴¹

Investigações como a de Arruda da Câmara continham claramente o ímpeto pela descoberta de nossa natureza. Sua atividade de pesquisa, desvendando o interior da Capitania de Pernambuco, parte do Brasil onde atuou, nutria um interesse pela ciência e por um “valor” que poderia ser destinado, concedido, à essa Capitania, para o necessário desenvolvimento e progresso dessa região. Os métodos aprendidos das ciências naturais e mecânicas, poderiam levar mesmo o cientista aos inventos e às descobertas. É por conta desse investimento que o Ministro Português dirige à Junta Governativa de Pernambuco ordens expressas para o apoio a Manuel Arruda da Câmara.⁴²

Em sua terra – a Capitania da Paraíba – o naturalista pesquisou plantas cujo fruto, em definição, daria excelente tinta amarela que se fixaria nos panos de algodão. Também escreveu à Portugal sobre a cultura do algodão com a descrição de uma máquina de ensacar a pluma do mesmo, tendo-se como utilíssima e entendendo que podia ser usada por agricultores inteligentes, bem como servir a muitos negociantes.

⁴¹ DIAS, 2009, p. 42

⁴² PERNAMBUCO, Governo da Capitania. **OFÍCIO** (cópia) da Junta Governativa da Capitania de Pernambuco ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, [sobre o cumprimento da ordem para auxiliar em tudo o que for preciso a Manoel Arruda da Câmara]. (1799, fevereiro, 9. PROJETO RESGATE – AHU – Pernambuco, n. 14043.) Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&pagfis=136977. Acesso em 09/09/2020.

De onde vinha essa compulsão na maneira de pensar e agir dos nossos naturalistas? Maria Odila Leite da Silva Dias ressalta essa marca na recepção dos cientistas e naturalistas brasileiros:

Muito maior, portanto, entre os brasileiros dessa época, seria a influência de *uma corrente de pensamento diretamente filiada a Voltaire (grifo nosso)* e aos enciclopedistas franceses e que desempenharia papel histórico decisivo no estabelecimento de relações pragmáticas entre os intelectuais e a sociedade. Profetas do movimento científico, os enciclopedistas franceses reivindicavam nas palavras de Diderot, um incremento da ciência natural, da anatomia, da química e da física experimental”, como o primeiro passo na reforma da sociedade.⁴³

Essa tendência pragmática que impregnava a mente desses homens poderia reverter para uma forte proposição de desenvolvimento. Lançava-se um olhar para os sertões brasileiros e seu potencial zoológico e mineralógico. O sentido desses estudos estava no fomento do progresso material e das condições de vida dos sertanejos.

Em igual medida os proprietários rurais brasileiros também viam essas iniciativas com bons olhos. Afinal de contas estariam nelas contemplados os interesses materiais das elites rurais brasileiras; esses estudos poderiam apontar para o renascimento da agricultura. Na esteira desse pensamento a produção de matérias-primas, novas matérias-primas, para a industrialização de Portugal promoveria o desenvolvimento do polo metropolitano, ávido por iniciativas e descobertas que alimentassem o fomento de produtos como o algodão, o cacau, o gengibre, o café, o arroz que ensaiariam a diversificação da agricultura e das árvores e plantas que se transformassem em objetos de estudo e uso para o desenvolvimento da Capitania e da Metrópole. A mão longa do Estado era incansável e se estenderia o mais longe possível à procura desses materiais encontrados na natureza.

⁴³ DIAS, *Op. cit.*, p. 41.

Intrigado e atento aos interesses de Portugal, o governador da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho escreve, em outubro de 1799, ao Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando ter recebido “aviso” sobre as plantas e árvores que poderiam servir para fabricar papel. Recebida essa notificação, o governador noticia a Portugal, dizendo ele em sua comunicação escrita: “encaminhei ao D^o Manuel de Arruda, naturalista existente nessa Capitania, para fazer as primeiras indagações”⁴⁴ sobre essas plantas e árvores. O documento do governo da Capitania é enfático sobre o teor da importante intervenção do naturalista⁴⁵.

Observemos que é constante a comunicação do cientista com o Estado. Para o bem da sociedade e das gentes, os dois agentes deveriam compor forças.

Todo esse cenário, como temos visto, aproveitava-se de uma política de Estado “ilustrada”, guiada pela razão e pelo poder que se acreditava daí emanar, destinado ao empreendimento da descoberta e do servir ao progresso material do Estado Português e das gentes. Acreditava-se que tesouros permaneciam ignorados no interior do Brasil ao que seria necessário o trabalho de descoberta e investigação. Esse deveria ser o estado atual do Brasil, o mesmo estado pelo qual a Europa passava naquele momento.

Virando o século e adentrando no Oitocentos, os naturalistas brasileiros continuaram investindo em estudos de ordem comercial e/ou econômica, como o algodão, com intuito de fornecer aos lavradores e comerciantes os esclarecimentos e as oportunidades para

⁴⁴ CASTILHO, 1799, p.1

⁴⁵PARAÍBA, Governo da Capitania. **OFÍCIO** (cópia) do governador da Paraíba Fernando Delgado Freire de Castilho ao Secretário de Estado de Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho, [informando ter recebido o aviso sobre as plantas que podem servir para fabricar papel, e que logo encarregará ao naturalista Manuel de Arruda Câmara para fazer as indagações necessárias]. (1799, Outubro, 15 Paraíba; PROJETO RESGATE – AHU – Paraíba, n. 2532). Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=014_PB&pagfis=22923. Acesso em 05 de setembro de 2020.

enfrentar o momento crítico dos mercados, afetados pela conjuntura europeia de instabilidade referenciada pela expansão napoleônica.

Há de se ressaltar que até o definitivo virar do século, a compilação de memórias sobre as culturas agrícolas, por exemplo, não se dava de forma tão fácil aqui no Brasil. Ainda em 1799 Manoel Arruda da Câmara publica em Lisboa, na Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, a “Memoria sobre a Cultura dos Algodoeiros”, e *sobre o methodo de o escolher e ensacar*, etc. Aqui propunha planos novos para o seu invento, o seu melhoramento, ao tempo em que oferecia, ornado por um forte tom laudatório de seu voabulário, seu escrito, dirigido à Sua Alteza Real:

Este he o trabalho, que ora apresento a V.A.R. em quanto as minhas diligencias vão ser empregadas pelos Sertões desta Capitania: treparei, para credito dellas, o mais empinado das suas Montanhas; descerei ao mais abatido dos seus Valles; penetrarei o interior do seu terreno e os esvisserarei: desde o musgo mais aviltado, até o mais corpulento cedro; desde o mais vil insecto, até o grosso Tapyra; desde a mais esteril terra, até o mais precioso metal, todos serão objectos de meus exames, das minhas analyses. Como Philosopho mostrarei a efficacia da voz do meu Soberano, e como vassallo darei a prova de ser com toda a devoção e ternura. De. V.A.R o mais obediente e humilde. Manuel Arruda da Câmara.⁴⁶

O escrito recebia o apoio acadêmico e operacional do grande naturalista fluminense Frei José Mariano da Conceição Velloso. Antes de publicar essa memória, como chamavam os coevos, tinha ouvido na Universidade de Coimbra e Montpellier duas vezes conhecidas na então chamada República Literária, como Antonio de Gouan em Botânica e a João Antônio Chaptal em Química. Desse contato sobressaia a ideia de ser útil a seus compatriotas para o exame das produções naturais desse país.

Já entrando nos anos Oitocentos, por discutíveis que pudessem ser as maneiras de se tratar a cultura do algodão, Manuel Arruda da

⁴⁶ CÂMARA, 1799, p.5

Câmara desvelava o melhor método de cultivar os algodoeiros na Capitania de Pernambuco e as Capitânicas próximas, mostrando as vantagens que tem resultado a essas Capitânicas e a Portugal. O método que vinha da antiguidade não poderia se dar por referência. São as necessidades do presente que devem, segundo ele, “civilizar os povos”, olhadas essas necessidades pelas fontes da ciência.

Adentrando o século XIX, Manuel Arruda da Câmara tinha a convicção de que cumprira o seu desiderato ao produzir conhecimento para o desenvolvimento de agricultores do Brasil e do Estado Português, como ele pensava, falando do lugar que ocupava como naturalista. Seu percurso rumo às descobertas e as trilhas percorridas o tornaram pródigo em feitos e descobertas de relevância científica e social destinada aos seus contemporâneos.

O naturalista e a natureza brasileira: definições de um homem de ciência

No século XVIII o termo “conhecimento” estava associado ao termo “saber”, um saber maior, amplo, sobre a realidade das coisas. Encontrava-se associado ao que a cultura europeia entendia como um domínio erudito da sabedoria. Esse domínio daria acesso a um conhecimento que estaria incorporado à imagem de um controle no campo da filosofia, da literatura, da poesia, na arte de escrever e do bem falar.

O que os anos Setecentos apresentaram, com muita ênfase, foram os estudos em ascensão no campo das ciências naturais. No frontispício de seu escrito de 1799, Manuel Arruda da Câmara apresentava-se como “Formado em Medicina, e Filosofia e Socio de varias Academias, etc.”⁴⁷. Quando entramos na teia de seus textos vemos que ele apresenta conhecimentos em botânica, química e física. Isso o referencia como um agente que produz um saber identificado e compromissado com a complexidade do meio em

⁴⁷ Id., *Ibid*

que vivia, que lhe impunha, como aos outros homens letrados, desafios a serem desvendados em vários campos da realidade.

O que se definia de antemão como “natureza” seria um panorama multifacetado e rico que cercava o homem em suas vivências (terras, vegetais, plantas, águas, ares, vida selvagem, plantio de culturas, etc.). Para Arruda da Câmara a necessidade e o acaso seriam as duas principais fontes produtoras de ciência. As ciências poderiam resolver problemas e trazer soluções para a promoção humana, para o seus sustento e sobrevivência.

Sua identificação, estudo e análise de nossa natureza brasílica forjavam um consenso que se deveria obter nessas empreitadas. Nas correspondências com as autoridades portuguesas que aqui conseguimos selecionar e analisar, vemos a sua importância como um cientista que estava referenciado para tais empreitadas de pesquisa, ao tempo em que o vemos ligado a um projeto ainda híbrido que envolvia Metrópole e Colônia, estabelecendo objetivos de Estado relacionados a investimentos científicos.

Quando adentramos no Oitocentos somos marcados pela transmigração da Corte para o Brasil e a processual alteração de nossa condição política. Por esse tempo os principais homens de ciência do final do século XVIII e início do século XIX encontravam-se repartindo os mesmos ideais. Todavia já não contamos mais com o protagonismo de Manuel Arruda da Câmara, que veio a falecer ainda em 1811.

Sua presença, sua biografia, seu legado, sem dúvida, marcaram uma frente de atuação pela ciência em partes do Brasil, atraindo os interesses do Estado, deixando um crivo e um vislumbre de autonomia para estas terras e suas grandes possibilidades de desenvolvimento. A conjectura de uma brasilidade, a partir de sua obra, parece-nos algo evidente, franco.⁴⁸

⁴⁸ CÂMARA, Manuel Arruda da. “Aviso aos lavradores sobre a suposta fermentação de qualquer qualidade de grãos ou pevides para aumento da colheita” [Lisboa, 1792]; “Do fruto e da raiz do mucunã utilizado pelo povo faminto do sertão de Pernambuco” [Lisboa, 1796]; “Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de escolher e ensacar o algodão, em que se propõem

Se esse intelectual soube conduzir um conjunto de patentes de estudos científicos sobre a natureza brasílica, certamente soube superar, por meio de sua arguta prática investigativa, os grandes desafios que estavam colocados naquelas Capitâneas para o seu fazer, ao pensar em criar um espaço de autonomia a partir da Ciência e de suas práticas reversas que, por aqueles tempos, anunciavam o desenvolvimento das sociedades humanas.

Se fizermos um movimento para entender seu protagonismo e os métodos empregados por Câmara, podemos encontrar um conjunto de ações meticulosas, pormenorizadas, que o levavam às descobertas, franqueando àqueles que queriam conhecer a natureza brasileira não só o vislumbre, mas o ímpeto para ações de emancipação numa história que poderia se fazer nova, carregada de possibilidade de desenvolvimento para todos nós.

Referências

AGUIAR, José Otávio. A Botânica como Missão Pedagógica: Manuel Arruda da Câmara e a Peculiaridade de suas Interpretações sobre as espécies brasileiras (1752-1811). **CLIO** – Revista de Pesquisa Histórica. Revista de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2009, Vol. 21, n.1. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24301>>

alguns planos novos para seu melhoramento”[1797]; “Memória sobre o algodão em Pernambuco” [Lisboa, 1810]; “Dissertação sobre as plantas do Brasil”[Lisboa,1810]; “Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais Províncias do país”[Rio de Janeiro,1810]; “Memória sobre as plantas de que se podem fazer baunilha no Brasil” (1814); “Dissertação das plantas do Brasil que podem dar linhos, próprias para muitos usos da sociedade e suprir a falta de cânhamo” [Rio de Janeiro, 1810]; Essas informações estão disponíveis em MELLO, José Antônio Gonsalves de. In: **Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas** (1752-1811). Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

AGUIAR, José Otávio. A Botânica como Missão Pedagógica: Manuel Arruda da Câmara e a Peculiaridade de suas Interpretações sobre as espécies brasileiras (1752-1811). **CLIO** – Revista de Pesquisa Histórica. Revista de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2009, Vol. 21, n.1. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revista-clio/article/view/24301>>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

AZEVEDO, João Lucio. **O Marques de Pombal e a sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

CÂMARA, Manuel Arruda da. **Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, ETC**. Em que se propõem alguns Planos Novos, para o seu melhoramento.. Offerecida ao Principe Regente Nosso Senhor. Formado em Medicina, e Philosophia, e Socio de varias Academias, etc. Lisboa : Oficina da Casa Litteraria do Arco da Cega. Impressa de Ordem impressa do mesmo Senhor por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso. 1799.

CARDOSO, José Luís. “A transferência da Corte e a Abertura dos Portos: Portugal e o Brasil entre a ilustração e o liberalismo econômico.” In: OLIVEIRA, Luís Valente de e RICUPERO, Rubens (Org.). **A Abertura dos Portos**. SP : Senac, 2007. p.166-195.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da Metrópole e outros estudos**. 2. ed. São Paulo : Alameda, 2009.

FRAGOSO, João : GOUVÉA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial 1443-1580**. Civilização Brasileira : Rio de Janeiro, 2014. Vol. 3

FONSECA, Thais Nivea de Lima e. **O ensino régio na Capitania de Minas Gerais 1771-1814**. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2010.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811)**. Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982

MORAES, Eulália Aparecida de et. al. Filosofia Natural Lusa: A Viagem Philosophica e a Política Iluminista na América Portuguesa Setecentista. In: **CONFLUENZI**. Revista de Studi Ibero Amerani. 2012. V. 4 N. 1: Di viaggi e viaggiatori: visioni e rappresentazioni.

DOSSIER. Disponível em: <https://confluenze.unibo.it/article/view/3083>. Acesso em 05 de agosto de 2020.

SUBTIL, José. Os Poderes do Centro. In: MATTOSO, José. **História de Portugal**. O Antigo Regime (162-1807). Lisboa : Editorial Estampa, 1992.(Quarto Volume), p. 159-271.

VOLTAIRE, François Marie Arouet de, 1694-1778. **VOLTAIR Vida e Obra**. 3. ed. SP: Abril Cultural, 1994, (Os Pensadores)

BRASIL OITICICA EM POMBAL: UM PALÁCIO DE PODER, VIGILÂNCIA E DISCIPLINA

Edinaura Almeida de Araújo (UFMG)

O acervo do passado vive, no entanto, de forma dinâmica, em primeiro lugar, pelo preenchimento e pelo cultivo da memória. Nela opera, articuladamente, o interesse e a tradição, e nela encontra a transposição ativa, para o presente contínuo, do que se percebe ou se pensa necessário saber para ser.¹

Introdução

A história e as histórias das cidades encantam nos contos e nas rimas dos violeiros andantes, do memorialista e do contador de histórias. Sem estes, como conto o que os livros não contam?

A historicidade popular adquire sentido como objeto de estudo a partir do rompimento com o velho padrão, paradigmas e tradições positivistas. A busca da compreensão das questões de ordem epistemológica discutidas nas últimas décadas traz ao campo do saber histórico uma nova abordagem, novos conceitos e métodos favorecidos pelas grandes transformações de ordem política, econômica, social e cultural. Esta última vem proporcionando uma renovação no campo da pesquisa e da produção histórica.

A problemática do cotidiano, a história vista de baixo e os diferentes comportamentos culturais são exemplos que expressam a ênfase dada à história de diferentes grupos sociais, detectando as divergências existentes de tempo e espaço, buscando em fontes antes consideradas sem importância, resgatar a história daqueles que

¹ MARTINS, Estevão C. de Rezende. 2009.

também contribuíram e fizeram parte da história. Nos seus estudos, Peter Burke, ao analisar essa nova perspectiva do fazer histórico, diz que essa modalidade abriu novas áreas de pesquisa para os historiadores. Acima de tudo, diz ele: “Veio propor a oportunidade de explorar experiências históricas daqueles homens e mulheres cuja existência é tão frequentemente ignorada”². Para este autor³:

Desde os tempos de Heródoto e Tucídides, a história tem sido escrita sob uma variada forma de gêneros: crônica monástica, memória política, tratado de antiquários, e assim por diante. A forma dominante, porém, tem sido a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentando-se como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis.

Assim, uma grande variedade de temas, proporcionado pelas experiências de vida das classes inferiores, cuja história foi por muito tempo negligenciada, ganha espaços e respaldo com a história social que incorporou ao debate questões diversificadas e inúmeras situações que possibilitam a pesquisa e a reescrita da história.

É nesse contexto de novas metodologias do fazer história, dos fatos e da história de vida dos sujeitos, que vislumbramos a possibilidade de descortinar a história da fábrica Brasil Oiticica, instalada em Pombal ainda na primeira metade do século XX. Neste trabalho, buscamos compreender sua forma de inserção no município e estratégias de dominação tanto institucional quanto sociocultural.

Escrever sobre a trajetória da Brasil Oiticica em Pombal-PB é, nesse cenário de uma nova postura da produção historiográfica, algo inspirador e, ao mesmo tempo, desafiador, considerando as dificuldades impostas ao pesquisador pela ausência ou deficiência de arquivos e acervos; mas também envolvente e instigante por proporcionar um mergulho no tempo, um passeio pela história da cidade e, por que não dizer, uma oportunidade de juntar os

² BURKE, Peter. 1992, p. 16.

³ Id. *Ibid*, p. 17.

retalhos, montar o mosaico e reconstituir o retrato de algo que a história reservou apenas à memória.

A proposta para escrever um capítulo tendo como tema “A Brasil Oitica em Pombal” nos reportou aos anos de 1998 quando concluímos o curso de Especialização em Teoria e Metodologia da História, momento em que tivemos a oportunidade de compreender as novas perspectivas e procedimentos metodológicos do fazer historiográfico. Logo pensamos como tema para o trabalho final, a história da Brasil Oitica. Primeiro por se tratar de uma temática inédita, segundo por corresponder a uma das fases importantes do desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade, considerando também que ela não fez parte apenas da vida dos seus operários, mas de todos os cidadãos e cidadãs pombalenses que a tiveram, por longos 50 anos, como uma referência, tanto pelo seu papel de provedora de empregos e desenvolvimento econômico como também pelos mecanismos de atuação que envolvia educação, cultura e lazer. Assim, procuraremos aqui apresentar uma parte do nosso trabalho, abordando o nascedouro dessa fábrica em nosso município e alguns mecanismos de ação e funcionamento por ela adotados, os quais influenciaram na escolha do título supracitado: “Brasil Oitica em Pombal: um palácio de poder, vigilância e disciplina”.

Para a construção deste trabalho, recorreremos e nos apropriamos de diferentes metodologias e técnicas de pesquisa que nos permitiram compreender a trajetória histórica da fábrica, ora por meio dos escassos documentos ainda existentes nos arquivos de sua sede, ora através da memória daqueles que viveram direta e indiretamente o seu dia a dia. As histórias e as lembranças da Brasil Oitica são as histórias dos pombalenses que vivenciaram sua chegada e sua decadência. Decadência ocorrida por diversos fatores, entre eles a escassez da matéria prima “a oitica”. O fruto da árvore que alimentou o gado também proporcionou melhores condições de vida para muitos pombalenses.

Pombal: uma cidade escolhida

Distante das transformações e acontecimentos de um Brasil “moderno” que despontava sob as rédeas do sul e sudeste, Pombal-PB desenvolvia-se lentamente ou permanecia quase inerte frente às expectativas de industrialização e conseqüente modernização que se impunha nessas regiões do país. De igual modo, o problema também atingia o setor político, cujas ações anacrônicas estavam cristalizadas no modo de operar dos grupos dominantes locais e no seio da sociedade. As agitações do cenário nacional, nos planos político e econômico, encontravam reflexos na realidade desta cidade do interior com ares de pacata e a mercê das disputas entre os grupos dominantes oriundos das tradicionais famílias que aqui se instalaram e permaneceram.

No início da década de 1930, a economia do município ainda era de subsistência, baseada na agricultura e criação de gado, concentrando-se na zona rural. Os acontecimentos políticos do período pouco interferiam na pacata vida das pessoas. Enquanto as ideias comunistas se propagavam pelo país, aqui prevaleciam as relações aparentemente harmoniosas entre trabalhadores e proprietários de terra. Todavia, essa não era uma realidade característica apenas da nossa região, como observa Caio Prado Junior.

Salvo nas zonas de imigração estrangeira a mão-de-obra se constituía em boa parte de indivíduos recém egressos do estado servil ou semi-servil, o que é mais grave, sua tradição camponesa no sentido próprio, sem preparo suficiente para desincumbir-se satisfatoriamente daquela tarefa.⁴

Essa falta de preparo e qualificação dos trabalhadores, citada por Caio Prado Junior, favorecia de certo modo a industrialização, principalmente, pela grande disponibilidade de mão-de-obra a baixo preço. E essa era a realidade da cidade de Pombal. Nos primeiros anos da década de 1930, foi inaugurada a linha férrea,

⁴ JUNIOR, Caio Prado. 1970, p. 55.

trazendo mudanças consideráveis à vida e aos costumes da população. Uma efervescência de novas ideias e novos costumes se fazia presente através das notícias de outras terras: a “passagem do trem” tornou-se um ponto de encontro, entretenimento e novidades. O gelo trazido no trem e oferecido aos populares na estação encantava e propagava os indícios da modernidade, assinalando novos tempos. Contudo, o que realmente transformou o cotidiano da pacata cidade interiorana foi a instalação da Fábrica da Brasil. E contar essa história é dar vida às histórias contadas de geração a geração, é dar voz aos esquecidos da história, e, por que não dizer, rememorar experiências vividas cujos armários não guardaram, e cujos arquivos não preservaram.

Para compreender a chegada daquela empresa a Pombal, nos reportamos ao ano de 1932, na cidade de Fortaleza. Ali, alguns comerciantes que trabalhavam com óleos lubrificantes e motores importados eram também estudiosos das riquezas regionais, sobretudo das substâncias oleaginosas. Eles então decidiram aprofundar seus estudos visando à industrialização do óleo de oiticica⁵, fruto nativo e abundante na região.

Aproveitando-se das ligações comerciais que mantinham com as empresas dos Estados Unidos e Alemanha, conseguiram que sementes colhidas em Icó do Ceará fossem analisadas em laboratórios estrangeiros e tivessem como resultado a comprovação das possibilidades de industrialização do óleo. Contudo, em virtude das dificuldades financeiras, o projeto de Carlito Pamplona e Franklin Gondim só se efetivou em 1932,

⁵ A Oiticica é uma árvore da família das Amígdala Lácia, (*Chrysobolanaceae*) nativa da Região nordeste do Brasil (*Licania rígida*, *Benth*) tem folhas perenes alternas e flores pequenas agrupadas em folículos. O óleo da oiticica foi empregado ocasionalmente desde os fins do século XIX, mas as primeiras tentativas de explorá-lo industrialmente não tiveram muito êxito devido às dificuldades de conservação. Era aproveitado inicialmente apenas como iluminante e em medicina doméstica. Só na década de 1930 o produto foi industrializado graças à descoberta do Dr. Gardem, especialista em óleos e que conseguiu solucionar o problema. (Queiroga et al., 2016, p. 106).

quando Morris Edward Marvin, proprietário das tintas Ipiranga, investiu na ideia, contratando nos Estados Unidos o Dr. Gardner, que solucionou o problema da densidade do óleo de oiticica, tornando-o líquido permanente, e, juntamente com Pamplona e Gondim, fundaram o grupo no Ceará.

Mediante os bons resultados, logo investiram em pesquisas nas regiões vizinhas, visando encontrar outro polo com condições favoráveis para a instalação de mais uma fábrica. Eis que Pombal se adequava às condições ideais, pois apresentava uma área de grande concentração de pés da árvore oiticica. Assim, os empresários com experiência no setor e ávidos por polos de produção, chegaram a Pombal em 1934 para fazer as pesquisas de apreciação. E após algumas semanas de observação e análises, comprovaram a viabilidade de implementação do projeto, uma vez que, além de oferecer fruto em abundância, mão de obra em grande escala e barata, a cidade contava com a linha férrea já instalada, e em funcionamento, um elemento de infraestrutura que facilitaria o escoamento do produto.

Falar da implantação de uma indústria no Nordeste do Brasil, na década de 1930, quando ainda em todo o mundo viviam-se os difíceis e seríssimos problemas de reconstrução social demandados pela catástrofe que foi a Primeira Guerra Mundial é, realmente, uma ideia audaciosa, principalmente em se tratando de Pombal, situada no longínquo sertão paraibano.

Caio Prado Jr.⁶, ao tratar do estabelecimento da indústria brasileira, vê como elemento complicador a estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas uma das outras e desarticuladas. Mesmo com essas dificuldades, surgiu em várias cidades brasileiras uma série de pequenas empresas com tecnologia e máquinas importadas de países como os Estados Unidos. Pombal inseriu-se nessa rota e contexto através da implantação da Indústria Brasil Oiticica.

⁶ JUNIOR, Caio Prado. *Op. cit.*, p. 263.

Sobre a reação da comunidade à presença das equipes de trabalhadores e técnicos para dar início aos trabalhos de instalação da Brasil Oiticica, cumpre aqui esclarecer que, para obter informações acerca daqueles tempos em que a fábrica funcionou na cidade, muitas conversas nos finais de tarde foram realizadas com ex-funcionários da Brasil Oiticica de Pombal. Dada à escassez de documentos, o resgate da história da fábrica e do seu cotidiano ao longo de cinco décadas dependia da memória coletiva, cujas lembranças ora deslumbrantes, ora nostálgicas, vão compondo a urdidura de cantos e encantos.

A chegada das equipes de funcionários despertou curiosidade e questionamentos, atitude normal nas pequenas cidades; afinal tratava-se de pessoas estranhas, norte-americanos, com linguagem e costumes diferentes. Contudo, a curiosidade foi cedendo lugar à empolgação: a indústria iria proporcionar outra forma de sobrevivência a uma população que só conhecia a agricultura e a pecuária como meios de subsistência. E assim, considerando as condições favoráveis, em um curto espaço de tempo os norte-americanos com sua equipe de técnicos, alguns vindos da fábrica de Fortaleza, cuidaram das primeiras providências para a construção das instalações da fábrica, procurando pessoas da cidade que lidavam com a construção civil.

Uma das primeiras pessoas contatadas foi o pai do senhor Raimundo Fernandes, conhecido como Satuti⁷, que, na época, ainda criança trabalhava como oleiro, ajudando o pai. Foram eles responsáveis pela fabricação dos tijolos usados nas edificações da fábrica. Pela análise dos poucos documentos ainda encontrados nas

⁷ Raimundo Fernandes, conhecido como Satuti, foi um dos funcionários que por mais tempo trabalhou na indústria Brasil Oiticica. Ele iniciou suas atividades ainda ajudando o pai na olaria, virando os tijolos para a construção dos primeiros alicerces. O nome dele consta de todas as folhas de pagamento encontradas no antigo escritório. Trabalhou 21 (vinte e um) anos com interrupções entre safras. Do trabalho de servente, no alicerce, adentrou ao interior da fábrica e exerceu atividades no cacimão (reservatório de água), na contagem de sementes, nas prensas, na refinação do óleo, nos filtros e em todos os maquinários.

dependências da sede da Brasil Oiticica, em 1998, foi possível compreender que o tempo de organização e edificação do espaço foi curto: havia pressa para iniciar o trabalho de produção. Todavia, tal empreendimento significava, além de arranjos no tocante ao pessoal empregado ou a empregar-se, muito trabalho para as instalações físicas e materiais.

Enquanto isso, muitos sonhavam e vibravam com a possibilidade de conquistar uma vaga na Brasil Oiticica. Distante da realidade do assalariado brasileiro, a população local via com bons olhos o êxito do empreendimento. E isso não envolvia apenas aqueles que almejavam um emprego na indústria, mas toda a comunidade que, direta ou indiretamente, beneficiou-se com a instalação da fábrica, a exemplo das vendedoras de café, bolo, cocada, etc., que passaram a contar com uma clientela maior. Para a fábrica funcionar, precisava de uma equipe que ficava nos bastidores.

Distante da fumaça e do som ensurdecedor das máquinas, havia também aqueles que abasteciam a indústria com a matéria prima, a fruta da oiticica. As sementes que chegavam à fábrica eram o resultado de outro processo de trabalho, realizado na zona rural do município. Durante o período da safra, o homem do campo envolvia-se na coleta do fruto. Até mulheres e crianças participavam dessa atividade nas barreiras dos riachos, onde a concentração dos “pés de oiticica” era maior. As mãos deslizavam sobre as folhas escorregadias e enxovalhadas pelas chuvas. O frenesi e a empolgação tomavam conta dos grupos de trabalho. O mutirão mais parecia uma festa. Num misto de inocência e esperança com a colheita, antevia-se o tão esperado dinheiro para suprir as necessidades da família.

O que sentimos e observamos durante o período em que ouvíamos as histórias da Brasil Oiticica, permitiu-nos um olhar e uma percepção ímpar daquela empresa que foi um palácio de poder, vigilância e disciplina. Ao mesmo tempo em que se verificava a importância da indústria do ponto de vista econômico para a cidade, percebíamos, também, o jogo de dominação e obediência, envolto em estratégias metodológicas que vão dia a dia

se transformando em ações consolidadas. Sobre essa questão, gostaríamos de apontar as estratégias que mais se destacaram no contexto de vivência, trabalho e participação dos trabalhadores da Brasil nas engrenagens que ensejavam dominação e submissão.

Os bastidores da Brasil

Sem desmerecer o processo de criação e instalação da Brasil Oitica em Pombal, ensejando oportunidades de crescimento e desenvolvimento da cidade, além da geração de emprego e renda, nosso olhar de historiadora e crítica de uma História tradicional, factual e elitista, não nos permite deixar de perceber a “história vista de baixo”, isto porque, tradicionalmente, a história tem sido abordada de forma positivista, nacionalista, e “vista de cima”, com suas narrativas dando ênfase aos feitos dos grandes heróis, heróis em geral construídos pelo discurso oficial. Com a “Nova História” e com a perspectiva da “história vista de baixo”, há uma mudança de enfoque no fazer histórico, tanto do ponto de vista temático quanto do ponto de vista metodológico.

Essa perspectiva atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência – é tão frequentemente ignorada.⁸

Essa perspectiva é compartilhada também por Jim Sharpe, que fala da nova preocupação dos historiadores com as opiniões das pessoas comuns. O historiador Edward Thompson (1987)⁹ vai mais além, revelando sua preocupação em resgatar a história do pobre descalço ou agricultor e todos aqueles que, mesmo à margem, viveram a história.

Assim, a interdisciplinaridade que reveste a prática historiográfica traz para o primeiro plano a massa da população

⁸ BURKE, Peter. *Op. cit.*, p. 41.

⁹ THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária Inglesa*, 1987.

esquecida pelos historiadores tradicionais, fazendo emergir a história do ponto de vista do homem comum, valorizando suas experiências e as temáticas do cotidiano, que oferecem ao historiador um vasto campo de pesquisa. Voltaire seria um dos precursores dessa nova perspectiva, dado o grande interesse pela atividade humana, pelo olhar diversificado que esse pensador ofereceu.

A história de heróis e reis ofusca-se pela ênfase ora dada a tudo aquilo que antes era considerado sem importância, como morte, loucura, limpeza e outros temas ligados ao dia-a-dia. Em termos metodológicos, instala-se uma nova dialética. Nessa perspectiva, o resgate da história da Brasil Oiticica é também, e sobretudo, a história de seus trabalhadores. Nesse sentido, verifica-se um deslocamento de interesses e perspectiva histórica de ordem mais significativa, ou seja, interessa-nos a história do cotidiano, o que para Eric Hobsbawm significa o interesse pelo mundo do trabalho e não apenas pelo movimento operário.

Muitos pombalenses adentraram os muros da Brasil Oiticica ainda adolescentes. Os primeiros contratados permaneceram por anos nos serviços da fábrica; mudavam de setor à medida que iam se aperfeiçoando ou à medida que iam se adequando às normas disciplinares impostas. Suas histórias de vida se confundem com a história da indústria.

Foi possível, através de algumas fichas dos funcionários e nos diálogos com ex-funcionários, identificar o enquadramento aos serviços. Reconhecemos que os administradores foram pacientes e hábeis na organização e divisão das tarefas. O trabalhador, ao ser contratado, tinha como atividades iniciais carregar palha, quebrar a oiticica, lidar com fornalha e a caldeira. Os poucos que desenvolviam certas habilidades iam se enquadrando nos serviços essenciais da produção. Com essas mudanças, os operários tornavam-se aptos a quaisquer serviços, fossem na caldeira ou empilhando sacos. Mostravam-se sempre dispostos às mudanças de local e horário de trabalho, sem causar maiores problemas para a fábrica, que passava a dispor, por fim, de pessoal treinado em todas as áreas. O que na verdade era um jogo, uma moeda de troca.

O trabalhador que precisava do emprego se submetia às mudanças no trabalho, às cargas horárias exaustivas com “boa vontade”. Em contrapartida, a indústria necessitava dessa mão de obra, que era escassa no município. Por isso, precisava treiná-los com “paciência”. Para treinar os trabalhadores, a fábrica de Pombal contou com o apoio de funcionários da fábrica de Fortaleza e de técnicos especializados na extração de óleo, os quais permaneceram aqui por um longo período.

Pombal, na década de 1930, não dispunha de pessoas capacitadas, inicialmente, para exercer funções mais complexas na fábrica, daí a necessidade de treiná-los. A “paciência” dos técnicos era, na verdade, investimento, uma forma de sublimar o interesse da Brasil Oiticica. A “boa vontade” do operário era a necessidade do emprego como garantia para melhores condições de vida e sobrevivência. Michael Foucault¹⁰ classifica situações como essa de investimento político do corpo, pois trata-se de relações complexas e recíprocas. A sua utilização econômica é, numa boa proporção, força de produção a que o corpo é submetido por relações de poder e de dominação. Em compensação, sua constituição como força de trabalho só é possível se ele estiver preso num sistema de sujeição em que a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado.

Geralmente o primeiro trabalho exercido na Brasil Oiticica era nas atividades de apoio, onde não se tinha contato com as tarefas mais complexas. Ia se processando um aprendizado ao mesmo tempo em que se respeitava uma hierarquia de posições e acesso. Assim, um funcionário iniciava trabalhando na sacaria, pegando peso, descarregando. Após um ou dois anos nesse serviço, tinha oportunidade de “ir pra dentro”, trabalhar em outros ambientes e exercer outras atividades, nos extratores, na caldeira ou como foguista. Depois, dependendo de seu aprendizado e disponibilidade, chegaria a trabalhar nas máquinas. Alguns funcionários permaneceram 30 anos na indústria.

¹⁰ FOCAULT em *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*, 1975.

A vida dos funcionários não era fácil. Dominar um ofício requeria enfrentar muitas dificuldades e demonstrar muita coragem. Havia uma hierarquia no processo de capacitação e acesso às dependências internas. “Ir lá pra dentro” era o termo usado como símbolo de ascensão. Enquanto realizavam os serviços pesados, não tinham acesso às instalações internas. A empresa usava técnicas de disciplina para produzir indivíduos úteis. “Na disciplina, os elementos são intercambiáveis pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que separa dos outros”¹¹.

Foucault lembra que a vigilância hierarquizada permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, e, portanto, fabricar corpos submissos e exercitados, estabelecendo no corpo um elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. Assim, os funcionários que demonstravam interesse, esforço e aptidão eram recrutados para outras tarefas; isso poderia levar algum tempo. O caminho percorrido incluía capatazia (descarregar os carros que transportavam a oiticica), embalador do óleo, extratores, operador de máquinas, filtrador de óleo entre outras atividades. E em todos os casos, a progressão funcional advinha de diferentes estratégias e métodos de observação e manipulação do indivíduo. Afinal, o “aparelho de produção” tem suas exigências próprias, e é preciso ligar a distribuição dos corpos à arrumação espacial do aparelho de produção e às diversas formas de atividades dos postos¹².

Isso explica o fato de o funcionário está à disposição dos princípios que aparecem claramente. Em primeiro lugar, ele passa um período trabalhando na capatazia à disposição das manobras táticas e técnicas. São observados o comportamento e as habilidades que irão permitir o seu enquadramento no sistema. Em segundo lugar, o tratamento amável, amigável, solidário e compreensível que os chefes dispensavam para com os funcionários era uma forma de domesticação, uma correta

¹¹ Id. *Ibid*, p. 133

¹² Id. *Ibid*.

disciplina, uma microfísica do poder. No poder que cria a imagem do protetor, do chefe amigo, os instrumentos de dominação eram tática e sutilmente organizados, mesmo quando a comunicação não era favorecida pela diferença do idioma, pois alguns chefes e técnicos eram norte-americanos e ficaram aqui por um longo período. Contudo, quando a linguagem não favorecia a comunicação, outras técnicas da arte da disciplina entravam em ação: o olhar, os gestos, as saudações eram para os operários uma resposta carinhosa à sua dedicação. Isso explica o fato de alguns funcionários terem pedido demissão da indústria quando um técnico norte-americano chamado pelos funcionários de Senhor Smites retornou para os Estados Unidos.

O trabalho na indústria era exaustivo. Nos períodos de maior produção não havia descanso, e trabalhava-se até aos domingos. Alguns funcionários trabalhavam durante três ou quatro dias sem descanso; a produção não podia parar. Algumas informações obtidas na época da pesquisa nos surpreenderam, como, por exemplo, o teste ao qual alguns jovens eram submetidos: trabalhar o final de semana sem descanso, dia e noite. Caso se recusasse a cumprir a jornada do domingo seria dispensado. Alguns permaneciam oito dias ininterruptos com permissão para dormir duas horas por noite, indo de uma seção a outra. Esta era uma forma de disciplinar o indivíduo para explorar ao máximo sua força de trabalho.

Embalados pelas necessidades e sonhos de ascensão, muitos pombalenses aguardavam ansiosos por uma oportunidade naquela fábrica. Para uma cidade onde o mercado de trabalho era inexistente, ser funcionário da Brasil Oiticica era antes de tudo condição de status. A farda enquanto uniforme que identificava o trabalhador da empresa tinha um importante valor para aqueles homens que viviam à margem do processo de trabalho. Ela abria-lhes todas as portas; dava-lhes crédito.

A ideia de “fábrica mãe” foi difundida em toda a comunidade graças a três fatores geradores. Primeiro é a questão econômica: Pombal não oferecia outra fonte de renda, ou talvez uma que se assemelhasse à Brasil. Os jovens eram obrigados a trabalhar na roça

ou nas olarias, “batendo tijolos”. Dessa forma, não despertavam para a exploração a que eram submetidos, só podendo mesmo ver a Brasil como tábua de salvação. A dependência econômica dos trabalhadores contribuía para sua sujeição social: ou era assim ou nada. Um fator que, associado ao primeiro, gerava essa visão da indústria era a domesticação, graças ao aparelho disciplinar que incluía o indivíduo num sistema de dependência e controle, gerenciando suas vidas e controlando suas ações. Ou seja, a falta de organização dos operários que, sem esclarecimento, viviam à mercê das vontades e controles dos chefes, não permitia que reagissem a nenhum tipo de ato disciplinar, jamais contestando uma atitude e/ou determinação. Tudo o que faziam para eles era recebido como boa ação, cuidado e/ou amizade. “A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”¹³.

Todas as técnicas de controle e vigilância instituídas pelos dirigentes da empresa surtiram efeitos importantes para a estabilidade da indústria, que encontrava respaldo na família dos operários e na comunidade, pois carência e insegurança financeira eram fortes aliados de um controle que extrapolava os muros da Brasil e se implantava no cotidiano.

Essa rede de controle e poder foi resultado das técnicas empregadas dentro da fábrica, fazendo o trabalhador se sentir parte da indústria, bem como seus familiares – meio prático e eficaz de mantê-los dóceis e dinâmicos, garantindo-se, desse modo, o sucesso da produção, pois além de todo o aparato estratégico utilizado no interior da indústria que ia do relacionamento “amigável” à disposição dos funcionários no espaço interno e à posição dos chefes em cada setor – que era um sistema de vigilância vinculado às emoções e aos desejos – surge um novo sistema de vigilância: o relógio de ponto. O relógio de ponto foi antes de tudo um sucesso, algo inovador que, antes de ser visto como mecanismo de vigilância e controle, chamou a atenção como novidade, pois vigiava sem

¹³ Id. *Ibid*, p. 127.

agredir. Era uma novidade simples, mas que imperava e organizava comportamentos e desempenhos priorizados pela empresa.

Um olhar sobre o local onde funcionava a Brasil Oiticica revela os espaços e as distâncias entre a guarita onde ficava o primeiro relógio de ponto e os diversos espaços onde as máquinas e os demais equipamentos como tanques, ciclone, depósitos para armazenamento do fruto da oiticica etc., se localizavam. Nas velhas paredes ficaram as marcas das chaves; em cada canto havia um relógio de ponto; em cada indivíduo, um vigia. Todos se vigiavam consciente ou inconscientemente. Existiam vários relógios de ponto espalhados dentro da Brasil, e, além dos relógios de ponto, havia o sistema de estações dos vigias. Eram doze estações, ele deveria passar por cada uma a cada hora.

Os regulamentos internos de fábrica definem as modalidades do exercício do poder e traduzem a tentativa de universalização da racionalidade burguesa. Desempenham um papel fundamental na constituição das relações de dominação no interior da unidade produtiva: impõem regras de conduta, instauram códigos de penalidade, de punições e prêmios, de modo a gerirem nos mínimos detalhes todos os movimentos dos trabalhadores.¹⁴

Na verdade, era um tipo de micropoder que relacionava uma equipe de operários com os chefes através do controle do tempo. Rago¹⁵ fala que “o controle do tempo, as normas que determinam horários de entrada, de almoço e de saída instauram uma micro penalidade de tempo que reprime atrasos, ausências e interrupções das atividades e tudo aquilo que signifique redução do ritmo da exploração do capital”.

Em 1997, caminhando pelo interior da velha fábrica, enquanto conversava com cidadãos que ali viveram grande parte de suas vidas, percebemos em suas falas, seus gestos e seus olhares ainda uma relação forte de pertencimento. Em cada canto, em meio aos

¹⁴ RAGO, Luzia Margareth, 1985, p.23.

¹⁵ Id. *Ibid*, p. 20.

destroços e velhos equipamentos enferrujados, uma lembrança, uma história. Em alguns espaços identificamos que existia reação. O “fumódromo” na década de 1950, é um exemplo, uma exigência dos funcionários levada aos superiores por um único operário (o Satuti). O atendimento à reivindicação foi resultado do entendimento de que o referido funcionário, que estava na Brasil desde a escavação do alicerce, passando por vários setores e treinamentos, dominava muitas técnicas, era, portanto, uma peça importante na engrenagem da produção. Ao criar um local para fumantes e estabelecer o tempo a ser gasto, os dirigentes faziam com que os operários respeitassem o regulamento; ao mesmo tempo que limitavam ou bloqueavam toda e qualquer expressão autônoma. Foi adotada, ainda, uma tática de antiaglomeração que anulava qualquer possibilidade de conversação e, portanto, bloqueava as articulações.

Outra tática de vigilância instituída e bem aceita pelo grupo de operários foi a implementação de novas técnicas eficazes e que juntas às já existentes trariam resultados surpreendentes: entra em cena a fábrica redefinindo as técnicas de poder que, em seus estudos, Margareth Rago define como fábrica “higiênica”: “a imagem de um mundo da produção harmonioso onde os ritmos e os regulamentos do trabalho fariam parte da própria natureza do processo produtivo”¹⁶. Esse modelo retrata muito bem a Brasil Oiticica que, desde sua instalação em Pombal, empregou técnicas modernas de dominação e vigilância, constituindo um cenário de nova figura produtiva. Rago afirma ainda que: “Na fábrica, a mobilização de um amplo arsenal de conhecimento e de técnicas coercitivas visa transformar sua estrutura psíquica e incluir hábitos regulares de trabalho, desde as origens da industrialização”¹⁷

A imagem de um chefe bom e amigo foi imediatamente difundida e absorvida por aqueles que formavam o grupo ou a “família Brasil Oiticica”. A imagem paternalista do chefe sucumbe

¹⁶ Id. *Ibid*, p. 34.

¹⁷ Id. *Ibid*, p. 18.

qualquer ideia de rebeldia ou insatisfação. A relação que se estabelecia era a mais estreita que se pode imaginar. A Brasil Oitica, inserida nesse contexto, investiu em projetos que viessem promover a disciplina, gerindo a vida do operário até nas horas vagas. Assim, foram criadas as festas de finais de semana e os jogos.

As festas organizadas para lazer dos funcionários nos finais de semana eram abertas também à comunidade. Contudo, os funcionários mais novos não participavam. Essa restrição impunha a vontade de permanecer no grupo para alcançar oportunidade de acesso. Vale ressaltar que as festas para os operários eram realizadas numa pequena quadra. No clube, construído dentro dos espaços da Brasil, eram realizadas grandes festas restritas aos administradores e à elite pombalense.

As festas para os operários não foram as únicas técnicas utilizadas nos investimentos da disciplina do lazer. O esporte também foi utilizado com esse objetivo: os campeonatos de futebol realizados no campo, localizado dentro da indústria, eram uma forma de ocupar os operários no final de semana e mantê-los sobre o olho do poder disciplinar. Quem não jogava também comparecia aos eventos. E para completar esse quadro de vigilância, foi fundada uma escola próxima ao escritório para atender apenas aos filhos e às filhas dos operários. Compreendemos a importância da escola numa época em que o poder público não investia na educação, mas sem perder de vista o que Rago, no livro *Do cabaré ao lar*, e mais especificamente no capítulo “fábrica satânica, fábrica higiênica”, coloca a esse respeito.

Do império da violência física e direta exercida no âmbito da fábrica onde o industrial ditava irreverentemente as normas de conduta, procurando padronizar os comportamentos segundo sua vontade, determinando os horários, os salários e todas as formas de relacionamento entre capital e trabalho, passa-se progressivamente para a introdução de novas técnicas moralizadoras, disciplinas doces e suaves.¹⁸

¹⁸ Id. *Ibid*, p. 19.

Percebemos uma “nova pedagogia” do “novo patrão”. Toda essa rede de poder ultrapassava os muros da Brasil, constituindo-se numa verdadeira malha de vigilância, controle e organização, alcançando as esferas da vida social dos pombalenses através do apito da Brasil.

O apito da Brasil: um senhor no controle do tempo

Como último tópico deste capítulo o destaque é para o apito da Brasil. E ele não era apenas um som, era o senhor do tempo, o vigia, o adestrador que condicionava toda a comunidade. O apito da Brasil era uma expansão do controle exercido que alcançava toda a comunidade. Por longos anos exerceu controle, adquirindo grande importância como fiscal da hora. Não apenas os seus operários eram despertados e guiados pelo som forte da chaminé, toda a comunidade estava condicionada ao apito que avisava a hora de entrada e saída dos seus operários.

O famoso apito da Brasil permaneceu nas lembranças dos pombalenses mesmo após o encerramento de suas atividades em 1986. A sirene tocava às sete horas da manhã, às onze, às treze e às dezessete horas, fazendo com que os moradores da cidade nela se baseassem, tanto nas suas atividades caseiras, como no trabalho do comércio e das empresas públicas. Aquele apito era também uma referência para os estudantes. O som da sirene foi interiorizado de uma forma tão intensa e marcante na vida da comunidade, que o relógio de pulso ou de parede tornou-se uma peça dispensável.

O apito da Brasil incorporou-se à vida dos moradores da cidade em muitos aspectos, introduzindo na cultura local hábitos e até superstições, criando no imaginário popular um sentido mágico. Nas brincadeiras das crianças, esse sentido mágico estava mais presente, pois havia uma crença cujo significado é uma incógnita: quando a Brasil apitava as crianças e até adolescentes procuravam algo em que subir. A regra era não ficar no chão.

As lendas, as brincadeiras de rodas, são demonstrações dos costumes de um povo. No caso de Pombal, o apito da Brasil não se

instalou apenas como senhor orientador dos hábitos e costumes; foi também instigador da imaginação e da criatividade. A história da Brasil Oiticica como indústria provedora de empregos e desenvolvimento da cidade permanece na memória dos pombalenses, é uma história passada de geração para geração. Da mesma forma e por vezes até mais forte acontece com a história do apito. Passadas três décadas do fechamento da indústria de óleo Brasil Oiticica, em Pombal, suas lembranças permanecem vivas. A sua chaminé, uma dessas lembranças, permanece erguida como símbolo de uma época, imagem de um passado, registro do desenvolvimento econômico vivido pela cidade. Após algumas tentativas de demolir a chaminé por parte da administração municipal (2016-2020), a população assumiu o posto de guardiã da história e não permitiu sua destruição. E a chaminé segue imponente no solar das oiticicas, pois nem um homem e nem uma mulher consegue apagar a memória e a história. Porque a história é viva e é vida.

Considerações finais

A proposta de produzir um trabalho com o tema Brasil Oiticica em Pombal configura-se como um desafio e, ao mesmo tempo, uma provocação instigante no sentido de descortinar uma história com uma nova perspectiva metodológica. Isto porque o percurso tomado na construção deste trabalho vislumbrou a proposta da Nova Historiografia, um novo modo de olhar e compreender o modo de vida, de trabalho e da cultura de um povo.

Quando nos propomos a pesquisar e produzir acerca de uma temática, buscamos as fontes, os trabalhos já produzidos e os acervos. Porém, por ser um trabalho pioneiro e, considerando que ainda enfrentamos o problema das fontes históricas não preservadas, procuramos, neste trabalho, contribuir com a construção da história da Brasil a partir dos poucos dados disponíveis e das informações obtidos na nossa pesquisa e produção do trabalho monográfico, realizado em 1997.

Assim, percebemos como a história da Brasil Oiticica marcou a vida da comunidade pombalense em vários aspectos e compreendemos sua forma de organização e técnicas de controle e vigilância de uma massa de trabalhadores que, imbuídos do desejo e necessidade de melhores condições de vida, foram integrados ao sistema de produção dentro dos critérios e condições estabelecidos pelo grupo.

Referências

- BARBOSA, Carlos Renato Cavalcante, FIRMINO. Paulo de Tarso, ALMEIDA, Francisco de Assis Cardoso, ALBURQUEQUE, Esther Maria Barros de, (orgs). **Oiticica: Exploração Agrônômica e Aproveitamento Energético**. Campina Grande-PB, AREPB, 2006.
- BURKE, Peter. **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- FOUCAULT, Michel **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- FOUCAULT, Michel **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HOBBSBAWN, Eric História operária e ideologia. In: **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1988 – pp. 17-34
- JUNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. “Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido”. In: Dossiê: **História & Perspectivas – 20 anos**. Desafios da História e da Historiografia. Uberlândia (40), jan. jun., 2009. p. 55-80.
- RAGO, Luzia Margareth. Fábrica Satânica e Fábrica Higiênica. In: **Do cabaré ao lar, a utopia da sociedade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987.

CAMPONESES SOB CONTROLE: O NASCIMENTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE POMBAL E LAGOA*

Francisco das Chagas Silva Souza (IFRN)

Introdução

Talvez, para muitos leitores, a escrita de um texto acerca da questão agrária e dos movimentos sociais rurais no Brasil seja algo pouco interessante, um *déjà vu*, uma vez que há uma extensa produção acadêmica sobre esse tema, principalmente nas últimas décadas do século passado, quando da intensificação das lutas pela reforma agrária, alavancada pelo Movimento dos Sem-Terra (MST). Nesse cenário, diversos autores, sobretudo da área das Ciências Humanas, produziram estudos que se tornaram clássicos.

Entretanto, mesmo sob o risco de este texto ser visto apenas como “mais um” a falar de um tema “fora de moda”, acreditamos que refletir acerca das lutas e das organizações dos trabalhadores (sejam estes urbanos ou rurais) é algo que merece a devida atenção, especialmente no atual cenário político brasileiro, marcado pela iminência de perdas de conquistas históricas e pelo avanço progressivo da extrema direita.

Daremos atenção à fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa-PB¹, considerando o contexto histórico da época do seu nascimento, na década de 1960. Esse estudo se justifica não apenas pela inesgotável importância em se estudar a

* Este texto é uma versão revista e ampliada da minha monografia do Curso de Especialização em História do Brasil, na UFPB/Cajazeiras (hoje UFCG), no início da década de 1990. Agradeço ao professor José Apolinário do Nascimento pelas sugestões dadas à época, a título de orientação.

¹ Em função da necessidade de igualdade de gênero, esse sindicato, atualmente, é denominado Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pombal-PB.

história dos trabalhadores (ainda hoje colocada em segundo plano, apesar dos avanços), mas ainda pela escassez de pesquisas acerca desse tema nas produções dos escritores pombalenses ou que tiveram Pombal como *locus* de pesquisa.

Nossa opção por essa pesquisa também se ampara na constatação de Martins², para quem “A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político”. Consideramos atual a afirmação do sociólogo da Universidade de São Paulo (USP), mesmo que ela tenha sido feita há mais de três décadas e que tenham havido grandes avanços na pesquisa historiográfica no Brasil com relação a esse aspecto.

Este texto está dividido em duas partes: na primeira, fazemos uma breve abordagem acerca da questão agrária no Brasil para podermos “situar” historicamente o leitor. Em seguida, com base em uma pesquisa documental a partir da ata de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa, analisamos a criação desse sindicato, relacionando-o aos contextos históricos nacional e regional da época.

A questão agrária e os conflitos no campo em meados do século XX no Brasil

Como esclarece Stedile³, “O conceito ‘questão agrária’ pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária”. Em seguida, o autor apresenta a definição de questão agrária para as Ciências Políticas, a Sociologia, a Geografia e a História, e a conceitua como “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na

² MARTINS, J.S., 1981, p. 26.

³ STEDILE, J. P., 2011, p. 15.

sociedade brasileira”⁴. É ancorado nessa definição que trabalharemos nesse texto.

No Brasil, a questão agrária, considerando a propriedade da terra (historicamente concentrada nas mãos de uma minoria) e as análises dessa realidade, não se esmaeceu com as políticas de reforma agrária em fins do século XX e princípios do XXI. Ao contrário, as pesquisas evidenciam um debate profícuo acerca da reforma agrária e o seu significado no atual contexto de penetração e expansão do capital no campo. Esse debate evidencia a complexidade com que se apresentam hoje os grupos populares envolvidos nas lutas pelo acesso e permanência na terra. É o que podemos constatar ao lermos uma obra organizada por Stedile (2013), na qual intelectuais e organizações sociais de trabalhadores do campo (*Via Campesina Brasil* e *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – MST*) analisam a natureza da reforma agrária praticada nas últimas décadas (alguns a veem como simples desapropriações) e apontam propostas para que esta venha realmente satisfazer os interesses populares.

Os comentários, tecidos na obra organizada por Stedile (2013), demonstram que o tema *questão agrária* está longe de ser esgotado e não é ponto pacífico nem mesmo entre a esquerda. Apresentam uma continuidade do que foi escrito há mais de cinco décadas por Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Moises Vinhas, Ignácio Rangel, dentre outros. Para Stedile⁵, “Foram estes os primeiros autores que, do ponto de vista da economia política e da história, procuraram interpretar as relações sociais e de produção na agricultura brasileira”.

Malgrado a propriedade da terra, no Brasil, tenha se concentrado nas mãos das elites desde o início da colonização, é a partir da segunda metade do século XX que os conflitos no campo tomam uma projeção nacional e ganham visibilidade nos estudos acadêmicos. Obviamente, isso não significa dizer que havia um

⁴ Id, *Ibid*, p. 15-16.

⁵ STEDILE, *Op. cit.*, p. 09.

conformismo dessa grande massa de homens e mulheres que viviam no campo na condição de meeiros, parceiros, arrendatários ou simples moradores de favor. Reações como a Guerra de Canudos e o cangaço, por exemplo, embora motivados por problemas sociais, eram vistos, na literatura e na imprensa, como ações localizadas e organizadas por uma gente ignorante, rústica e atrasada. “Na cabeça de muita gente fina da universidade, da Igreja e da intelectualidade esclarecida, estão ausentes esses acontecimentos. Eles não se somam à concepção de história já elaborada e cristalizada na cabeça dos intelectuais”⁶

Advertimos, mais uma vez, que a obra de José de Sousa Martins *Os camponeses e a política no Brasil* foi publicada há mais de trinta anos. Nessas três décadas houve avanços significativos nos objetos de estudo dos historiadores brasileiros, influenciados pela chamada “história vista de baixo”, popularizada na Inglaterra em meados da década de 1980⁷, e pela disseminação do uso de novas metodologias de pesquisa, como a história oral. Contudo, não podemos olvidar que muito ainda é preciso pesquisar acerca dos fatos históricos que tiveram as classes populares como protagonistas, sobretudo os camponeses e as chamadas “Comunidades e Povos tradicionais”.

É importante destacar que até a década de 1950, as palavras “camponês” e “campesinato” não existiam no vocabulário brasileiro. Os trabalhadores do campo eram designados como caipira, caboclo, tabaréu, caiçara... Palavras que, conforme Martins, tinham duplo sentido:

Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos e inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes querem dizer também “preguiçoso”, que não gosta de trabalho.⁸

⁶ MARTINS, J. S. *Op. cit.*, p. 26.

⁷ SHARPE, J. A., 1992.

⁸ MARTINS, J. S. *Op. cit.*, p. 22.

Portanto, termos depreciativos e ofensivos que, aos poucos, passam a ser substituídos em decorrência da entrada do campesinato no debate político nacional. “É, assim, excluído, que os militantes, os partidos e os grupos políticos irão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político”. Vale salientar que, à época, até mesmo entre os que se diziam seus aliados, esse camponês era visto como alguém que precisava de uma “conscientização” ou de uma “aliança subordinada” às diretrizes da classe operária.⁹

Essa entrada do camponês no debate político brasileiro dá-se, conforme Martins (1981), a partir da década de 1950, em um contexto em que, segundo ele, os camponeses tornavam-se, aos poucos, trabalhadores assalariados. O autor relata uma série de situações de violência, expropriação e reação camponesa em vários pontos do Brasil, nessa época, mas é enfático:

Foi entretanto no Nordeste, particularmente no Pernambuco e na Paraíba, que se desenvolveu o capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro. Ali surgiu em 1955, no Engenho Galiléia, uma associação de foreiros denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, logo conhecida por Liga Camponesa. As ligas se espalharam rapidamente pelo Nordeste, contando de início com o apoio do Partido Comunista do Brasil e com severa oposição da Igreja Católica¹⁰

O Partido Comunista do Brasil¹¹ (PCB), criado em 1922 e mantido durante vários anos na ilegalidade, visava expandir a sua

⁹ MARTINS, J. S. *Op. cit.*, p. 25.

¹⁰ *Ibid*, p. 76.

¹¹ Até agosto de 1961, quando realizou o seu V Congresso, o Partido Comunista do Brasil (PCB) tinha essa denominação. A partir de uma decisão tomada nesse Congresso, com a finalidade de facilitar o seu registro eleitoral e sua legalização, o PCB passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, atendendo às determinações do Tribunal Superior Eleitoral. Tal decisão acirrou as divergências internas que já vinham ocorrendo desde a publicação do Manifesto de Agosto de 1950 e a publicação dos “crimes de Stalin”, em 1956, por Nikita Krushev. Diante

influência para além do espaço urbano, penetrando, assim, no meio rural e formando uma aliança operário-camponesa¹². Por isso, em 1º de agosto de 1950, lançou um documento que se tornou conhecido como o “Manifesto de Agosto”, no qual definia a sua linha mais radical com relação aos problemas do campo. No seu programa, esse Manifesto defendia:

Confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos, etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura. Abolição de todas as formas semi-feudais de exploração da terra, abolição da “meia”, da “terça”, etc., abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, bancos, fazendeiros, comerciantes e usurários¹³

Não por acaso, em 10 de setembro do mesmo ano, o bispo de Campanha-MG, D. Inocêncio Engelke, lançou a Carta Pastoral intitulada “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Rural”. Tal coincidência de interesses entre o PCB e a Igreja levou Martins¹⁴ a concluir que “A história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das *lutas pela tutela política* do campesinato”. Como efeito, esses e outros documentos publicados nos congressos do PCB e pela Igreja

disso, em fevereiro de 1962, a ala dissidente convocou uma conferência nacional extraordinária e fundou o Partido Comunista do Brasil, adotando a sigla PCdoB e vinculando sua orientação à política da China Popular (ABREU, [2009a], [2009b]; SENA JÚNIOR, 2016).

¹² O envolvimento do PCB na organização das Ligas é destacado por Martins (1981), Bastos (1984), Azevedo (1982), Andrade (1986), Stedile (2012), dentre outros autores. Haja vista a amplitude da produção acadêmica sobre as Ligas, recomendamos ao leitor interessado na discussão, a leitura dessas obras.

¹³ MANIFESTO... 1950

¹⁴ MARTINS, J. S. *Op. cit.*, p. 81, grifo nosso.

fizeram das décadas de 1950 e 1960 palcos das organizações de camponeses dirigidas por comunistas e católicos.

A partir de meados da década de 1950, o PCB se aproximou e apoiou a criação das Ligas Camponesas na Zona da Mata nordestina. Para Stedile, as Ligas eram:

[...] um poderoso movimento de massas, com enorme capacidade de mobilização, para defender a urgência da realização da reforma agrária, com a palavra de ordem: “reforma agrária na lei ou na marra”. O objetivo imediato era a aprovação de uma lei de reforma agrária, até então inexistente nos marcos jurídicos do país. E caso as elites se opusessem a esse projeto, os camponeses não hesitariam em sua luta. Como não hesitaram. Ao longo de toda a existência das Ligas Camponesas (1954-1964), embora de curta duração (apenas dez anos de vida organizativa), sua luta se pautou pela cotidiana mobilização de massas. Desde a ocupação de engenhos até grandes manifestações urbanas, as ligas demonstraram sua força, quando reuniram, em Recife, mais de 50 mil camponeses vindos de todo o estado, em uma grande manifestação, fato que jamais se repetiu na história pernambucana.¹⁵

Entretanto, se as Ligas inicialmente contaram com o apoio do PCB, este partido, mais tarde, em função de revisões no seu projeto político, a partir do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, em 1960, voltou suas atenções aos trabalhadores rurais assalariados e se afastou das Ligas. Passou, assim, a disputar com a Igreja a fundação e o reconhecimento pelo Estado dos sindicatos de trabalhadores rurais. Nesse novo cenário, como destaca Stedile (2012), as Ligas Camponesas passaram a ser combatidas tanto pela direita latifundiária quanto pelos setores reformistas do PCB e pelos setores conservadores da Igreja Católica.

Foi nesse cenário de disputas e negociações que se deu a criação de um grande número de sindicatos rurais no Brasil. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa, na Paraíba,

¹⁵ STEDILE, J. P. 2012, p. 13.

era um destes. Criado sob a égide da Igreja Católica, a presença dessa instituição religiosa será marcante não apenas na sessão de fundação do sindicato, mas ainda nas reuniões com os trabalhadores rurais, como veremos a seguir a partir da ata que registrou o nascimento desse sindicato.

Igreja católica e sindicalismo rural em Pombal e Lagoa¹⁶

De acordo com a ata da sessão de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa, essa solenidade ocorreu no dia 22 de setembro de 1963, no Cine Lux (antigo cinema de Pombal, cujo prédio foi demolido). O evento contou

[...] com a presença de grande número de trabalhadores rurais deste e do município de Lagoa, perante delegações de trabalhadores rurais de Cajazeiras e de Catolé do Rocha, esta sob a chefia do seu vigário Frei Marcelino de Santana.¹⁷

Conforme o documento, o Reverendíssimo Cônego Oriel Antônio Fernandes

[...] compôs a mesa diretora do trabalho e a seguir passou a direção da sessão ao Revm^o Frei Marcelino, que dando por aberta passou a palavra ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha que, em rápidas palavras, explicou para os presentes as finalidades do sindicato a sua base legal e apôio na legislação vigente [sic].¹⁸

A palavra volta para o “Sr. Presidente da sessão [Frei Marcelino] que procedeu a eleição da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa”, a qual se deu por

¹⁶ Atualmente, os trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Lagoa-PB possuem sindicato próprio. Infelizmente, não sabemos precisar a data em que ocorreu a separação entre os dois sindicatos.

¹⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE POMBAL E LAGOA, 1963.

¹⁸ Id. *Ibid.*

aclamação, tendo sido eleitos para os cargos principais: Manuel Vieira Ferreira (Presidente), Francisco Fernandes Pinheiro (Secretário), Manuel Francisco Pereira (Tesoureiro).

Em seguida, um estudante, cujo nome, infelizmente, não está escrito no texto da ata,

[...] clara e francamente explicou com palavras candentes o que seja sindicato, o seu sentido e finalidades. Falou das vantagens e virtudes desse instituto de proclamação garantida pelas leis do país, máxime e as leis trabalhistas. Elucidou o verdadeiro lado do sindicato que ali se fundara e dos que já existiam nas cidades circunvizinhas.¹⁹

Posteriormente à fala do estudante, o Sr. José Fernandes Sousa, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha,

[...] advertiu os seus colegas de Pombal contra as propagações falsas que haverão de surgir no sentido de macular ou nodoar com a pecha de comunista os sindicatos que estão se alastrando pelo sertão paraibano, máxime aqueles que contam com a [lacuna deixada pelo redator] segura dos documentos papais em particular a Encíclica Mater et Magister de Santidade o Papa João XXII²⁰

O discurso do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras também merece destaque. Este,

[...] em ligeiras e simples palavras, conclamou seus pares a lutarem denodadamente pelos fins a que seu sindicato se propõe. Arregimentação, coragem e heroísmo são as qualidades dos sindicalizados que se devem nortear pelo respeito às leis e ao patrão, inspirando-se pela compreensão mútua.²¹

¹⁹ Id. *Ibid.*

²⁰ Id. *Ibid.*

²¹ Id. *Ibid.*

A exposição do presidente da sessão, Frei Marcelino de Santana, coroa a reunião e endossa o teor dos discursos anteriores. Transcrevemos sua fala na íntegra:

Tomando a palavra, o Sr. Presidente da sessão fez uma rápida síntese do Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa, passando a dirigir aos obreiros do campo ali presentes proveitosa alocação em que exortava os camponeses presentes a engrossarem as fileiras do sindicato que então se fundava. Advertiu os presentes sobre as facilidades oportunistas [*sic.*] do tempo de eleição e da situação post eleitoral face oposto da anterior. Aludiu a insegurança que cerca o trabalhador rural no final da sua existência em contraposição a outras classes de obreiros que contam depois de longo período de lutas e canceira [*sic.*] com um amparo legal a aposentadoria. Justiça, eis outro tema abordado pelo Sr. Presidente. “É de justiça”, disse ele, que estamos a precisar, porque a paz é feita da justiça. E se quisermos paz e tranquilidade faça-se primeiro justiça, o que deve ser preocupação de todos, máxime dos governos e dos detentores do poder em favor dos subalternos e inferiores. Os trabalhadores tem a sua grande importância de vez que são eles os produtores de tudo quanto passa pela mesa do pobre e enfeita a mesa do rico. O sindicato assim vai melhorar, pela promoção o homem do campo. Referiu-se aos 2 inimigos comuns de todos nós: o comunismo, antro de farsa e desumanidade, extintor da liberdade humana; e o capitalismo. [...] não é pelo ser rico, possuir patrimônio etc. O que condena é o lado parasitário do capitalismo. Concluiu convidando os trabalhadores rurais presentes, máxime os de Pombal e Lagoa, a se estreitarem em laços de união e compreensão sob a égide do respeito, para trabalharem pela melhora, pela vitória que os espera no futuro próximo.²²

Por fim, a palavra foi facultada ao Monsenhor Oriel Antonio Fernandes, que agradeceu aos presentes e, em seguida, concedeu a palavra ao Cônego Luis Gualberto de Andrade, que parabenizou os trabalhadores ali presentes,

²² Id. *Ibid.*

[...] porque aquela entidade trazia o sinal sadio da doutrina da Igreja. Falou sobre um fato real e entristecedor: o de o conhecido líder comunista Francisco Julião, deputado pernambucano, as escondidas estar se correspondendo com agricultores do nosso município, lamentando o orador que se não houvesse apreendido essas correspondências para a prova. Aludiu ainda [texto ilegível] feito ver a S. Ex^a o Sr. Bispo Diocesano, em reunião do clero, queurgia que se apregoassem e espalhassem os sindicatos do sertão.²³

O documento de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa revela não apenas a ação da Igreja no intuito de intervir na organização dos trabalhadores rurais, mas também em doutrinar esse público. Inclusive, a presença ostensiva do Cônego Oriel Antonio Fernandes nas reuniões desse sindicato, conforme consta no livro de atas, atesta o controle da Igreja sobre a massa de trabalhadores rurais em Pombal e em outras cidades.

Essa posição da Igreja, em nível nacional, é explicada por Vanilda Paiva (1985). Para ela, posteriormente à Segunda Guerra Mundial, o moderno Estado burguês, ao reconhecer os riscos apontados pela Igreja na chamada “sociedade de massas”, percebeu, nessa instituição, um importante instrumento de controle dos “impulsos irracionais” das camadas populares, não somente no campo, mas especialmente nos centros urbanos. Passou-se, portanto, a abrir caminho para a difusão de valores religiosos conectados a uma ação educativa, impedindo que a sua “erupção” na cena política gerasse revoluções. É aí que podemos encontrar mudanças na orientação doutrinária e operacional da Igreja, optando pela ação direta sobre as massas:

[...] para a Igreja mantém-se a importância da ação no meio rural, nas pequenas comunidades, de modo a ‘não perder’ o homem do campo; mas coloca-se igualmente a busca de formas modernas de ação no meio urbano, “reconquistando” os trabalhadores, seja em contraposição ao socialismo laico e eventualmente anticlerical ou

²³ Id. *Ibid.*

ainda dissolução das crenças religiosas pelo avanço de outras formas de racionalização do mundo não ligadas a ideias socialistas, seja em oposição a outras religiões com forte apelo de massas urbanas.²⁴

Não restam dúvidas que a nova postura da Igreja, em relação ao campo, tomou forma quando da intensificação do êxodo rural e da iminente ameaça de entrada das “ideologias alienígenas” no campo, com o fim do Estado Novo e a consequente “redemocratização”, em 1945. Nesse sentido, essa instituição passou a denunciar as condições de vida da população do meio rural e a defender o acesso à terra para todos (PAIVA, 1985). É nesse cenário que podemos entender a Carta Pastoral de D. Inocêncio Engelke:

Longe de nós, patrões cristãos, *fazer justiça movido pelo medo. Antecipai-vos à revolução.* Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja. Não leveis, com vossa atitude, à ideia errada de que o comunismo tem razão quando afirma ser a religião uma força burguesa. O Cristianismo não se contenta com vossas esmolas – exige de vós justiça para vossos trabalhadores. Dai-lhes uma condição humana e cristã. *E isso não com o pavor da revolta mas por uma questão de fé,* pois a fé nos ensina que, sendo todos filhos do mesmo Pai que está nos céus, somos todos irmãos. Há de haver na terra lugar para todos nós. Deus não errou a conta e o mundo há de abranger-nos, sem necessidade de mutuamente nos devorarmos.²⁵

Martins, ao analisar a pastoral de D. Inocêncio, classifica-a como extremamente reacionária.

A preocupação era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade de a Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários. A questão era desproletarizar o operário dos campos, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas, como assinalariam outros documentos produzidos por outros

²⁴ PAIVA, V. 1985, p.13.

²⁵ ENGELKE, 1953 *apud* DOMBROWSKI, 2006, p. 2. Grifos nossos.

membros do episcopado. No entender dos bispos, só a fixação do homem à terra evitaria o êxodo, a proletarização. A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salvá-lo do comunismo.²⁶

No Rio Grande do Norte, por exemplo, o Serviço de Assistência Rural (SAR), criado pelo Pe. Eugênio Sales, o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Emissora de Educação Rural, foram usados pela Igreja para manter a sua hegemonia sobre os camponeses e entravar o “avanço comunista” que ameaçava o campo, sobretudo com a expansão das Ligas, a vitória da Revolução Cubana e a ação do PCB.²⁷

Marlúcia Paiva, outra pesquisadora do Rio Grande do Norte, ressalta que, neste estado, houve uma mudança na ação educativa da Igreja Católica a partir da Segunda Guerra Mundial. Para ela,

[...] a Igreja, tendo em vista o acirramento das contradições sociais, advindas da expansão/consolidação do capital e da emergência política das classes trabalhadoras, procurou organizar suas bases laicas na Ação Católica, de forma que esta, mesmo sem se caracterizar como um partido político, passasse a agir como tal na sociedade civil. Os *militantes* da Ação Católica atuaram como interlocutores entre a Igreja e as massas sociais, organizando política e ideologicamente essas massas, dentro de um *humano apostólico e cristão*, integrando-as no processo desenvolvimentista então em curso no país.²⁸

Ao conduzirmos o debate para a realidade do interior da Paraíba, especificamente para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa, logo se percebe a vinculação desse Sindicato ao contexto nacional. Os discursos expressam o pavor (ou a tentativa de implantar/fortalecer o medo do comunismo) e o controle ideológico dos três representantes do clero (Frei Marcelino de Santana, Cônego Oriel Antonio Fernandes e Monsenhor Luis

²⁶ MARTINS, *Op. cit.*, p. 88.

²⁷ CRUZ, D. S., 1985.

²⁸ PAIVA, 2014, p. 22, grifos da autora.

Gualberto), do estudante anônimo e dos líderes sindicais de Cajazeiras e de Catolé do Rocha, este último sob a “chefia” do Frei Marcelino de Santana, como escreve o redator da ata.

Algumas omissões merecem ressaltar no documento que estamos analisando: não são citados os nomes das lideranças sindicais presentes na sessão, exceto o do presidente do sindicato de Catolé do Rocha, mas apenas quando este fala pela segunda vez. Os nomes do estudante e do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras não são elencados. Negligência, esquecimento, desatenção do redator da ata? Não acreditamos que as omissões são apenas esquecimentos. No discurso, o não dito muito diz. Ele é intencional. Por que não foram omitidos os nomes dos membros da Igreja? Certamente, porque eles eram os protagonistas do que estava acontecendo e não figurantes ou atores coadjuvantes, como o público ali presente.

Outra lacuna é visível na textualização do discurso de José Fernandes Sousa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha, que: “advertiu os seus colegas de Pombal contra as propagações falsas que haverão de surgir no sentido de macular ou nodoar com a pecha de comunista os sindicatos que estão se alastrando pelo sertão paraibano, máxime aqueles que contam com a [espaço em branco] segura dos documentos papais. As palavras “aprovação”, “aquiescência”, “adequação”, “permissão”, “concordância”, dentre outras, poderiam ter sido escritas pelo redator no espaço que deixou em branco. Por que não o foram? Deixariam muito claras as intenções e o controle da Igreja?

Não temos dúvidas do propósito da Igreja em manter as lideranças sob controle (assinálamos, mais uma vez a palavra “chefia”, escrita na ata quando se faz referência ao líder sindical de Catolé do Rocha). Esse desejo não era difícil de ser realizado numa região pobre, marcada pelo analfabetismo e pela presença da Igreja

Católica²⁹. Naquele cenário, os padres, aos olhos da maioria, eram sujeitos cultos, honestos e respeitadores da moral e dos bons costumes. Logo, as ponderações de um membro do clero eram algo inquestionável para muitos dos presentes na solenidade.

O respeito de que gozava a Igreja Católica e as suas lideranças tornava muitos padres intelectuais orgânicos, ou seja, aqueles que atuam para criar, junto à sociedade, a consciência correspondente aos interesses das classes que representam³⁰. Isso explica a regularidade da presença do Monsenhor Oriel Fernandes nas reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa e a condução por ele desses encontros com os camponeses. Para essas reuniões, consoante o Livro de Atas de Reuniões Extraordinárias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa (1963), esse padre levava as notícias do Brasil e do mundo, como, por exemplo, a deposição de João Goulart pelos militares (obviamente transmitida por ele como a vitória contra o comunismo) e o assassinato do presidente John Kennedy, tratada com grande pesar e atribuída ao comunismo. Desse modo, vemos, na figura do Monsenhor Oriel, a concretização do que Gramsci denominou de intelectuais:

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) *do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da*

²⁹ Importa destacar que o município de Pombal-PB, como muitos outros espalhados pelo Brasil, teve o seu nascimento ligado diretamente às ações da Igreja. A fixação da colonização em Pombal, por Teodósio de Oliveira Ledo, foi de suma importância para a ocupação do interior da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Há uma versão tradicional que associa a conquista do território à intermediação de Nossa Senhora do Bom Sucesso (santa padroeira da cidade), na vitória contra a resistência dos indígenas. Por isso, “A história da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso está de tal modo vinculada à história do município de Pombal que se torna inteiramente impossível estudar uma, sem ter visto a outra” (SEIXAS, 2004, p. 199).

³⁰ GRAMSCI, A. 1971.

confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.³¹

Ao estimular o medo do comunismo (que parecia bater às portas, com a chegada de cartas de Francisco Julião, segundo a informação do Cônego Luis Gualberto), os membros da Igreja e os poucos palestrantes da sessão de fundação do sindicato traziam o antídoto: a união dos trabalhadores por meio de sindicatos criados sob “o sinal sadio da doutrina da Igreja”. Era preciso “engrossar as fileiras” contra o comunismo e rechaçar qualquer influência externa à Igreja.

A referência à Carta *Encíclica Mater et Magister* de S. João XXIII, um documento de tão importante peso para os católicos, justificava-se face à tentativa de tranquilizar os trabalhadores: a Igreja estava ali, com eles, contra os dois inimigos comuns, como disse Frei Marcelino de Santana: o comunismo e o capitalismo. O primeiro, um “antro de farsa e desumanidade, extintor da liberdade humana”; quanto ao segundo, embora o frade reconheça como um sistema explorador, imediatamente modaliza o seu discurso e destaca que não está se referindo ao “ser rico, possuir patrimônio”. É como se a riqueza dos proprietários de terras ali presentes viesse por acaso ou fosse fruto da vontade de Deus.

O discurso do Frei Marcelino, destacando a necessidade de união dos trabalhadores rurais, revela a pressa e a possibilidade da perda de liderança do clero frente aos camponeses. A menção ao sistema político denuncia apenas a manipulação dos detentores do poder tendo como referência o antes e o pós-eleitoral. É uma advertência sem maiores consequências pois, o que prevalecia, na realidade, era a palavra do proprietário e a relação de dependência do morador, rendeiro, arrendatário e, até mesmo, do pequeno agricultor. Por ironia, a questão política aparece nas palavras do

³¹ Id. *Ibid.*, p. 11, grifo nosso.

orador, como um perigo, no sentido de a classe política manipular o sindicato, mas a manipulação também ali estava sendo feita.

O presidente da sessão parecia estar desinformado sobre o cotidiano do trabalhador rural (embora não acreditemos nisso), ao apontar a aposentadoria como uma solução para a insegurança deste no final da sua vida. Não nos restam dúvidas de que a aposentadoria foi e é elemento engrossador das fileiras do sindicato rural. Entretanto, o que destacamos é a falsa ingenuidade do Frei Marcelino em falar de “insegurança” do trabalhador no “final de sua existência”, como se o “amparo legal da aposentadoria” fosse trazer tranquilidade para homens e mulheres que tiveram uma vida inteira de trabalho e dificuldades no semiárido e que, mesmo aposentados, continuariam trabalhando para poder prover o seu sustento.

De acordo com o redator da ata, o orador principal falou ainda de paz e justiça. Muito cômodo falar desses temas num momento em que a Igreja se colocava como protetora dos trabalhadores e contra os avanços do comunismo. O discurso do presidente da sessão é de conciliação entre as classes, como, aliás, é o texto da Carta Pastoral de D. Inocêncio Engelke, já citada em páginas anteriores. O bispo de Campanha-MG pede que os “patrões cristãos” façam justiça, mas não “movido pelo medo”. “Antecipai-vos à revolução”, diz ele, e “Dai-lhes uma condição humana e cristã. E isso não com o pavor da revolta, mas por uma questão de fé, pois a fé nos ensina que, sendo todos filhos do mesmo Pai que está nos céus, somos todos irmãos”.³² Portanto, a paz e a justiça seriam frutos da colaboração entre as classes, e não da luta entre elas, mas das benesses de um capitalismo “bonzinho”.

Não é demais lembrar que a justiça, praticada pelos poderes competentes à época, era a dos proprietários de terra, e, porque não dizer, dos coronéis, que muito se sabe como ocorria. A apelação aos poderes públicos e demais detentores de poder é uma farsa em termos de pôr em prática uma justiça que não está ao alcance do trabalhador.

³² ENGELKE, 1953 *apud* DOMBROWSKI, 2006, p. 2.

Mas o discurso conciliador não é apenas da Igreja. A representação dos agricultores de Cajazeiras lembrou aos seus pares que “arregimentação, coragem e heroísmo são qualidades dos sindicalizados que se devem nortear pelo respeito às leis e aos patrões, inspirando-se pela compreensão mútua”. O estudante anônimo fez questão de lembrar, aos trabalhadores rurais ali presentes, que o sindicato ora criado era garantido pelas leis do país (ao contrário das Ligas, registre-se mais essa omissão). Falou também sobre “o verdadeiro lado do sindicato que ali se fundara e dos que já existiam nas cidades circunvizinhas”. Ou seja, o lado da Igreja e do poder público e econômico, embora isso não tenha sido dito, obviamente.

Enfim, os resultados estão aí: a criação de vários sindicatos³³, cujas direções eram (e muitos ainda o são) manipuladas sucessivamente por mecanismos de controle do governo, como é o caso da assistência médica com propósito de desviar a atenção da luta principal, qual seja, o respeito aos direitos do trabalhador como cidadão. O peleguismo foi outro resultado conseguido no processo de sindicalização, fruto não de uma luta de classes e da tomada de consciência de sua existência, mas de outras forças que impunham “democraticamente” sua vontade. Por fim, destacamos aquelas lideranças que se utilizam da sua influência com os trabalhadores e trabalhadoras rurais com fins eleitoreiros.

Considerações finais

O nascimento dos sindicatos rurais no Nordeste deu-se, na sua grande maioria, pela ação da Igreja Católica quando esta mudou as diretrizes básicas que orientavam o seu trabalho, em relação ao

³³ Tal sindicalização rural crescia graças às facilidades que a Igreja teve junto ao Ministério do Trabalho para reconhecer esses sindicatos em face da influência do Partido Democrata Cristão no governo de João Goulart. Em fins de 1963, a Igreja já tinha fundado 67 sindicatos, uma Federação e associado aproximadamente 50 mil trabalhadores. O Partido Comunista fundara cerca de 30, portanto, bem menos que a Igreja (CRUZ, 1985. p. 69).

homem do campo. Essa mudança ocorreu em decorrência da conjuntura econômica e política do Brasil, em meados do século passado, razões mais que suficientes para provocar uma postura que impedisse a expansão da influência do PCB e das Ligas Camponesas. Era preciso salvaguardar o trabalhador rural (mas não só este) das ideias da esquerda e tê-los ao seu lado. É dessa forma que os pesquisadores compreendem a fundação e a expansão dos sindicatos rurais no Nordeste (ANDRADE, 1986; AZEVEDO, 1982; CRUZ, 1985; MARTINS, 1981).

A criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa, no sertão paraibano, não se deu de forma diferente: ele é fruto da ameaça sentida e percebida pela Igreja, no que se refere à organização dos trabalhadores rurais sob a liderança das Ligas Camponesas e do PCB, os quais põem em xeque a sua liderança e o *status quo*. A “luta” dos trabalhadores rurais para organizar o seu sindicato foi muito mais uma manobra do clero da região atrelado ao jogo político da época, do que uma tomada de consciência política da classe camponesa. Ironicamente, era um sindicato que, como tantos outros espalhados pelo sertão, temia quem de fato tinha uma proposta em prol dos seus interesses, o PCB e as Ligas.

Os discursos presentes na ata de fundação do Sindicato são profundamente conservadores e pregam a conciliação entre os trabalhadores rurais (moradores de favor, meeiros, pequenos proprietários) e os patrões. É bom que se diga, o clero não tinha concretamente nada a oferecer a aqueles trabalhadores, a não ser o medo do comunismo e a promessa da tranquilidade que a aposentadoria traria no “fim de suas existências”. A aposentadoria veio acomodar ainda mais os que não gozavam de tal benefício. Apareceu como verdadeiro milagre caído do céu, principalmente no período de maior risco para as elites detentores de poder econômico.

Por fim, nosso interesse, com esta pesquisa, foi contribuir para a história do município de Pombal, vista, geralmente, sob uma ótica positivista e conservadora. Não tivemos a pretensão de encerrar o assunto. Pelo contrário, temos a finalidade de que este trabalho possibilite e contribua para o desenvolvimento de outros, seja

refutando ou confirmando a tese aqui exposta, pois compartilhamos do ponto de vista de que a memória e a história são conhecimentos construídos a partir de contextos, interesses, negociações, portanto, longe de serem neutros. Isso posto, não colocamos aqui um ponto final, e nossas considerações estão em aberto.

Referências

- ABREU, A. A. **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro [2009a]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- ABREU, A. A. **Partido Comunista do Brasil (PCdoB)**. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro [2009b]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-do-brasil-pc-do-b>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- ANDRADE, M. C. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.
- AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- BASTOS, E. R. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CRUZ, D. S. Sindicalismo Rural, Igreja e Partidos no Rio Grande do Norte em 1960. In: SILVA, L. A. M. *et al.* **Movimentos sociais: para além da dicotomia rural-urbano**. João Pessoa, 1985. p. 61-69.
- DOMBROWSKI, O. A opção pelo estado: um estudo sobre o envolvimento da Igreja Católica com o problema da reforma agrária no Brasil. **Caderno CEAS**, Salvador, n. 223, p. 1-13, jul./set. 2006.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MANIFESTO de agosto de 1950. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1950. Disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2020/08/24/pcb-manifesto-de-agosto-de-1950>. Acesso em: 27 dez. 2020.

- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- PAIVA, V. **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.
- PAIVA, M. M. **Igreja e renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1965)**. Natal: EDUFRN, 2014.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE POMBAL E LAGOA. **Livro de atas de reuniões extraordinária: Ata de fundação, de 22 de setembro de 1963**. Pombal, PB, 1963. 4f.
- SEIXAS, W. N. **O velho Arraial de Piranhas** (Pombal). 2. ed. João Pessoa: Grafset, 2004.
- SENA JÚNIOR, C. Z. (Org.). **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2016.
- SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 39-62.
- STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. Expressão Popular: São Paulo, 2011.
- STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. 2. ed. Expressão Popular: São Paulo, 2012.
- STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. Expressão Popular: São Paulo, 2013.

O QUILOMBO DOS DANIEL E OS PONTÕES: UMA RELAÇÃO DE IDENTIDADE

Francisco Jarismar de Oliveira (IFPB)

Introdução

A história brasileira relatada nos livros didáticos traz, em seu teor, a narrativa da conquista e ocupação do nosso espaço geográfico e cultural pelo homem branco europeu. Essa conquista se dá pela força e pelo desprezo para com a vida, tradições, crenças, costumes e valores culturais dos habitantes locais. A desmedida ambição comercial dos ibéricos e as mazelas físicas e sociais trazidas por estes foram os alicerces do que viria a se tornar um dos mais dramáticos capítulos da história não contada do Brasil, a imposição de um sistema escravagista com o extermínio dos nativos e de negros oriundos do continente africano.

As naus cabralinas trouxeram em seus porões a morte e a desgraça para os indígenas, como também para os africanos que aqui aportaram como escravos para a lavoura canavieira. Em troca, os portugueses levaram daqui o pau-brasil, o açúcar, o ouro, as pedras preciosas e o deslumbramento mortal com as imensas possibilidades de exploração nas terras do novo mundo.

Não tardou a exaustão dos corpos indígenas para o trabalho forçado, e novos corpos foram necessários para atender à demanda do explorador português. À custa de músculos e muito sangue, se daria a sucção das riquezas das novas terras, tiranamente apropriadas pela coroa portuguesa. Na primeira metade do século XVI já aportaram, na costa brasileira, as primeiras caravelas com cargas humanas africanas. Estas vidas sofreriam nestas terras e daquele momento em diante (do século XVI à segunda metade do século XIX) um holocausto material, cultural e religioso.

A sobrevivência dos costumes, da religião e de outros valores intrínsecos da tradição cultural da etnia negra africana, se fez com a resistência dos quilombos. Nesses espaços de sociabilidade identitária se refugiavam os escravos negros em fuga da dor e do sofrimento físico e psicológico. Nesses territórios de independência étnica se preservou o conjunto de conhecimentos, informações, saberes adquiridos em uma perspectiva coletiva da identidade negra e que hoje reside nos remanescentes quilombolas de todo o Brasil.

Neste capítulo, nosso propósito é discutir o remanescente quilombola dos Daniel, em Pombal-PB, com seus aspectos de sobrevivência cultural e identitária vivificada em sua relação com o grupo folclórico e artístico Pontões.

Os quilombos, os movimentos e as irmandades negras

No Brasil, os quilombos, movimentos e irmandades negras surgiram ainda dentro de uma estrutura social escravocrata e racista, ou seja, bem antes da libertação do cativo com a assinatura da Lei 3.353, a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. As lutas e aspirações por uma integração social, uma legitimação existencial dentro da sociedade escravista brasileira, mesmo que fracionada em vários movimentos, não cessaram desde o Brasil Colônia até a República atual. As primeiras expressões reivindicadoras desse espaço social culminaram com a organização dos quilombos e com os movimentos revolucionários, como o dos Malês, em 1835 (REI, 2003), dentre outras manifestações e, também, com o surgimento das irmandades.

Mesmo sem muita visibilidade na academia, a historiografia dos movimentos e suas conquistas se apresentam nos dias atuais com avanços significativos. A Constituição de 1988 e as Leis subsequentes promoveram o “aparecimento” dos quilombos e a “visibilidade” dos seus remanescentes. Nesse cenário, precisamos conceituar academicamente o quilombo. Podemos perceber no conceito de Moura (2006) uma restrição dos quilombos aos espaços geográficos rurais, como sendo:

Comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada. Valoriza tradições culturais de antepassados (religiosas ou não) e as recria no presente. Possui história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência étnica¹.

Esse conceito é insuficiente diante da existência de comunidades quilombolas urbanas, e que são herdeiras da mesma trajetória de resistência e enfrentamento na luta para manutenção da sua identidade pessoal e histórica. Acrescentemos à conceituação de Moura (2006) a definição dada pelo artigo 2º do Decreto 4887/2003, que reza o seguinte:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida².

A autoatribuição, o autorreconhecimento, a ancestralidade e a resistência a toda e qualquer opressão pela cor da pele e pelas tradições culturais e religiosas são alguns dos fatores determinantes na configuração de um quilombo ou remanescente quilombola. Essas características são importantes para delimitarmos o recorte histórico da nossa proposta neste texto.

A supremacia católica, nos primeiros séculos da história brasileira, sucumbia qualquer outra expressão religiosa ou cultural que não comungasse dos seus ritos e dogmas. Portanto, os nativos e os primeiros africanos e seus descendentes foram submetidos aos ditames rigorosos da Igreja e do Estado, tendo suas manifestações e expressões culturais e religiosas impedidas.

¹ MOURA, G. 2006, p. 330.

² BRASIL, 2003.

Portugal propunha uma unicidade moral e política dos povos da colônia brasileira, e para isso ditava que “o que era preciso é que fosse Católico-Romano ou aqui se desinfetasse com água benta da heresia pestífera; que se batizasse; que professasse a fé católica, apostólica romana”³. Qualquer outra forma de manifestação religiosa enfrentaria, além da Inquisição, deportações, repressões e outras penalidades, ordenados pelo Tribunal do Santo Ofício.

Esse contexto do Brasil Colonial levou as aspirações sociais da etnia negra a ressignificar muito a sua religiosidade, buscando uma aproximação com os moldes do catolicismo, cultuando os seus orixás por meio das imagens católicas, iniciando, talvez aí, o fenômeno do “sincretismo” religioso brasileiro.

As irmandades controladas pela Igreja Católica foram veículos de conversão de outras etnias ao catolicismo. Desde o século XIII que as confrarias religiosas já eram presentes em Portugal. No Brasil, elas despontam e se proliferam a partir do século XVIII, com o mesmo formato das portuguesas. São regidas por estatutos, seguidos à risca em seus mandamentos e requeriam autorização eclesiástica para seu funcionamento. Em Pombal, todos esses trâmites e protocolos foram observados para a criação da Irmandade dos Negros do Rosário de Pombal.

Preâmbulo histórico e cultural do negro em Pombal

Segundo o pesquisador Verneck Sousa⁴, Pombal foi o berço, a porta de entrada para a civilização sertaneja. A cidade possui vários monumentos históricos, a exemplo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Concluída em 1721, o monumento é patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP. Para esse templo religioso os negros pombalenses endereçaram sua veneração doutrinária religiosa a Nossa Senhora do Rosário.

³ FREYRE, 1990, p. 200.

⁴ SOUSA, 2002.

Falar do negro em Pombal é falar da Irmandade do Rosário, uma congregação de negros que foi instituída por meio de despacho conferido pelo bispo de Olinda, Dom João Fernandes Tiago Eberardi, em fins do século XIX. O documento foi entregue ao preto e confrade Manoel Antônio de Maria Cachoeira, que saíra a pé de Pombal até àquela cidade, com o fim de receber a autorização do prelado olindense. De acordo com aquele despacho, firmado em 18 de julho de 1895, pelo escrivão de registro da Comarca Eclesiástica de Olinda e autorizado pelo mesmo bispo, ficava instituída a Irmandade que deu origem à Festa do Rosário.

Missa na Festa de Nossa Senhora do Rosário (2019)



Fonte: o autor

Centro histórico de Pombal-PB (2019)



Fonte: o autor

Como em vários outros pontos do Brasil, Pombal consolida a confraria da Irmandade do Rosário como um espaço de construção identitária e de ajuda recíproca entre os negros locais, não diferindo de outras confrarias de mesma nomenclatura no Brasil, como nos diz Araújo:

Ao contrário do que se pensa, a finalidade original da Confraria não era apenas a organização da Festa do Rosário, mas também a ajuda mútua aos seus “irmãos de devoção”, proporcionando-lhes um espaço de construção da identidade negra; na prestação de auxílio aos confrades, seja na compra de alforrias, na ajuda às famílias desamparadas ou promovendo um enterro digno aos seus

associados – irmãos de devoção –, e também o culto ao Rosário do Rosário de Nossa Senhora⁵.

A Irmandade do Rosário oportuniza a presença social dos negros de Pombal no evento de maior repercussão do calendário municipal, que é a centenária Festa do Rosário, celebrada no primeiro domingo de outubro desde a sua criação, em 1895. Nesse evento, os grupos folclóricos “negros” dos Pontões, do Reisado e dos Congos, fazem suas apresentações. Cabe registrar, porém, que tais apresentações já ocorriam desde 1888 – antes, portanto, da assinatura do ofício por parte do Bispo de Olinda, autorizando a fundação da Irmandade.

A Irmandade do Rosário, constituída oficiosamente em 1895, representa um espaço de referência e de contínua construção da identidade negra no município. Vem a ser um espaço social onde são revividas expressões culturais da etnia negra, apresentando-se como fator de identificação para os movimentos negros, na atualidade.

Compreendemos, aqui, por espaço social, o conceito de localização por referencial de identidade e de capital cultural dentro de uma dimensão simbólica⁶. No nosso caso em estudo, esse espaço identitário envolve a Irmandade do Rosário e os grupos folclóricos dos Pontões, Reisado e Congos.

Na mesma linha de argumentação, entendemos que as atividades desenvolvidas há séculos por esses grupos já caracterizam um capital social, que na ótica de Pierre Bourdier representa “o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”⁷. Esta relação, já institucionalizada pelos séculos de existência, pela Festa do Rosário e com as apresentações dos grupos folclóricos negros, dentre eles os Pontões, pode vir a ser a pavimentação de uma representatividade negra dentro da sociedade pombalense em

⁵ ARAÚJO, 2014, p. 10.

⁶ PASSERON, 1994.

⁷ BOURDIER, 1985, p. 248.

um destacado território de grande visibilidade, onde habita a cultura negra local.

Podemos perceber esse esforço em garantir um território de livre manifestação identitária e fuga do esquecimento cultural em Pombal a partir do esforço dos grupos folclóricos em se manter vivos, geração após geração – embora atualmente a “amnésia cultural” venha ganhando espaço nas gerações quilombolas herdeiras e já seja visível o branqueamento dos seus integrantes.

Contudo, esse espaço simbólico dos Pontões, Reisado, Congos e da Irmandade do Rosário poderá ser o esteio garantidor da longevidade desse capital social e, também, uma das motivações para a discussão da identidade das comunidades negras locais, em nosso caso específico a dos Daniel.

O quilombo dos Daniel e os Pontões

A trajetória recente da etnia negra no município de Pombal consta de alguns registros. A partir do ano de 1995, o movimento Raízes de Pombal trabalha a sensibilização das comunidades quilombolas locais no tocante à sua identidade, fomentando a elevação de sua autoestima e avançando em busca de programas sociais e políticas públicas de valorização do negro. Entre os feitos do movimento está a vinda da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) a Pombal, no ano de 2005, e o reconhecimento dos Daniel⁸ e dos Rufinos como comunidades remanescentes quilombolas junto à Fundação Cultural Palmares, em 2011.

A comunidade remanescente quilombola dos Daniel está localizada em um bairro periférico do município de Pombal, Estado da Paraíba. Por ser um quilombo urbano, os Daniel convivem em condição diversa dos quilombos rurais. Se para estes, a luta pela legalização e propriedade definitiva de suas terras é uma constante,

⁸O quilombo dos Daniel foi certificado como remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 14 de junho de 2011, constando no Livro de Cadastro Geral nº13 dessa Fundação e como registrada sob o número 1.515, fl. 131.

mesmo após o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determinar que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”⁹, para aqueles, inseridos no espaço urbano, recai toda a heterogeneidade e complexidade dos problemas próprios desses espaços. Comumente, esses quilombos ocupam locais afastados, as periferias, os bairros segregados ou marginalizados.

O quilombo dos Daniel é uma comunidade remanescente quilombola situada dentro da zona urbana do município de Pombal e é composta por 63 (sessenta e três) famílias. Localiza-se, mais precisamente, em uma rua íngreme conhecida como a “Rua dos Daniel”, mas que nos registros do município consta como rua João Félix de França, no bairro Nova Vida.

Rua dos Daniel vista leste/oeste
(2020)



Fonte: o autor

Rua dos Daniel vista oeste/leste
(2020)



Fonte: o autor

Inserido na atmosfera urbana da sociedade pombalense, o quilombo dos Daniel vivencia todas as dificuldades que uma comunidade negra, pobre e com pouca instrução (fincada nos arredores de uma cidade do interior) pode sentir e viver.

Não se percebe, dentre os grandes empresários, comerciantes, representantes de entidades de classe e outros profissionais

⁹ BRASIL, 1988.

liberais, ou na classe política, a presença dos negros dos Daniel. A percepção desse contraste nos leva a questionar sobre até onde o espaço urbano, conquistado pelos Daniel, se reflete em representação nos quadros da sociedade pombalense, além da Irmandade do Rosário e do grupo dos Pontões.

A cidade de Pombal possui três grupos folclóricos negros de grande tradição e expressão dentro do calendário religioso e social, e os Daniel estão presentes como integrantes do grupo Pontões já há várias gerações.

Ante a escassez de outros campos de expressão social que lhes sirva de espaço de preservação e defesa da identidade negra, abordamos, neste texto, a importância do grupo folclórico Pontões como território de grande visibilidade social para defesa e preservação da identidade cultural desse quilombo.

A representatividade dos grupos folclóricos junto à Festa do Rosário, maior evento religioso e de histórico destaque no calendário social da cidade, faz dos Pontões um espaço social em que os atores negros dos quilombos podem viver e reviver sua história, sua cultura e sua identidade sob a proteção do manto folclórico e da devoção dos munícipes à Nossa Senhora do Rosário.

Nas obras de escritores locais como *O Velho Arraial de Piranhas*, de Wilson Seixas (1962 e reeditada em 2004); *Um olhar sobre Pombal antiga* (1906 a 1970), de Verneck Abrantes de Sousa (2002); *A Irmandade dos Negros do Rosário*, de Jerdivan Nóbrega de Araújo (2014), clássicos da literatura pombalense, encontramos pouca referência ao quilombo dos Daniel, o que nos motiva a dar nossa contribuição nesse resgate identitário.

Assim, neste relato, de cunho bibliográfico, observador e com contribuições orais, evidenciamos a comunidade remanescente quilombola urbana dos Daniel, sua presença cultural no município de Pombal-PB, destacando a contribuição do grupo folclórico Pontões, como esteio para construção, defesa identitária e afirmação no espaço social local. Obtivemos relatos de integrantes da comunidade quilombola para discorrer sobre a importância

desse grupo folclórico na vida, na história e na preservação dos valores e identidade dos Daniel.

Os Daniel e os Pontões na festa do Rosário

A cidade de Pombal possui um conjunto de manifestações culturais fundamentadas na cultura negra. Essas manifestações se dão por meio dos grupos folclóricos Reisado, Congos e Pontões compostos em sua maioria por integrantes das comunidades quilombolas locais, dentre elas, o quilombo dos Daniel.

Apresentação grupos Congos, Monumento aos Pontões (2020)
Reisado e Pontões (2019)



Fonte: Miguel Ferreira da Silva



Fonte: o autor

O quilombo tem representatividade nos Pontões, grupo folclórico que se apresenta em dois cordões, o encarnado e o azul. Na cabeça, usam chapéus enfeitados com fitas coloridas, usam de lanças (pontões) com maracás nas extremidades, esses adornados com fitas multicoloridas.

Em seu trajeto, fazem a figuração de uma força militar, um cordão de segurança, a proteger a procissão do Rei, da Rainha e da Irmandade, em seu percurso durante a Festa do Rosário. Mesmo sem cantar, os Pontões exibem suas danças na Festa do Rosário ao som dos seus maracás e acompanhados pela banda cabaçal, harmonizada por um fole, pífano, prato, caixa, tambor e pandeiros.

Os pombalenses se habituaram a chamar o grupo de “Negros dos Pontões”, embora Câmara Cascudo nos afirme que a

denominação correta venha a ser “Os Negros dos Espontões”, em referência as lanças que conduzem e que são herança medieval¹⁰.

A presença dos Daniel no grupo dos Pontões se dá há mais de século e foi sempre marcada pela presença de talentosos quilombolas tocadores de foles, dos quais trazemos para este capítulo algumas expressões de uma conversa com o senhor Francisco Ribeiro Neto (Seu Chico) e algumas falas de uma curta entrevista, disponíveis na plataforma do YouTube, com o senhor Elias Daniel (falecido em 2011). O que nos permite apreender que:

A história oral também permite que os sujeitos históricos sejam tratados como sujeitos ativos, na medida em que suas lembranças fornecem informações sobre si mesmos. Nesse sentido, há um reconhecimento da importância de cada indivíduo/depoente em si mesmo e sua relação com a sociedade na qual está ou esteve integrado. Cada pessoa é componente específico de um mosaico maior que é a coletividade.¹¹

Buscamos com a exposição das falas desses dois quilombolas dos Daniel trazer o relato em primeira pessoa de grandes atores desse espaço de manifestação cultural e identitária. Não faremos a transcrição completa dos depoimentos, porém deter-nos-emos nas argumentações que mais retratem o sentimento de identidade com o grupo folclórico e o reconhecimento deste como importante veículo de expressão da identidade desse quilombo.

Os laços que unem os Daniel e a Festa do Rosário têm longa história. A presença dos tocadores de fole do quilombo vem acompanhando essa trajetória desde o início, quando os Pontões acompanham e fazem a guarda do cortejo do Rosário.

Por ocasião da procissão do Rosário, que se realiza às 8 horas do domingo, reúnem-se os “Congos” e os “Negros Espontões”, vestidos todos espalhafatosamente com roupas de gangas vermelhas e azuis,

¹⁰ ARAUJO, 2014.

¹¹ DELGADO, 2006, p.52.

tendo à frente um Rei e uma Rainha, que conduz o rosário, de corrente de prata e contas de cristal, da casa que constitui patrimônio de N. Senhora do Rosário para a igreja, acompanhado do vigário da freguesia e de todos os membros da irmandade, além de incalculável multidão de fiéis¹².

Francisco Daniel foi tocador de fole dos “Pontões” e deixou para os filhos, Seu Elias Daniel e Antônio Daniel, a herança do compromisso com o grupo folclórico. O seu Elias Daniel ingressou nos Pontões em 1953, já por influência do pai, que tocava e dançava no grupo juntamente a quase toda a família. Na entrevista, ele declara: “- Eu tenho o maior amor com esse negócio. Em um ano que eu não puder ir, eu fico olhando de fora. De perto. Mas fico”. Em outro trecho, revela que, se tivesse que escolher entre viver mais 40 anos ou interceder em favor dos Pontões, não hesitou em responder: “- Eu queria que ela (Nossa Senhora do Rosário) conservasse a negrada dos Pontões”. A carga emocional dessas palavras pode ser vista no vídeo postado na plataforma do YouTube. Na mesma ocasião, seu Elias toca uma valsa com intensa emoção.

Com a morte de Seu Elias Daniel, aos 82 anos, em 2011, seu Chico o substituiu no compromisso junto ao folguedo e passou a fazer dupla com seu tio Antônio Daniel.

Observando o pai forrozeiro e bolinando o fole nas horas de folga, seu Chico aprendeu a tocar o instrumento. Hoje, aos 73 anos, é o atual tocador de fole dos Pontões. Em uma conversa que tivemos com este, ficou claro o quão inseparáveis são os Daniel dos Pontões e da Festa do Rosário. Na ocasião, ele nos relata que seu pai já fora convidado para ser Rei do Rosário, mas recusou. Disse-nos também que ao pé do caixão do seu falecido pai, o próprio Seu Chico fora, por sua vez, convidado a assumir a realeza da irmandade, também vindo a declinar por não se achar preparado para observar todos protocolos necessários.

¹² SEIXAS, 2004. p. 151.

Seu Chico é o tocador de fole dos Pontões desde o ano de 2012 e apresenta-se um homem ainda muito disposto e comprometido com o grupo. Diz que sente muito prazer na arte que representa e tenta transmitir aos filhos a musicalidade, compromisso e identidade com os Pontões.

A partir das afirmações do nosso entrevistado, da bibliografia consultada e da nossa observação das apresentações artísticas dos grupos folclóricos da cidade de Pombal, consolidamos nossa afirmativa quanto ao papel fundamental do grupo Pontões para a transmissão, de geração a geração, dos valores artísticos, culturais e identitários dos Daniel, garantindo a sobrevivência e o legado da identidade negra quilombola pela exposição pública da cultura, arte, dança e pelo som do fole a musicar e animar a passagem de uma a outra geração.

Considerações finais

Foram séculos de escravidão naturalizada na mente da população do nosso país. O espaço do negro ainda não escapou da senzala intelectual a que foi sentenciado. As mídias brasileiras, até recentemente, investiam nos quadros de ridicularização do negro perante o branco. Os personagens de grande vulto e heroísmo, na ficção e na vida real, sempre foram reservados aos brancos. Fez e se faz necessário que grupos organizados e em defesa da identidade negra se façam presentes nessa história de resistência deflagrada pelos quilombos.

Mesmo figurando em grande percentual nos quadros de pobreza, nas classes mais desvalidas e desassistidas pelo poder público, com extrema dificuldade de oportunidades e de mobilidade social, as comunidades quilombolas têm, nas manifestações folclóricas, um espaço de atuação social que lhes proporciona a preservação e o desenvolvimento de sua identidade étnica.

A manifestação cultural, por meio de grupos folclóricos como os Pontões, mostra-se um território legítimo para a defesa e tentativa de garantia de direitos, preservação dos costumes e da

etnicidade dos remanescentes quilombolas dos Daniel. Debater sobre as possibilidades de preservação, estímulo, fomento e garantia desses direitos nas comunidades quilombolas pombalenses é dever cívico de cada munícipe.

Os territórios das manifestações culturais, quando associados à construção e preservação das identidades e da valorização das questões étnicas, transformam a compreensão social do que é e do que representa um quilombo dentro de uma sociedade de apelo a valores e costumes não negros. A riqueza, a beleza e o imensurável valor histórico e imaterial que envolvem a relação do quilombo dos Daniel com os Pontões são patrimônios culturais da cidade de Pombal e precisam ser devidamente reconhecidos e alimentados.

Referências

- ARAÚJO, Jerdivan Nóbrega de. **A Irmandade dos Negros do Rosário em Pombal**. João Pessoa: Editora Imprell, 2014.
- BOURDIEU, P. **The forms of capital**, in: J. G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Nova Iorque, Greenwood. 1985.
- BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 68 (ADCT). Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp. Acesso em: 27 maio 2020.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- MOURA, G. **Quilombos contemporâneos no Brasil**. In: CHAVES, R; SECCO, C. & MACÊDO, T. (Orgs.) *Brasil África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo: Editora UNESP; Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006, pp. 327-362.
- MUNANGA, K. GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

- PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico: o espaço não-popperiano do raciocínio natural**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- REI, João José. **A Revolta dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SANTANA, Flávio Carreiro de. **Recriando espaços, inventando lugares: memória e moralidade sobre as transformações urbanas em Pombal (1930-1950)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.
- SEIXAS, W. N. **O velho Arraial de Piranhas (Pombal)**. 2. ed. João Pessoa: Grafset, 2004.
- SEU ELIAS DANIEL tocador de fole dos Pontões de Pombal. [S. l.: s. n.], 2012. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo canal Junior Telmo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3-jqS-RPQOU>. Acesso em: 20 maio 2020.
- SOUSA, Verneck Abrantes de. **Um olhar sobre Pombal antiga (1906 a 1970)**. João Pessoa: A União, 2002.

**“ENSABOA, MULATA, ENSABOA”:
PERCEPÇÕES E MÚLTIPLOS USOS DO RIO PIANCÓ
NO MUNICÍPIO DE POMBAL – PB**

Gilcean Silva Alves (IFPB - João Pessoa)

Ensaboa mulata ensaboa,
Ensaboa tô ensaboando.
Tô lavando a minha roupa [...]
O rio tá seco, o sol não vem não
Vortemos pra casa
Chamando Dondon
(Cartola)

Introdução

No período pré-histórico (surgimento da agricultura), a relação homem e natureza acontecia de forma harmoniosa e integral. Ao longo do processo evolutivo, tais relações foram promovendo rupturas (revoluções industriais) entre o humano e o natural, de modo a promover transformações em magnitudes não vistas anteriormente. De forma danosa a relação, antes integradora, abre espaço para uma relação degradante, pautada numa subjugação e irreversibilidade da harmonia com a natureza. Dessa forma, o antropocentrismo tem sido o principal viés dos projetos de desenvolvimento dos governantes, assim como de todos os demais atores que compõem os estratos sociais.

Para Morin¹, as conexões que permeiam a relação homem-natureza, evidenciadas no processo histórico do desenvolvimento da humanidade, tem como pressuposto motriz a essência pelo sentido do vínculo e do limite. O conflito do vínculo ocorre, pois o homem perde a capacidade de identificar o que o liga ao animal, ao

¹ MORIN, Edgar. 2015.

que é vivo, à natureza. De outro modo, a crise do limite é determinada pela falta da percepção do que na natureza se diferencia dele. O homem é elemento integrante da natureza, e em contrapartida, a natureza produz a hominização. Há um entrelace entre ser e pertencer à natureza.

Corroborando com este pensamento, Tres, Reys e Schlindwein², afirmam que, como propriedade emergente das interações homem-natureza, a paisagem, onde o homem se movimenta e vive, precisa ser discutida e compreendida como um resultado da sua presença. Presença essa capaz de alterar o ambiente, resultando em novas situações e exigindo cada vez mais recursos do território, gerando desproporção entre a maneira de se viver e de se ocupar o espaço.

Para Boff (1990) *apud* Machado³, 2013 a relação homem e Terra é apresentada em uma de suas formas simbólicas por mitos, na qual ela surge numa perspectiva de cuidado e respeito. Na tradição greco-romana, que antecede ao advento da civilização cristã, a Terra é conhecida por três figuras mitológicas: Gaia/Tellus, representando o planeta como um todo vivo e produtor de vida; Deméter/Ceres, a parte cultivada da Terra; e Héstia/Vesta, parte delimitada para construir o lar humano. Essas eram as “referências afetivas” pelas quais os gregos e os romanos se relacionavam com o meio ambiente com respeito e veneração.

É no contexto dessa relação de rupturas que Moura, Rigghetto e Lima⁴ destacam que, em meio à seca, o semiárido possui áreas naturais com características especiais, formadas por rios intermitentes, outros perenizados, solos sedimentares ou cristalinos profundos, relevo plano ou suavemente ondulado, em que a agricultura familiar tem sido a principal fonte de sobrevivência. A irrigação é uma atividade de grande investimento por parte dos governos devido aos diversos benefícios econômicos

² TRES, Denise; REYS, Ademir; SCHLINDWEIN, Sandro. 2011

³ MACHADO, ISABELA. 2013

⁴ MOURA, Eulina, RIGGHETTO, Antônio; LIMA, Raniere. 2011

por ela gerados, a exemplo de empregos diretos e indiretos resultando em uma diminuição do êxodo rural. Porém, o atendimento às altas demandas de água requeridas por essa atividade gera conflitos como a disponibilidade de água para consumo humano nos períodos de estiagem.

Santos⁵, enaltece que a história da humanidade se funde com a importância que tiveram os rios para o surgimento e o desenvolvimento de diversas sociedades, desempenhando papel crucial na fixação do homem em diversas localidades ou ainda como meio de exploração, abrindo caminho para o interior dos continentes. Por todo o planeta, importantes cidades foram estabelecidas e continuam a se desenvolver às margens dos rios. Neste contexto, os rios destinam-se: a) ao abastecimento urbano da água, b) à irrigação agrícola, c) ao uso industrial, d) à produção de energia elétrica, e) ao lazer, f) à alimentação, g) à navegação. Não obstante, existe a atividade mineradora tanto no leito como nas suas margens, onde a extração de areia tem sido uma das mais danosas.

Para Zanella⁶ a história do Nordeste brasileiro está intimamente ligada à história da seca, à falta de água. Os efeitos da seca se apresentam sob diversas formas, seja pela perda da safra agrícola, pelo aumento do desemprego rural, pela falta de água para as populações, pelas migrações campo-cidade que sempre estiveram presentes na região.

Compartilhando deste pensamento, Pereira⁷ afirma que:

Diversos fatores influenciam a escassez hídrica do semiárido brasileiro, a exemplo de: crescimento populacional atrelado a aumento do consumo per capita, a deterioração dos corpos hídricos pelos dejetos industriais e domésticos, a má utilização e distribuição da água, deposição dos resíduos sólidos às margens dos rios, à falta de planejamento eficiente para o armazenamento, e ausência de saneamento básico adequado. Todos esses fatores acarretam a perda

⁵ SANTOS, Daniel. 2013.

⁶ ZANELLA, Maria Elisa. 2014

⁷ PEREIRA, Adriana. 2014

da qualidade da água e aumento da escassez. Define-se escassez de água quando a quantidade não é suficiente para atender a demanda populacional, resultado em conflitos por esse recurso.

De acordo com Cirilo, Montenegro e Campos⁸, os múltiplos usos e a disponibilidade da água na região semiárida continuam a ser uma questão crucial no que concerne a seu desenvolvimento. É notório que diversos esforços vêm sendo empreendidos com o objetivo de implantar programas e projetos capazes de disponibilizar água de melhor qualidade para garantir o abastecimento humano e animal, além de possibilitar o desenvolvimento de áreas irrigadas. Entretanto, esses esforços ainda são, de forma global, pouco suficientes para a resolução dos problemas decorrentes da escassez de água, fazendo com que as populações continuem vulneráveis à ocorrência de secas, especialmente quando se trata dos múltiplos usos no meio rural.

Para Schmidt e Matos⁹, três importantes rios têm os seus perímetros na cidade de Pombal, a saber: Piancó, Peixe e Piranhas. Esses importantes corpos hídricos vêm sofrendo continuamente grandes impactos, causados pelas emissões de efluentes líquidos e de resíduos sólidos que são carregados através das galerias a céu aberto, os quais percorrem quase toda a cidade, escoando águas das chuvas e águas de retorno de irrigação, resultando em danos ambientais e, comprometendo a qualidade de vida da população, cujos efeitos a médio e longo prazo mostram-se deletérios.

É neste cenário que está centrada a discussão sobre os múltiplos usos do Rio Piancó, no perímetro urbano do município de Pombal, arrolando elementos tais como: o processo de formação da bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu, a relação das lavadeiras de roupas com o ambiente do rio, a produção agrícola local e a sua interdependência econômica local, a degradação do rio a partir da extração da areia, os poluentes aquáticos e a sua relação com a

⁸ CIRILO, José Almir; MONTENEGRO; Suzana; CAMPOS, José Nilson.2010.

⁹ SCHMIT, Darlan; MATOS, Arthur, 2013.

saúde pública local, o processo da degradação que acomete a vida desse mesmo rio.

A bacia hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu e o contexto socioambiental

Segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)¹⁰, a área de drenagem total de 43.683 Km², da bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu, está integralmente inserida no semiárido brasileiro, sendo 60% no estado da Paraíba e 40% no Rio Grande do Norte, abrangendo 147 (cento e quarenta e sete) municípios, 47 (quarenta e sete) destes no Rio Grande do Norte e 100 (cem) no estado da Paraíba, onde vivem aproximadamente 1.363.802 habitantes.

Integrado a essa bacia hidrográfica, encontra-se o Rio Piranhas, cuja nascente situa-se à Serra da Arara, no município de Bonito de Santa Fé, no Estado da Paraíba, formando um sistema hidrográfico constituído pelas bacias dos rios do Peixe e Piancó e parte das bacias dos rios Espinharas e Seridó. Atravessa o Estado do Rio Grande do Norte, recebendo o nome de rio Açu à jusante da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, tendo sua foz nas proximidades do município de Macau/RN, desembocando, por fim, no Oceano Atlântico (CBH¹¹).

O principal curso de água da bacia do Rio Piranhas é composto pelo rio Piancó, que tem a sua nascente na divisa do Estado de Pernambuco com a Paraíba, na cabeceira do riacho Santa Inês (no município de Santa Inês). Após percorrer aproximadamente 28,52 Km, o referido riacho, já no município de Conceição/PB, ao se encontrar com o riacho Condado, recebe a denominação de rio Piancó. Após percorrer 208 Km, medidos desde a sua nascente, o rio Piancó conflui-se ao rio Piranhas no município de Pombal, nas

¹⁰ Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) - órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. 2016

¹¹ Comitê de Bacias Hidrográficas.2005.

proximidades da ponte do Areal na BR-230. Posteriormente, o rio segue com o nome de Piranhas, adentrando ao estado do Rio Grande do Norte, pelo município de Jardim de Piranhas, formando, assim, o reservatório Armando Ribeiro Gonçalves, entre os municípios de São Rafael e Assú (ANA¹²).

A Bacia do Rio Piancó-Piranhas-Açu apresenta cerca de 75,5% de sua área total em processo de degradação antrópica, representados pelas atividades agropecuárias e florestais, alcançando todos os municípios nela inseridos, restando assim apenas 35,8% de cobertura vegetal original (CBH¹³).

Morais Filho¹⁴ assinala que, conforme Parecer Técnico nº 001/2011-CTPI à Nota Técnica nº 01/2010/CTAI/ANA, a área de drenagem do rio Piancó é de 9.265 Km², a montante da confluência com o rio Piranhas. Já com relação ao rio Piranhas, a montante do ponto de encontro com o rio Piancó possui área de drenagem de 5.851 Km². A montante da confluência dos dois rios, que se dá no município de Pombal, o principal curso d'água da bacia passou a ser o rio Piancó, modificando inclusive a nascente do que hoje se denomina rio Piancó-Piranhas-Açu. Ainda houve alteração na questão do domínio, desses dois rios, com o Piancó, passando a ser da União, enquanto o mencionado trecho do rio Piranhas, passou a ser de domínio estadual.

De acordo com Freitas¹⁵, é de responsabilidade da Agência Nacional de Águas (ANA), conforme a Lei 9.984/2000, “definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas”. Assim, é de responsabilidade da Agência Nacional de Águas (ANA), conforme a Lei 9.984/2000, “definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por

¹² Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)- órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. 2016

¹³ CBH. 2016

¹⁴ MORAIS FILHO. Francisco Torres. 2019.

¹⁵ FREITAS, Marcos Airton de Sousa. 2016.

agentes públicos e privados, Para Amorim, Ribeiro e Braga¹⁶ a água tem sido motivo de poder e conflito, em decorrência da sua dinâmica espacial e temporal e da demanda em relação à localidade, tendo em vista que um usuário pode afetar a demanda de outro. Há dois grandes motivos que originam esses conflitos: a) a escassez hídrica (seja quantitativa ou qualitativa), geralmente apontada como a responsável pelo surgimento dos conflitos e b) a inexistência ou inadequação de medidas de gestão hídrica, atualmente entendida como a principal causa dos conflitos.

Das lavadeiras à produção de alimentos: os múltiplos usos do rio

Com relação ao uso da água, no contexto do Rio Piancó, percebe-se que segue a regra dos demais rios urbanos brasileiros. A sua utilização se dá de forma múltipla a partir do lazer à higiene pessoal, irrigação, lavagem de roupa, extração de areia, dentre outras formas, como observa-se no estudo feito por Barros¹⁷ conforme Figura 1.

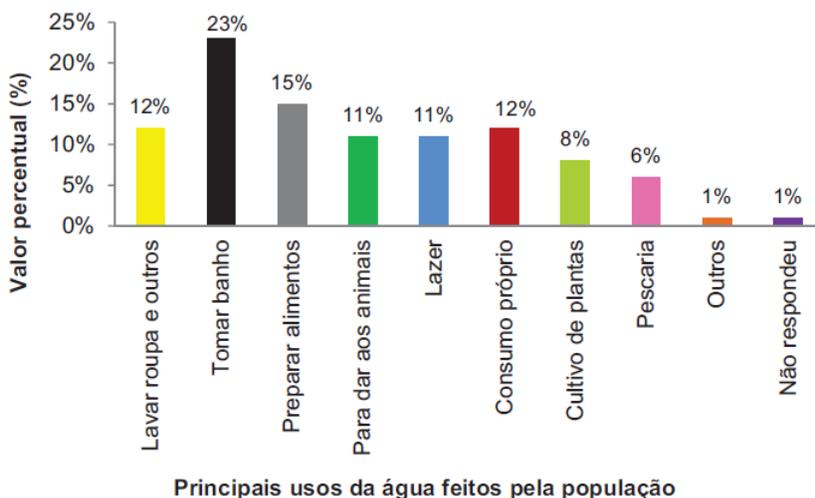
Como observado na figura, a maior prevalência de uso da água foi para o banho (23%), preparação de alimentos (15%), lavagem de roupas e outros utensílios (12%), consumo próprio (12%) e de animais (11%) ou utilização em momentos de lazer (11%). Conforme Barros¹⁸, mesmo considerando o rio Piancó poluído, 73% (102 pessoas) dos entrevistados afirmaram fazerem uso da água do rio (diariamente, ou uma vez por semana) para fins diversos.

¹⁶ AMORIM, Alcides; RIBEIRO, Márcia Maria; BRAGA, Cybelle Frazão. 2016

¹⁷ BARROS, Adriane Teixeira. 2015. p. 79.

¹⁸ Idem.

Figura 1 – Usos da água do rio Piancó pelos moradores dos municípios de Coremas, Cajazeirinhas e Pombal, PB.



Fonte: Barros (2015).

“Tô lavando a minha roupa, lá em casa estão me chamando...”

De acordo com Cardoso Neto¹⁹, as vidas nas águas do rio revelam-se como narrativas de um tempo real pretérito. Essas narrativas construídas em torno de seus antigos usuários, em especial, as lavadeiras de roupas, desvelam as experiências de vida daqueles que usufruíam do espaço de forma efetiva. O narrar, consolidado nas memórias dessas mulheres trabalhadoras anônimas, nos traz a visibilidade acerca da riqueza de detalhes, experiências cotidianas que estão desaparecendo na imensidão dos relatos históricos. Dessa forma, o presente ato nos leva a afirmar que o narrador, ao falar de si e de suas experiências, organiza, edita e seleciona na memória o melhor a dizer e a forma mais adequada.

Ao longo do curso das águas do Rio Piancó, são incontáveis as lavadeiras que fazem das margens do rio não apenas o seu meio de renda ou afazer doméstico. Semanalmente, elas se debruçam sobre as

¹⁹ CARDOSO NETO, Francisco soares. 2017.

margens do rio para realizar todo o processo de lavagem e secagem de roupas e utensílios domésticos. Recordo-me quando, na infância, no Sítio Mãe D'água, observava a minha mãe, avó, tias, dentre outras mulheres que madrugavam para realizar o ritual da lavagem de roupas dos moradores da casa. O procedimento não se limitava à lavagem de roupas, mas, de utensílios domésticos e até mesmo das vísceras de animais (trato digestório) para, posteriormente, produzir um prato típico da região Nordeste, a “buchada”.

Na atualidade, no perímetro urbano, o número de lavadeiras reduziu-se significativamente. São vários os fatores atribuídos a este fato: a facilidade na compra de máquinas de lavar roupa, tanto pelos patrões como pelas lavadeiras; a má qualidade da água, que compromete a higienização das roupas; e a proibição dessa prática, por parte do poder público, estabelecendo as lavanderias públicas como local destinado a este fim. Entretanto, em um breve passeio pelas margens do rio, mesmo no perímetro urbano, é possível observar, na atualidade, a presença dessas mulheres em pleno exercício da sua função.

As lavadeiras de roupas fazem parte das múltiplas memórias que o rio ainda mantém resguardada. Em trabalho publicado sobre esta temática, Rego²⁰ em estudo no município de Açu – RN, relata que, na concepção delas, o ofício da lavadeira não consiste pura e simplesmente em deixar a roupa ‘limpa’; é seguir um conjunto de passos especializados que deixam a roupa verdadeiramente ‘limpa’ – individualmente, sem cadeia de lavagem. Dessa forma, percebe-se que o rio possui uma importância que ultrapassa as suas múltiplas funções enquanto componente químico da natureza. Trata-se das memórias dos seus usuários, ao longo de centenas de anos, de uma construção social que ultrapassa os limites das questões ambientais (a exemplo da poluição pelo uso do sabão, alvejantes, etc.). Quantos diálogos, cantigas, alegrias e tristezas tiveram o Rio Piancó como cenário de construção? É pautada no modo de viver e enxergar o lugar

²⁰ REGO, Francisco Cleiton Vieira. 2014.

onde se vive que a Geografia Humana consolida seus pressupostos, conforme salienta Sampaio²¹.

Corroborando com o pensamento anterior, Cardoso Neto²² (2017) ressalta que o trabalho, para estas mulheres, significa a extensão das obrigações familiares, representando o complemento do orçamento doméstico. Mas, pelas próprias circunstâncias encontradas, para muito além do olhar da referência doméstica, a necessidade de garantir o consumo e a sobrevivência, percebe-se, nas mulheres lavadeiras, uma clara noção da relação com o mundo do trabalho. O lavar não é uma obrigação, mas sim, uma necessidade.

A agricultura e as suas demandas

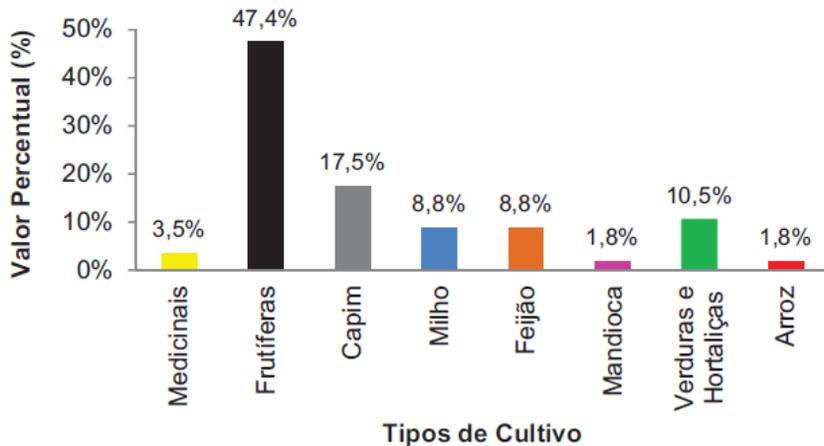
Como consequência das relações de múltiplos usos, a população da cidade de Pombal vem, gradativamente, provocando uma degradação no leito do rio Piancó. A exemplo, cito a cobertura vegetal que margeia a bacia, que se encontra bastante antropizada em decorrência da abertura de áreas para exploração agrícola, principalmente pela retirada de lenha como fonte energética para olarias, panificadoras, bem como para uso doméstico. A remoção da vegetação, sem o manejo adequado, expõe o solo à ação erosiva das chuvas, provocando o transporte de partículas para os corpos hídricos, causando o gradual assoreamento do rio. Como consequência dessas práticas de ocupação e exploração humana, a região do Seridó Potiguar, que compreende a parte oriental da

²¹ SAMPAIO, Nádia. 2013. "Os estudos da geografia humana abordam, sobretudo, a percepção que as pessoas e os grupos sociais têm do lugar, observando que existe diferença de percepção entre os indivíduos. Com isso cada sujeito tende a agir de maneira diferenciada nos lugares, de acordo com os valores sobre o mesmo, e ações que refletem no espaço social. A denominação Geografia Humanista justificava-se pelo fato de estudar os sentimentos, valores, significados e propósitos do homem no espaço em que vive. O lugar é caracterizado como aquele em que o sujeito se familiariza e integra, ele faz parte de seu mundo e relaciona-se com as afinidades afetivas que as pessoas desenvolvem com ele".

²² CARDOSO NETO, Francisco soares. 2017.

bacia, nas proximidades dos municípios de Caicó e Assú, tornaram-se focos de desertificação dos mais preocupantes do país, demandando ações específicas para reverter o problema (CBH DO RIO PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU²³, 2005, p. 83).

Figura 2 – Principais cultivos realizados pelos moradores de Coremas, Cajazeirinhas e Pombal – PB



Fonte: Barros²⁴ (2015).

Para Silva²⁵ *et al*, o rio Piancó é o principal meio de abastecimento de diversos núcleos urbanos, sendo utilizado como fonte geradora de recurso para a população ribeirinha, no que se refere ao consumo doméstico, e para fins de irrigação de áreas agrícolas. É notório **que** parte significativa da mata ciliar desse manancial continue sendo explorada de forma degradante.

A expansão da agricultura tem sido uma das principais responsáveis pelo atendimento às demandas alimentares no planeta. Dessa forma, pautado em uma agricultura insustentável, ampliam-se as áreas de desmatamento, a utilização de agrotóxicos, de práticas

²³ Comitê de bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu. 2020.

²⁴ BARROS, Adriane Teixeira. 2015. P.79.

²⁵ SILVA, Katia Barbosa. et al. 2020.

degradantes que contribuem para processos erosivos dos solos, levando a sérios problemas de impactação dos solos e rios.

De acordo com Nobre²⁶, em Pombal, a agricultura predominante é a de caráter familiar, realizada por pequenos agricultores às margens do Rio Piancó. Como principais cultivares observou-se a produção de verduras (coentro, alface, pimentão e cebolinha), frutas (manga, acerola, goiaba, banana, etc.) para posterior comercialização na feira livre da cidade e para o consumo das próprias famílias. Essas práticas agrícolas no entorno do Rio Piancó causam a degradação do manancial hídrico devido, principalmente, à utilização de agrotóxicos e fertilizantes de maneira não controlada, em grandes proporções, a exemplo dos plantios do tomate e do feijão.

O processo de perda da qualidade da água é algo crescente, conforme salientam Andrade, Ângelo e Luna²⁷.

De acordo com pesquisa realizada em setembro de 2018 (coleta realizada e analisada pelo autor deste artigo no Laboratório de Microbiologia do IFPB – Campus João Pessoa), em cinco diferentes pontos do Rio Piancó, no perímetro urbano do município de Pombal (Tabela 1), verifica-se que a água do referido manancial se encontra inadequada para a ingestão humana, conforme preconiza a Portaria de Consolidação nº 5 DE 28/09/2017 do Ministério da saúde. O referido documento determina que a quantidade de coliformes (Totais e Termotolerantes) na água para a ingestão deve ser zero.

²⁶ NOBRE, Geneziano Freire. 2014.

²⁷ ANDRADE, Sanduel; ÂNGELO, Francisco Almeida; LUNA, Rômulo Gil. 2011. As águas do Rio Piancó, tanto na jusante como à montante, estão impróprias para o consumo humano e animal, inclusive para a irrigação de hortaliças folhosas, devido a presença de microrganismos patogênicos acima dos níveis toleráveis à saúde. Portanto, os depósitos de lixo, observados ao longo do Rio Piancó, acumulados pelo processo físico de escoamento de água e despejo desordenado e inconsequente por parte da população.

Tabela 1 – Qualidade microbiológica da água do Rio Piancó no perímetro urbano de Pombal – PB.

Local de coleta	Coliformes Totais (NMP)	Coliformes Termotolerantes (NMP) (Fecais)
Ponto 01	500	170
Ponto 02	900	500
Ponto 03	>1.600	300
Ponto 04	900	170
Ponto 05	>1.600	350

Para Silva *et al*²⁸ a contaminação por Coliformes Totais e Termotolerantes é um dos aspectos mais preocupantes de poluição das águas, uma vez que está ligada à possibilidade de surgimento de diversas doenças. Dessa forma, o grupo de bactérias coliformes tem sido utilizado, pelos pesquisadores, como indicador da ausência ou a precariedade de saneamento básico verificado em uma determinada cidade.

Carvalho²⁹, salienta que a ausência de rigor no processo de fiscalização nos rios, açudes ou em fontes que abastecem as comunidades, assim como a falta de controle na qualidade da água para o consumo, levam a população a adquirir doenças relacionadas ao uso da água contaminada. Estima-se em 1,7 bilhões de casos de infecções diarreicas, sendo que 4 milhões de crianças menores de 5 anos morrem todos os anos.

De acordo com a CETESB³⁰, as doenças associadas à contaminação proveniente do contato primário com a água (banho), geralmente, requerem tratamentos simples ou nenhum, podendo não apresentar efeitos a longo prazo na saúde da população, apesar do tratamento ser rápido. Não obstante, as doenças que mais acometem os banhistas, são: gastroenterite, infecções de olhos, nariz e garganta, em água contaminadas, com possibilidade de

²⁸ SILVA, Kátia Barbosa. et al. 2014.

²⁹ CARVALHO. Leonardo Venâncio. 2014.

³⁰ Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. 2003.

adquirirem doenças de maior gravidade a exemplo da disenteria, giardíase, hepatite A e febre tifoide, dentre outras.

A Extração de areia das margens do rio

O processo de extração de areia das margens dos rios é algo que está associado ao surgimento e crescimento das cidades, uma vez que a areia é matéria prima necessária à construção civil. De acordo com Farias³¹ o método mais tradicional consiste no desmonte manual das jazidas utilizando pás, picaretas e enxadões. Posteriormente, a areia é transportada para a área em construção através de caçambas e carroças com tração animal, sendo assim distribuída por todos os bairros da cidade. Vale salientar que todo o processo de retirada de areia é feito de forma clandestina, e o que se observa, de modo geral, é que o poder público tem feito poucas interferências.

Segundo Farias³² e Morais Filho³³, a extração de areia é o segmento da mineração nacional que conta com o maior número de empresas (em sua grande maioria de pequeno porte), responsável pelo maior número de empregos. Juntamente com a brita, a extração de areia é a única a existir em todas as unidades federativas.

Os impactos ambientais provocados pela urbanização não planejada, pelas atividades agrícolas e pastoris, como também pela extração de areia das margens dos rios são os mais diversos possíveis, a destacar o assoreamento, a erosão, a perda da vegetação ciliar. Em larga escala, eles contribuem para o processo de desertificação de uma área.

As matas ciliares são extremamente importantes para os cursos d'água, pois funcionam como filtros, retendo pesticidas, poluentes sólidos e sedimentos que seriam transportados para os cursos d'água, comprometendo diretamente a qualidade da água, afetando a fauna aquática. Além disso, visam mitigar os efeitos da

³¹ FARIAS, Talden. 2011.

³² Idem

³³ MORAIS FILHO, Francisco Torres. 2019.

fragmentação dos ecossistemas, promovendo a ligação entre diferentes áreas, com o objetivo de proporcionar o deslocamento de animais, a dispersão de sementes, aumento da cobertura vegetal.

Para Morais Filho³⁴, a extração de areia em Pombal tornou-se nos últimos anos uma atividade geradora de renda para determinado grupo de pessoas, contribuindo para geração de emprego direto e indireto. Em contrapartida, a referida atividade tem ocasionado problemas ambientais de diversas magnitudes em função do manejo inadequado, uma vez que as áreas na Bacia do Rio Piranhas passaram a sofrer intervenções que estão contribuindo para a modificação do ambiente natural, tais como: perda da vegetação nativa; exposição do solo; diminuição da infiltração de água no solo, devido à compactação ocasionada pelas carroças e caminhões; danos à microbiota do solo; depreciação da qualidade do solo, decorrente da diminuição da sua fertilidade e aeração, devido à compactação da retirada da matéria orgânica nas referidas áreas.

O rio como fonte de lazer

Na Europa medieval (500 a 1500 d.C.) havia duas práticas relacionadas à recreação com as águas: os banhos públicos e os banhos privados. Durante o século XIII, as casas de banho de vapor e de água eram utilizadas para fins de higiene e prazer. No entanto, a presença de comida, bebida, música e mulheres nas casas de banho levaram-nas a serem caracterizadas, cada vez mais, como um centro de divertimento que, com a disseminação da sífilis no final do século XV, foi desaparecendo do cenário das cidades medievais (ROSEN, 1994 *apud* LOPES; JESUS³⁵).

“O Rio de Pombal” sempre foi (muito mais no século passado do que neste) um local de encontro e lazer para uma parte da população da cidade, bem como de outras localidades circunvizinhas. As programações aos domingos e feriados

³⁴ MORAIS FILHO, Francisco Torres. 2019.

³⁵ LOPES, Frederico Wagner; JESUS, Cláudio Roberto. 2017 (p. 559).

restringiam-se a aventuras nas águas do Rio Piancó, tanto no perímetro localizado atrás do Grande Hotel, como na Ponte das Populares, no Areial ou mesmo nas áreas rurais. O rio era o principal atrativo para a descontração da população.

Compreende-se que são múltiplas as recordações dos piqueniques, dos rubacões feitos nas areias do Rio Piancó, aos domingos e feriados. Além do banho, costumeiramente “descia-se” o rio utilizando câmaras de ar, da ponte do Grande Hotel até a Ponte do Areial. A diversão era garantida. Enquanto isso, outros aproveitavam para jogar uma “pelada” na areia em meio a uma paisagem bucólica e agradável. Hoje, o contexto é outro, as tecnologias (Tvs, Smartfones, dentre outros) tornaram-se as principais formas de descontração. Aliada a isso, a degradação ambiental do rio foi outro fator responsável pela redução do usufruto do manancial. Mesmo assim, é possível observar (antes e durante a atual pandemia provocada pelo Corona vírus), muitos banhistas aos domingos e feriados, usufruindo das frescas e impuras águas do nosso rio.

Refletindo sobre o tema, Lopes e Jesus³⁶, afirmam que “o uso da água, para fins de recreação, pode ser considerado como um dos mais nobres, devido à sua importância para a cultura humana, notadamente em sociedades que associam o contato com água a um simbolismo religioso”. Além disso, os autores ressaltam que as principais formas de utilização da água, para fins de lazer, estão relacionadas ao lazer contemplativo, à pesca e ao banho. Costumeiramente, o lazer é confundido com ócio, que, por sua vez, emerge com o sentido de não fazer nada. Essas representações se contradizem e, normalmente, não remetem à dimensão apropriada do conceito de lazer. Etimologicamente, conforme Houaiss³⁷, a palavra lazer está associada, no latim, ao que é lícito, permitido, ao ócio e ao passatempo, atualizando-se, no Português moderno, com

³⁶ Idem

³⁷ HOUAISS, Antônio. 2009.

o sentido de atividades prazerosas relacionadas ao “tempo que sobra do horário de trabalho”, ao descanso e ao repouso.

O Rio Piancó como fonte de pesca

A atividade da pesca está associada a todos os rios do país. No perímetro urbano do município de Pombal, a pesca foi uma das atividades mais utilizadas pelas comunidades ribeirinhas e moradores dos demais bairros da cidade. Porém, observa-se que esta atividade foi sofrendo modificações ao longo dos tempos. Essas modificações ocorreram em função do crescente processo de urbanização, das melhoras das condições econômicas e da redução da disponibilidade de peixes no manancial, em decorrência de processos de erosão e poluição. Todavia, ainda é comum encontrar pescadores nas margens do rio pescando, seja com o uso do anzol, arpão ou mesmo utilizando redes de arrasto. Conforme Nascimento *et al* (2014), os principais peixes encontrados no rio, são: piau, curimatã, traíra, cangati, cascudo, piranha vermelha, barrigudinho, lambari, pirambeba, saguiru, tapacá.

Marco regulatório para o uso da água

De acordo com a ANA³⁸ (2019), a outorga de direito de uso de recursos hídricos é um instrumento de gestão que está previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei nº 9.433/97, cujo objetivo é assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso aos recursos hídricos. Para corpos d’água de domínio da União – interestaduais, transfronteiriços e reservatórios federais – a competência para emissão da outorga é da ANA. Para os demais corpos hídricos, a solicitação deve ser feita junto ao respectivo órgão gestor estadual de recursos hídricos.

³⁸ Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)- órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. 2016

A referida agência publicou no mês de abril de 2019, no Diário Oficial da União, as outorgas de direito de uso de recursos hídricos para 109 usuários que usam as águas da bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu nos municípios de Cajazeirinhas, Paulista, Pombal, Riacho dos Cavalos e São Bento.

Assim, estes usuários passaram a utilizar as águas do rio com a devida autorização do órgão federal, uma vez que o curso d'água é de domínio da União por se tratar de uma bacia interestadual.

Este é o segundo lote de outorgas para usuários da bacia, sendo que o primeiro foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril, com 97 (noventa e sete) outorgas. Estas autorizações são decorrentes da Campanha de Regularização realizada pela ANA, entre fevereiro e abril de 2019, quando escritórios itinerantes foram montados nos municípios paraibanos de Pombal, Paulista, São Bento e Coremas para auxiliar os usuários de água a solicitar seus pedidos de outorga. A área paraibana da bacia hidrográfica possui cerca de 1.000 usuários.

Até o momento, a ANA já regularizou 334 usos de recursos hídricos da região por meio de 206 outorgas e 128 declarações de usos insignificantes – aqueles que demandam pouca água. A Agência ainda segue analisando novas regularizações.

A regularização dos usuários de água é importante para que a agência realize a gestão de recursos hídricos da bacia com informações precisas sobre as demandas do recurso pelos usuários da região (ANA)³⁹.

Considerações finais

O Rio Piancó possui uma representação multifacetada por todo o seu percurso desde a sua nascente até a sua transformação em Rio Piranhas.

³⁹ Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)- órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. 2016

Os seus múltiplos usos possibilitam à população usuária uma relação de interdependência econômica, social, cultural e ambiental.

No entanto, observa-se, ao longo dos anos, significativas perdas na qualidade da água, tanto para fins de uso de ingestão, lazer, irrigação, como de trabalho (caso das lavadeiras).

A preservação do referido Rio é extremamente importante para a manutenção da identidade da população do município de Pombal, uma vez que a história e o desenvolvimento da cidade estão intrinsecamente relacionados ao referido manancial.

Referências

AMORIM, A. L.; RIBEIRO, M. M. R.; BRAGA, C. F. C. Conflitos em bacias hidrográficas compartilhadas: o caso da bacia do rio Piranhas-Açu/PB-RN. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 21, n. 1, Porto Alegre, jan./mar. 2016. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-03312016000100036. Acesso em: 16 ago. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **ANA regulariza uso da água de mais de 100 irrigantes paraibanos na bacia do rio Piranhas-Açu (2019)**. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias/ana-regulariza-uso-da-agua-de-mais-de-100-irrigantes-paraibanos-na-bacia-do-rio-piranhas-acu>. Acesso em: 08 ago. 2020.

ANDRADE, S. O.; ÂNGELO, F.A.; LUNA, R.G. Impacto do esgoto do Riacho do bode sobre o Rio Piancó – Pombal-PB. **REBAGA**, Pombal, v.5, n.1, p. 06 - 13 janeiro/dezembro de 2011.

BARROS, A. T. **Caracterização físico-química e biológica da água e dos solos das margens do rio Piancó**. Tese (Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais) – Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2015.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano—compaixão pela Terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CARDOSO NETO, F. S. De margem a margem: Memórias de Lavadeiras e as Normas da Modernização (1960/1970). **Anais [...]** XI Encontro regional Nordeste de história oral. Fortaleza: 09 a 12 de maio de 2017.

CIRILO, J. A.; MONTENEGRO, S. M. G.; CAMPOS, J. N. A questão da água no Semiárido brasileiro. *In*: BICUDO, C.E.M.; TUNDISI, J. G.; SCHEVENSTUHI, M.C.B. **Águas no Brasil: Análises Estratégicas**. São Paulo: Academia Brasileira de ciências, 2010.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU. **Trajetória, desafios e avanços do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas –Açu**. 2005. Disponível em: <http://www.cbhpiancopiranhasacu.org.br/portal/o-comite/>. Acesso em: 16 ago. 2020.

HOUAISS, A. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOPES, F. W. A.; JESUS, C. R. Lazer e balneabilidade: uma abordagem histórica sobre o uso recreacional das águas na sociedade. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 50, p. 557-572, 2017.

MACHADO, I. C. **Os caminhos da contradição entre o valor simbólico e mercantil da água e sua apropriação pelo turismo de águas termais: turismo em Caldas Novas**. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo do Centro de Excelência em Turismo (CET), Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14741/1/2013_IsabelaCoutinhoMachado.pdf. Acesso em: 16 ago. 2020.

MORAIS, FILHO, F. T. **Identificação e análises dos modelos de extração de Areia no Rio Piancó e seus impactos ambientais**. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Programa de Pós-graduação em Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Campina Grande. Pombal, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MOURA, E. M.; RIGHETTO, A. M.; LIMA, R. R. M. Avaliação da Disponibilidade Hídrica e da Demanda Hídrica no Trecho do Rio Piranhas-Açu entre os Açudes Coremas-Mãe D'água e Armando Ribeiro Gonçalves. **RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 16, n. 4, out/dez 2011.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento complexo**. 5. ed. Tradução de Eliane. Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NASCIMENTO, W. S. *et al.* Composição da ictiofauna das bacias hidrográficas do Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Biota Amazônia. (Open Journal Sistem)**, v. 4. N. 1. p. 126-131, 2014.

NOBRE, G. F. **Os impactos ambientais no Rio Piancó, no perímetro urbano, na cidade de Pombal- PB: um estudo de caso.** (Graduação em Geografia) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2014.

PEREIRA, A. A. **Macro poluição hídrica no Rio Piancó na cidade de Pombal-PB.** (Graduação em Geografia) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2014.

REGO, F. C.V. S. Do sabão à pedra de engomar: uma descrição do processo técnico de lavagem e engomagem de roupas à mão em Açu-RN. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 6, p. 26-43, 2014.

SAMPAIO, N. Lavadeiras de roupa do rio: geografia humanista e memória. **Anais [...] Tempos, espaço, representações.** Abordagens geográficas e históricas. UESB, 2013.

SANTOS, D. N. **Análise da extração de areia no trecho livre do canal do alto curso do rio Paraná, entre os municípios de Guaira e Marilena (PR): impactos ambientais e aplicabilidade.** Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro/SP, 2013.

SCHIMDT, D. M.; MATTOS, A. Dinâmica dos regimes de precipitação e vazão da bacia hidrográfica do Alto Piranhas-Açu/PB. **Sociedade e Território**. Natal, v. 25, n. 2. p. 67-77, jul/dez, 2012.

SILVA, K. B.; ANDRADE, R. W. N.; ISMAEL, L. L.; SILVA, A. N. B.; MUSSE, N. S. O.; SANTOS, A. M.; DANTAS, I. A. M.; SÁ, G. B.;

DANTAS, M. V. Estudo da mata ciliar do rio Piranhas na sub-bacia do médio Piranhas paraibano. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v. 11, n. 1, p. 211-221, 2020.

SOUSA, V. A. **Um olhar sobre Pombal antiga (1906 a 1970)**.. João Pessoa: Editora A União, 2002.

TRES, D. R.; REIS, A.; SCHLINDWEIN, S. L. A construção de cenários da relação homem-natureza sob uma perspectiva sistêmica para o estudo da paisagem em fazendas produtoras de madeira no planalto norte catarinense. **Revista Ambiente e sociedade**, v.14, n. 1, pp.151-173. 2011.

ZANELLA, M. E. Considerações sobre o clima e os recursos hídricos do semiárido nordestino. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. especial, p. 126-142, 2014.

LEANDRO GOMES DE BARROS: UM CRONISTA POPULAR

Ione dos Santos Severo Formiga – CLGB

A singularidade deste ensaio ampara-se em um trabalho de investigação *in loco*, no espaço de experiência, de produção, de vivência e de atuação de um dos maiores ícones da literatura oral brasileira do século XIX e início do século XX. Enquanto pesquisadora nativa do berço onde nasceu o grande poeta Leandro Gomes de Barros, pude construir uma relação privilegiada de diálogo e aproximação com gerações de interlocutores que cresceram ouvindo, vendo e/ou lendo sobre as excentricidades do poeta Leandro Gomes de Barros, assim como, com os herdeiros locais do poeta pombalense que por sua vez foram também para mim, vozes da memória histórica de Leandro.

Durante quase vinte anos, reuni um corpus documental e objetos pertencentes à trajetória histórica e literária de Leandro, coletando, acondicionando, organizando, selecionando, divulgando e promovendo a obra deste poeta - em tempos e espaços distintos, mantendo viva a memória de um patrimônio cultural e imaterial que se encontrava no limbo, relegada pela comunidade e principalmente pela academia. Retomar a trajetória de um poeta-editor da envergadura de Leandro Gomes de Barros, autodidata e intelectual, responsável direto pela criação do maior sistema editorial literário do Brasil, é no século XXI, tanto um desafio quanto uma inovação.

Seguindo as trilhas deixadas pelo poeta de Pombal, suas itinerâncias pelo interior da Paraíba e, em particular, no sítio Melancia, em Pombal, deparei-me com um repositório vivo da memória deste poeta. Registre, em áudio e vídeo, depoimentos de testemunhos oculares e auriculares do núcleo familiar do poeta; os quais representam conteúdos inéditos, relevantes para a compreensão e

ressignificação da importância do artista, como um dos maiores protagonistas da história da tradição oral nordestina e brasileira.

Os títulos dos cordéis de Leandro Gomes de Barros mostram a diversidade de temas: *A história do boi misterioso*, *A batalha de Oliveiros com Ferrabraz*, *A vida e testamento de Cancão de Fogo*, *A donzela Teodora*, *A vida de Pedro Cem*, *A vida de João Lezo*, *O cavalo que defecava dinheiro*, entre outros. Alguns temas desse autor são legendários e se sobressaem pela particularidade como dialogam com o contexto social.

No final do século XIX existiam muitas tipografias no Nordeste, que, embora destinadas à impressão de jornais, no tempo ocioso eram usadas para a impressão de outros textos como o cordel. São numerosas as tiragens dos cordéis de Leandro Gomes de Barros que ainda hoje são impressos e vendidos por todo o Brasil.

A chegada dos meios de comunicação vem sempre acompanhada de novos conteúdos, os quais, aproveitados pelos poetas populares na criação de seus versos, alimentam o que se convencionou chamar de jornalismo popular. Ouvindo ou lendo as notícias diárias, muitos poetas têm fonte de criação mais perto deles. Assim, o advento do rádio, da televisão e agora das redes sociais, não apenas contribuiu com a difusão das temáticas tradicionais do cordel, como fomentou novos debates, enriquecendo a literatura popular com novos temas.

Um dos que souberam explorar com maestria os novos temas que a modernidade franqueava foi, a seu tempo, Leandro Gomes de Barros, o mais importante poeta de cordel, o qual nasceu em 19 de novembro de 1865, no sítio Melancia, em Pombal, cidade do alto sertão paraibano. O poeta, que teve seus primeiros títulos impressos em 1893, era um leitor assíduo de jornais, transformando-os em uma das fontes para a criação de seus cordéis. Exemplo disso é o folheto *O cometa*, datado de 1910, o qual teve origem a partir de uma notícia de jornal que informava sobre a passagem do cometa Halley. Aquela notícia tinha caráter escatológico, e a população, em geral, assimilava-a como sinal do fim do mundo. Leandro, como um cronista popular, divulgou o

acontecimento através da linguagem do povo, colocando-se também como parte deste, como vemos no trecho que segue:

Eu andava aos meus negócios
Na cidade de Natal,
No hotel que hospedei-me
Apareceu um jornal,
Que dizia que no céu
Se divulgava um sinal.

O sinal era o cometa
Que devia aparecer
Em maio, no dia 18
Tudo havia de morrer,
Aí sentei-me no banco,
Principiei a gerar.¹

Como se pode observar nas estrofes acima, Leandro relatou o pavor que se viveu naqueles dias diante da passagem do cometa. Nesse processo, o poeta cria versos ressignificando a notícia divulgada pelo jornal da época, fazendo do cordel fonte primária de informação, o intermediário de um processo de comunicação social. Não é demais lembrar, nesse pormenor, a seguinte afirmação de Ricardo Noblat:

O folheto de época é jornal dos que não leem jornais no interior nordestino e mesmo daqueles que, já informados, são adeptos da poesia. É um intermediário para um amplo processo de comunicação que sem ele, em muitos casos, não se completa. Ajuda a integrar à vida nacional de comunidades que não foram ainda devidamente atingidas pelos modernos veículos de comunicação.²

Em 1909, residindo no Recife, Leandro Gomes de Barros não tinha outra atividade senão a de fazer versos e vendê-los no

¹ BARROS, s.d., p. 2.

² NOBLAT, *apud* LUYTEN, 1992, p. 22

Mercado São José, nas bodegas/vendas perto do largo da estação, ainda nos trens ou em sua própria casa.

De instrução elementar, Leandro Gomes de Barros foi a mais alta expressão da poesia popular do Nordeste, e também o maior poeta popular brasileiro. Desde o início, por volta de 1889, sua produção é estimada em centenas de títulos. Viveu e sustentou sua grande família, única e exclusivamente da venda de seus versos.

Sobre o tipo físico de Leandro Gomes de Barros, encontramos alguns depoimentos, como o que destaca Cascudo ³: “Conheci-o na capital paraibana. Baixo, grosso, de olhos claros, o bigodão espesso, cabeça redonda, meio corcovado, risonho contador de anedotas, tendo a fala cantada e lenta do nortista, parecia mais um fazendeiro que um poeta, pleno de alegria, de graça e de oportunidade.”

É muito recorrente no cordel encontrarmos adaptações de obras da literatura universal. Trata-se de obras épicas, romances e contos infantis do cânone literário que foram revisitados desde os primórdios da literatura de cordel no Brasil. Conforme Marco Haurélio:

A Literatura de Cordel é a poesia popular, herdeira do romanceiro tradicional, e, em linhas gerais, da literatura oral (em especial dos contos populares), desenvolvida no Nordeste e espalhada por todo Brasil pelas muitas diásporas sertanejas. Refiro-me, evidentemente, à literatura que reaproveita temas da tradição oral, com raízes no Trovadorismo medieval lusitano, continuadora das canções de gesta, mas, também espelho social do seu tempo.⁴

Leandro Gomes de Barros, por exemplo, nos apresentou *A história da donzela Teodora*⁵, publicada na Paraíba por volta das primeiras décadas do século XX. Conforme Cascudo⁶, esse cordel teve uma grande circulação desde a sua primeira edição, popularidade que se mantém até hoje.

³ CASCUDO, 1939, p. 259.

⁴ HAURÉLIO, 2010, p. 16.

⁵ Cf. BARROS, 1979.

⁶ Cascudo (1994).

Sobre a circularidade e divulgação dos folhetos de Leandro Gomes de Barros é importante enfatizar o depoimento de Manuel Gomes, sobrinho-neto do poeta. Ele dizia que todos os anos, no mês de dezembro, Leandro enviava cargas de folhetos, amarradas a jumentos, para que seu pai vendesse nas feiras de Pombal e cidades vizinhas e, como afirmava Manuel Gomes, “não dava para nada, o povo comprava tudo”, como se pode conferir no trecho seguinte da entrevista:

D.Maria: _ Ela era... ele era ti da mãe dele... o Leandro...

Manuel Gomes: _ Era ti ligítimo, o pai da minha mãe era irmão de Leandro Gomes de Barros...

Ione: _ A mãe do Senhor?

Manuel Gomes: _ Heim? Ha, há... o meu... o pai dela, da minha mãe era irmão dele, aí quand’era todo fim de ano ele mandava deixar uma caiga duas de vesso na casa de meu avô para...

Ione: _ Aqui no sítio? **Manuel Gomes:** _ Sim, aqui no Santo Antonhi.

Ione: _ Pra o avô do senhor vender aqui na feira?

Manuel Gomes: _ Sim. É, mai não dava pra nada não, nesse tempo o divertimento era essas coisa...

Manuel Gomes: _ Sim, aqui no Santo Antonhi.

Ione: _ Pra o avô do senhor vender aqui na feira?

Manuel Gomes: _ Sim. É, mai não dava pra nada não, nesse tempo o divertimento era essas coisa...⁷

São numerosas as tiragens dos cordéis do poeta pombalense, que ainda hoje são reproduzidos e vendidos por todo o Brasil, como o romance *História do boi misterioso*, que retoma a tradição das histórias e cantigas do boi. Sua tiragem supera um milhão de exemplares. Leandro Gomes de Barros também se destaca por sua veia humorística, como podemos ler nos versos que se seguem, recolhidos por Luís Gil⁸:

⁷ Entrevista concedida a Ione Severo em 2003, por ocasião da pesquisa para a dissertação de Mestrado em Letras pela UFPB. Parte dessa entrevista foi publicada em: SEVERO, Ione dos Santos. *Ensaios Literários: do popular ao erudito*. João Pessoa: Ideia, 2013.

⁸ Luís Gil (1952):

(...)

Leandro Gomes de Barros
Escritor paraibano
No ofício de escrever
Trabalha com calma e plano,
Tem fama de repentista,
Escritor romancista,
tem folhetos mais de mil
O seu primeiro humorista.

Leandro Gomes de Barros foi seguido por poetas como Francisco das Chagas Batista, que começou a fazer versos em 1902, juntamente com João Melquíades. Estes poetas viajavam anualmente, na época das safras de produtos sazonais, pelos sertões da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará para vender seus cordéis.

A poesia de Leandro Gomes de Barros marcou presença, também, em outros meios literários, despertando olhares diversificados sobre a poética popular, como mostra Carlos Drummond de Andrade, que apontava Leandro Gomes de Barros como príncipe dos poetas do Brasil no lugar de Olavo Bilac, eleito na época pela maioria dos escritores. Ressalta o poeta itabirano que, apesar de desconhecido no Rio de Janeiro, Leandro Gomes de Barros conseguiu ser o poeta que alcançou maior divulgação no Nordeste. Assim, Drummond referiu-se a ele:

Em 1913, certamente mal informados, 39 escritores, de um total de 173, elegeram por maioria relativa Olavo Bilac príncipe dos poetas brasileiros. Atribuo o resultado a má informação porque o título, a ser concedido, só poderia caber a Leandro Gomes de Barros, nome desconhecido no Rio de Janeiro, local da eleição promovida pela revista FON-FON, mas vastamente popular no Nordeste do país, onde suas obras alcançaram divulgação jamais sonhada pelo autor de “ouvir – estrela”. (...) E aqui desfaço a perplexidade que tem algum leitor de Leandro Gomes de Barros. Um é poeta erudito, produto da cultura urbana e burguesia média; o outro, planta sertaneja vicejando à margem do cangaço, da seca e da pobreza.

Aquele tinha livros admirados nas rodas sociais, e os salões o recebiam com flores. Este, espalhava seus versos em folhetos de cordel, de papel ordinário, com xilogravuras toscas, vendidos nas feiras a um público de alpercatas ou de pé no chão⁹.

Era comum entre os poetas a venda dos direitos autorais para outro que tivesse condições financeiras de manter a tipografia em funcionamento. Devido a isso muitos autores tinham seus títulos usados por aqueles que compravam a tipografia e assumiam a condição de autor-editor, omitindo a verdadeira autoria ou adulterando o acróstico da última estrofe do texto, recurso usado para identificar o autor do folheto. Isto pode ser observado na capa de um dos mais célebres folhetos de Leandro Gomes de Barros, *Estória do boi misterioso*. Esta publicação traz a identificação do autor-proprietário-filhas de José Bernardo da Silva, poeta popular cearense, que, em 1950, após a morte de João Martins de Athayde, comprou todo o acervo de Leandro, deslocando-se do Recife para Juazeiro do Norte, um dos maiores centros editoriais do Nordeste.

Além da omissão do nome de Leandro houve outra supressão, a partir da adulteração do acróstico, onde se tem a última estrofe truncada pela troca da posição do advérbio "lá", no 1º verso, e a supressão do 6º verso da sextilha, como se pode ler a seguir:

Lá ainda hoje se ver
Em noite de trovoadas
A vaca misteriosa
Naquelas duas estradas
Duas mulheres falando
Rangindo os dentes e chorando
Onde as cenas foram dadas.

Inda hoje lá se vê
Em noite de trovoadas
A vaca misteriosa

⁹ Carlos Drummond de Andrade (1976).

Naquelas duas estradas
Duas mulheres chorando
Rangindo os dentes e chorando
Onde as cenas foram dadas.

No cordel *Defeza feita pelo doutor Ibiapina*, mais uma vez o poeta teve seus versos adulterados, quando há a supressão no 5º verso da estrofe de 7 versos, na tentativa de esconder o nome do verdadeiro autor, como se pode ver nas estrofes seguintes:

Leitor pode dar por visto
Esse caso assim foi dado
A história está escrita.
No século próximo passado
Deu-se no Brejo de Areia
Resultou-se que na cadeia
O réu saiu perdoado.

Leitor pode dar por visto
Esse caso assim foi dado
A história está escrita
No século próximo passado
Resultou-se que na cadeia
O réu saiu perdoado.

Os avisos impressos na contracapa visavam impedir a apropriação do cordel por outro poeta e advertir os vendedores de folhetos “menos sérios”. Estes poetas, ainda hoje, sofrem sérios abusos por parte dos aproveitadores que se apropriam de sua obra e fazem cópias xerografadas dos cordéis que mais interessam ao público.

Temas e ciclos nos cordéis de Leandro Gomes de Barros

A vasta circulação dos cordéis propiciava a fácil transmissão dos seus conteúdos mostrando a força da oralidade. Afinal, seu público era de leitores/ouvintes. Assim, iam surgindo novos poetas

na cidade e no interior nordestino. As diásporas nordestinas para o Sudeste, motivadas pela sobrevivência, contribuíram para uma maior circulação dos cordéis. Mesmo com o advento da luz elétrica e do rádio, a intensidade do processo de divulgação dos cordéis não diminuiu, mas influencia a sua temática e a sua utilização até hoje. Segundo Manuel Gomes, Leandro escreveu versos inéditos a partir da chegada da luz elétrica. Ao mesmo tempo em que sinaliza o progresso, o poeta critica-o e retoma os problemas sociais do povo nordestino, como, por exemplo, a falta de chuva e a fome.

A chegada dos meios de comunicação existentes na época ofereceu, de certa forma, conteúdos para que os poetas compusessem seus versos, tornando-os uma forma de jornalismo popular. Ouvindo ou lendo as notícias diárias, muitos poetas tinham fonte de criação mais perto deles.

Em *Os collectores de Great Western*, Leandro coloca-se como repórter do povo. Nesse cordel, o autor põe em questão a exploração do Brasil pelas empresas estrangeiras. Essa narrativa poética apresenta a construção da ferrovia que ligava os vários estados do Nordeste, o que seria o sinal de progresso para o país e se tornou alvo de crítica nos versos do poeta popular, como se lê no excerto seguinte:

Alerta rapaziada
Da margem da Great Western
O inglez fez uma coisa;
Acho que queira Deus preste
Botou collector nos trens
Matou morcego por peste.
(...)
E se alguém for se queixar
Diz-lhe o inglez; o senhor
Deve agradecer a mim
Ter trem seja como fôr
Mim bota trem em Brazil
Para fazer-lhe favor.

A temática dos cordéis de Leandro Gomes de Barros nutre o imaginário popular a partir do contexto da época, caracterizado pelos acontecimentos políticos, religiosos e históricos. Refiro-me às histórias sobre o cangaço, Padre Cícero, a seca, a inflação, a corrupção, e tantos outros motivos decorrentes das experiências cotidianas dos poetas, que expressam um diálogo com o contexto sociocultural em que estavam inseridos.

No cordel *O povo na cruz*¹⁰, Leandro Gomes de Barros enfatiza o sentimento de revolta do povo diante da miséria e da exploração do governo, como ilustrado nas estrofes seguintes:

Alerta Brasil! Alerta!
Desperta o sono pesado
Abre os olhos que verás
Teu povo sacrificado
_Entre peste, fome e guerra-
De tudo sobressaltado.

Nos cordéis de Leandro Gomes de Barros estão presentes personagens ligadas ao fantástico, ao maravilhoso, ao misticismo e a alguns romances tradicionais, de sofrimento e de amor, como: *Branca de Neve e o soldado guerreiro*; *A Bela adormecida no bosque*; *A filha do pescador*; *Juvenal e o dragão*; *A órfã*; *História de João da cruz*; *História de Roberto do Diabo*; *O filho da caipora*; *A batalha de Oliveiros com Ferrabraz*, *Peleja de Manoel Riachão com o diabo*; *O verdadeiro romance de João de Calais entre tantos*.

Constatamos que, ao longo de sua obra, Leandro Gomes de Barros tematiza sobre os vários perfis de mulher através de imagens que vão de princesas, donzelas, ciganas até à mulher fatal, como pode ser conferido nos seguintes títulos: *História da Donzela Teodora*; *A paixão de Madalena*; *História da princesa da pedra fina*; *História da princesa Rosa*; *História de Carlos e Adalgisa*; *A força do amor*; *A morte de Alonso e a*

¹⁰ *apud* Batista, 1971, p. 21.

vingança de Marina; Romance da filha do pescador; Os sofrimentos de Alzira; A mulher roubada e O testamento da cigana Esmeralda.

A temática da mulher está presente tanto nos cordéis com temas do romancieiro, como nos de sátira, em que o poeta expressa um certo “azedume”, principalmente, em relação às sogras, revelando um humor-crítico, característica fundamental da sua obra, como se pode ver nestes títulos: *A mulher e o imposto; A mulher em tempo de crise; A descrição das mulheres conforme seus sinais, O peso de uma mulher; Gênio das mulheres; As proezas de um namorado mofino; Herança de uma sogra; A morte de uma sogra.*

O casamento também não escapa à crítica desse poeta que, sobre ele, verseja com jocosidade: *O casamento do velho e o desastre na festa; O casamento a prestação; O casamento de hoje em dia, O casamento do sapo; O casamento e o divórcio da Lagartixa*, entre outros. Em sua poética Leandro Gomes de Barros desconstrói a representação dominante de uma mulher dona-de-casa subestimada, negligenciada, ressignificando sua história pela experiência de uma mulher rebelde, ativa e resistente aos entraves impostos pela sociedade e núcleo familiar, pois o procedimento que anima as narrativas de Leandro Gomes de Barros é a utilização da inversão e da subversão dos polos, o que universaliza os temas por ele abordados como pano de fundo satírico da condição e das experiências dos perfis femininos.

Leandro Gomes de Barros insiste na necessidade de criação de um “mundo das mulheres”, caracterizado pelas suas formas próprias de expressão e sua cultura, o que parece corresponder a um processo de reavaliação da história das mulheres na literatura e na sociedade, militando na contramão do pensamento vigente e de “verdades” absolutas.

Nada escapava à crítica ferrenha do poeta pombalense: o governo, a mulher, a sogra, o médico, o advogado e o casamento. Enfim, tudo o que lhe chamasse atenção e interessasse ao povo era motivo para crítica. No ciclo do cangaço que, principalmente na Paraíba, teve seu auge entre as duas primeiras décadas do século XX, Leandro Gomes de Barros focaliza as façanhas e trajetória de

Antônio Silvino e seu bando, no sertão nordestino: *Luta do diabo com Antônio Silvino*; *O leão na jaula: Antônio Silvino capturado pelo valente oficial de polícia pernambucano Tenente Theophanes*; *A ira e a vida de Antônio Silvino*; *As lágrimas de Antônio Silvino por Tempestade*; *Exclamações de Antônio Silvino na cadeia*; *Os cálculos de Antônio Silvino*; *Antônio Silvino o rei dos cangaceiros*; *Antônio Silvino no juri*; *Antônio Silvino se despedindo do campo*.

Há também cordéis sobre o ciclo animal: *A História do boi misterioso*; *o cachorro dos mortos*; *O testamento do cachorro*; *O cavalo que defecava dinheiro*; *Os bichos que falavam*; *O fiscal e a lagarta*; *Mosca pulga e persevejo*, entre outros.

Os cordéis de picaresca são recorrentes em Leandro Gomes de Barros. Personagens sempre muito pobres - como Pedro Malazarte, transformado no “amarelinho” -, transitam no universo nordestino. Aquele é uma ressignificação do romance da picaresca portuguesa sobre a vida do pícaro Pedro Urdemalas. Outros como João Grilo, João Leso, Cancão de Fogo e Pedro Cem são incorporados ao contexto da poesia de cordel do Nordeste, pela voz de Leandro Gomes de Barros.

Esses pícaros leandrinos respondem à marginalização e à discriminação da sociedade elitista, criticando os costumes sociais reproduzidos pelo povo. Para Cascudo¹¹, esses personagens são uma espécie matuta do Lazarillo de Tormes, Gusmán de Alfarache ou Estabanillo González, personagens da picaresca clássica espanhola do século XVI.

Vale ressaltar alguns exemplos de cordéis com essa temática, de autoria de Leandro Gomes de Barros: *A vida de Cancão de Fogo*; *O testamento de Cancão de Fogo*; *A vida completa de João Lezo*; *Como João Lezo vendeu o bispo*; *Como João Leso tornou a iludir o bispo*; *O soldado jogador*; *A vida de Pedro Cem*.

¹¹ Cascudo, 1994, p. 11.

Considerações finais

Leandro Gomes de Barros pode ser comparado a Oswald de Andrade porque ele é Modernista, tanto quanto, mas não foi reconhecido pelas elites da época porque oriundo de extratos subalternos da sociedade, munido de um saber fazer da oralidade e do cordel. Leandro Gomes de Barros é um observador atento, privilegiado, por estar dentro do terreno da experiência viva, enquanto testemunho ocular, mas como sujeito que age dentro dessa comunidade. O pouco acesso à formação escolar fez dele um homem de poucas letras, o que não justifica o poeta ser desqualificado e identificado como inculto.

Como porta voz de sua comunidade, Leandro Gomes de Barros não pode ser visto como um simples *voyeur*, quer dizer, “aquele que vê” e ou se regozija em apenas observar. Pelo contrário, a partir da sua produção artística percebemos que o poeta de Pombal renova a cultura, conserva a tradição e ressignifica os temas da oralidade agindo como um sujeito político que intercambia as experiências com o seu grupo social, interpretando intelectualmente suas expectativas, refletindo criticamente sobre o *modus vivendi* da sociedade da época. Nesse sentido, a criação das personagens leandrinas é um catalizador da necessidade de contribuir para o protagonismo de minorias representativas da sociedade, porém desqualificadas por esta.

A própria história de Leandro Gomes de Barros, do ponto de vista social, econômico e cultural, erigiu o autor ao patamar de um intelectual. Na perspectiva de Gramsci¹², cada grupo social fundamental com papel decisivo na produção engendra seus próprios intelectuais. Portanto, levando em consideração a sua vasta produção literária, seus posicionamentos no âmbito social, moral, religioso e político, vejo que sua forma de interpretação intelectual coincide com o posicionamento do povo que ele

¹² Gramsci, 1891-1937.

representa, pela contestação que ambos, povo e poeta, fazem da cultura hegemônica.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. (Disponível na web: www.overmundo.com.br/guia/jornal-de-poesia. (Acesso em 10 de fevereiro de 2020).

ATHAYDE, João Martins de. **A pranteada morte de Leandro Gomes de Barros**. s.d

BARROS, Leandro Gomes de. História da Donzela Teodora. In: CASCUDO, Câmara. **Os cinco livros do povo**. 2. ed. João Pessoa: Universitária, 1979. p. 144-168.

_____. **O cometa**. Recife: Do Autor, s.d. (Versão eletrônica da obra disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=RuiCordel&pasta=&pesq=LC6091&pagfis=449>> (Acesso em 20 de maio de 2020).

_____. **O marco do meio do mundo**. São Paulo: Luzeiro, sd.

_____. **Estória do Boi misterioso**. Prop. Filhas de José Bernardo da Silva. Juazeiro: Ceará.

_____. **O casamento**. In. Leandro Gomes de Barros: no reino da poesia popular.(org.) Irani Medeiros. João Pessoa, Idéia, 2002.

_____. **Os collectores de Great Western**. s.d.

_____. **Defeza feita pelo doutor Ibiapina**. In: Bibliografia Prévia de Leandro Gomes de Barros.

BATISTA, Sebastião Nunes. **Bibliografia prévia de Leandro Gomes de Barros**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1971.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Cinco Livros do povo**. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

_____. **Vaqueiros e cantadores**. Porto Alegre: Globo, 1939.

Literatura popular em verso. Antologia. Tomo III. Leandro Gomes de Barros 2. Rio de Janeiro: MEC/FCRB, João Pessoa: UFPB,1977.

Literatura popular em verso. Antologia. Tomo V. Leandro Gomes de Barros 3. Rio de Janeiro: MEC/FCRB, João Pessoa: UFPB,1980.

Leandro Gomes de Barros no reino da poesia popular (org.) Irani Medeiros. João Pessoa: Idéia, 2002.

LUYTEN, Joseph M. **A notícia na literatura de cordel**. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

SEVERO, Ione dos Santos. **Ensaio Literários: do popular ao erudito**. João Pessoa: Ideia, 2013.

**MULHERES DA POÉTICA DE LEANDRO GOMES DE
BARROS:
COM QUANTAS SE FAZ UMA DONZELA?**

Lígia Regina Calado de Medeiros (UFCG)

Antes da poesia, um café de interlocução e dois dedos de prosa

Difícilmente algum (a) curioso (a) da Literatura, da Cultura Popular e, mais especificamente, da Literatura de Cordel, já não tenha se deparado com a relevância de Leandro Gomes de Barros (1865-1918) no quadro de poesia com autores brasileiros. E se resolver aprofundar a investigação a respeito, não tardará descobrir a importância ainda de uma criação/recriação artística cujos bens de produção - advindos de uma herança além-mar -, constituem na verdade um patrimônio imaterial que extrapola a cultura de interesse luso-brasileira. Sabe-se do cordel sendo estudado na França, por exemplo, país que, juntamente com a Espanha e a Itália, esteve na condição de berço dessa estética, alcançando notoriedade na profusão da poesia trovadoresca, especialmente aquela oriunda da região da Provença.

Dizer isto para dirimir qualquer dúvida que haja sobre a importância e a dimensão de alcance do objeto com o qual se pretende interagir. Muito embora usar de honestidade científica ao dizer que é na qualidade de leitora e não especialista no assunto que se buscará realizar o intento. Não uma leitora comum, pois a modéstia não chega a tanto, mas longe também de um investimento de pesquisa mais qualificada sobre a literatura do cordelista supramencionado. Na verdade, de todos os autores desse livro, a professora Ione Severo está mais indicada a fazê-lo, tendo em vista uma trajetória de estudos dedicados não só ao poeta e sua produção específica, como ao cordel como um todo, publicando e se empenhando efetivamente numa divulgação a

respeito. Severo¹, aliás, é membro-fundadora de uma Cordelteca, que opera e mantém ativa na cidade de Pombal-Paraíba.

De qualquer modo, diante da oportunidade criada para contribuir com um capítulo, e juntamente com outros colegas, autores e autoras, escrever um livro dedicado a temas relacionados ao arcabouço histórico, cultural e artístico daquela cidade, a ideia não foi outra senão se debruçar sobre textos do poeta do sítio Melancia (que já integrou a Grande Pombal) assim como recorrer ao conhecimento da sua fortuna crítica, e pelas razões apresentadas a seguir. Na condição de pesquisadora da literatura, embora dedicada a outra subárea de interesse, ressentia-se - e de algum modo se considerava em débito com a cidade -, por não ter dedicado ao tema ainda uma reflexão mais substancial e que intentasse participar de um debate tão caro aos pombalenses, conterrâneos, ocasião que agora se faz.

Outra justificativa para o intento perpassa os interesses da professora que, mediante os superficialismos das homenagens ao poeta Leandro Gomes de Barros - expressas em nome de rua, escola, ou feitas alusões durante celebrações de festa do município, por exemplo - mantém preocupação com o caráter de uma apreciação circunstancial e que muitas vezes gravita mais em torno do nome do poeta (semelhante ao que ocorre no apelo midiático) do que uma real intenção de valorização da sua obra, inclusive para os locais. O que de fato se conhece desse poeta, em sua cidade, que não passe quando muito por biografismo? E dos textos produzidos por ele, quais são os que o (a) pombalense realmente conhece? Excetuando-se aqueles e aquelas que os estudaram por dedicação de ofício acadêmico, quase sempre para cumprir protocolos de

¹ No livro *Ensaio literários: do popular ao erudito* (2013), publicado pela Ideia Editora, e aqui recomendada a leitura, Ione Severo concede, na primeira parte da obra, toda uma investida de introdução à literatura do poeta Leandro Gomes de Barros, com especial atenção à figura de Cancão de Fogo, reiteradamente presente em sua produção e, por circularidade, em outros folhetos de cordel. Sempre vale a pena conferir os apontamentos a que a autora chega, e fruto das discussões que em cada capítulo propõe.

formação em nível posterior ao graduado. Mas fora dessa paleta, arrisca-se dizer que, independente do mérito, o poeta não encontra leitores nem em sua cidade natal.

Não há em Pombal, isto é fato, da parte de nenhuma gestão administrativa assumida até agora, políticas de incentivo à leitura do cordel e, por tabela, do seu cordelista maior. E isso como reconhecimento de um direito, como assim já definiu Antonio Candido², a uma formação educadora cidadã e integrada aos próprios valores. Ou seja, permitir, nesse caso, por intermédio de projetos e ações educativas, permanentes, que a própria terra-berço de nascimento do poeta tenha o direito de ser a ele apresentado. Pensa-se, a propósito disto, na concepção de um programa formador que seja adotado, por exemplo, pelas escolas do município. Demandado por atuações orquestradas e com finalidades expressas de conhecimento sobre a arte literária de tão ilustre filho. E sendo assim, no acúmulo de saberes, um investimento cultural que resultará, por tabela, na valorização do poeta como merecidamente deve sê-lo.

Em vez disto há, curiosamente, e só para ilustrar o problema, muito verbo gasto em disputa pela naturalidade. Foi o que se pôde constatar durante um evento ocorrido em 2015, alusivo aos 150 anos de nascimento do poeta, e organizado pelo Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBNB), em Sousa. Na ocasião, poetas cordelistas, da cidade de Paulista-PB, em disputa de debate com a audiência que ali participava, reivindicava para aquela cidade, e de forma categórica, o novo lugar de nascimento. Essa mesma perspectiva pode ser encontrada no livro *O arrayal queimado do Paulista*, de Guttemberg Farias, quando escreve:

² Em *O direito à Literatura e outros ensaios* (2005) Antonio Candido, refletindo sobre direitos fundamentais, inclui a Literatura entre eles, isso porque especialmente relacionada com a nossa humanização e com a nossa formação enquanto cidadãos. Diz ele que se por Direitos Humanos entendemos certos bens fundamentais à nossa vida, e por extensão à vida de todas as pessoas em comunidade, então se poderia concluir que a literatura é um direito fundamental (p. 14), e em assim sendo, portanto, ao nosso entender, deve ser constitucionalizado.

Ao longo da história, convencionou-se biografar o poeta como sendo natural da cidade de Pombal, posto que *o sítio Melancias [sic] se localizava na jurisdição de Pombal à época do seu nascimento.*

É uma questão um tanto delicada, todavia, de simples resolução. Deve-se atentar para o fato de que Pombal ainda não era um município em 1860, vindo a se tornar cidade somente no ano de 1862.³

E até se compreende o esforço de afirmação do autor, orgulhoso talvez do intento de uma “correção histórica”, embora percebida a argumentação um tanto forçada e por razões que se justificam no próprio discurso do livro, conforme se destaca em grifo acima. Ele, ignorando da geografia política as questões da territorialidade, circunscreve a sua defesa às definições da emancipação municipal, posteriores às demarcações iniciais, por sua vez, alegando que a de Paulista antecede à da cidade de Pombal.

Empenhado sempre em defender por afinidade a naturalidade de Leandro Gomes de Barros, informa que antes da divisão em municípios os laços familiares do poeta sempre foram com a povoação de Paulista, e, sem se dar conta da equação contraditória que vai armando, que “a ligação com a vila de Pombal era meramente política”⁴. Nesse intento, observe-se aí que, para tanto, ou se perdem as noções cruciais do conceito de política; ou o autor deliberadamente defende um purismo de concepção, para o registro do nascituro, de modo que vai mesmo ficando difícil acompanhar a sustentação pretendida.

Apela, por fim, para a legislação mais recente, no que concerne à opção de registro ao declarante do nascimento, respeitando-se, obviamente, os limites da nacionalidade. E pelo que se depreende da complicada percepção de Farias, a Lei de 2017, à qual recorre, e que amplia a naturalidade para dimensões do afetivo e das afinidades, deveria retroagir para reparar o pseudo erro na identificação da terra natal do poeta. Em nenhum momento, por sua vez, é formulada por ele a pergunta que deveria ter sido feita,

³ FARIAS, Guttemberg, 2018, p. 320, grifo nosso.

⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 320-321.

desde o início dessa querela, sobre abalizar a real importância dessa propositura para a compreensão do poeta enquanto produtor cultural, e que implicações esta novidade traria, agora, para a valorização da sua obra. Inquirir sobre o que muda, realmente, para o cordelista e para o cordel, gênero que alcança nele significativa representatividade. Fora dessa percepção, qualquer aposta nesses termos recai, como já foi mencionado, no engodo midiático das “perfumarias” e superficialidades.

O poeta da melancia: pessoa física, pessoa lírica

Autor e editor proprietário⁵, Barros aparece como o “Pai da Literatura de Cordel”, em biografias que se repetem por aí; e recebe

⁵ Há no gênero cordel uma tipologia que distingue, por exemplo, autor proprietário de editor proprietário. E Leandro Gomes de Barros é pioneiro em publicar, editar e vender seus poemas, acumulando com isso múltiplas funções. Também é um dos poucos poetas populares que alcançou viver unicamente de suas rimas. Ele monta a própria editora no Recife, batizada Typografia Perseverança, criada única e exclusivamente para imprimir e distribuir os folhetos dele. Isso provavelmente em 1910, conforme aponta Rosilene Alves de Melo, num estudo que faz sobre a trajetória do cordel e a tipografia de José Bernardo da Silva, em Juazeiro do Norte – CE, publicado posteriormente em livro, e devidamente indicado aqui em lista de referências, ao final. Conhecido por viajar pelo sertão para divulgar e vender seus poemas, o vigoroso programa editorial de Barros levou a literatura de cordel às mais distantes regiões, criando pontos de venda em vários Estados, especialmente do Norte e Nordeste do Brasil. E o seu bem-sucedido projeto de distribuição já se iniciava com o anúncio dos títulos disponíveis à venda, na contracapa dos cordéis, bem como os meios financeiros fornecidos para possibilidades de aquisição. A tipografia após a morte do poeta é vendida a João Martins de Athayde, que adquire da viúva, em 1921, os direitos autorais de todo o acervo (cf. VIANNA, 2014, p. 107), republicado mais tarde, inclusive, com séria confusão de autoria. Esse é um caso bastante conhecido de apropriação indevida em Literatura, ficando o (a) leitor (a) muitas vezes sem saber ao certo se algumas publicações são de Athayde ou de Barros, já que Athayde, não raro, além de interferir nos textos, requeria para si a autoria de cordéis publicados anteriormente pelo poeta de Pombal. No início até se colocava como editor proprietário, mas em pouco tempo retirou a informação da autoria, chegando

a alcunha de “Príncipe dos Poetas”, da pena de Carlos Drummond de Andrade, uma designação, por sua vez, canonicamente concedida a Olavo Bilac. E é mencionado o cânone, aí, embora o conceito apareça em debates literários mais atualizados, para lembrar a distinção que ia se estabelecendo nas letras do país entre autores conhecidos, estabelecidos e oficializados - por intermédio das leituras de obras que iam se consagrando pela crítica literária do eixo Rio-São Paulo - em detrimento de outras, cuja literatura estivesse fora dos limites dessas margens territoriais e de interesse.

Embora o reconhecimento notório de um poeta do povo, como parece reivindicar Drummond, chegue depois e tente fazer justiça à poesia popular de Barros; a época a que se refere a questão é ainda de um elitismo citadino, de uma arte poética em nada espontânea, já que afeita ao academicismo de concepção. Arrisca-se dizer que talvez não houvesse para Barros, ainda, o público com as exigências que lhe garantissem disputar o título, pelo menos, com o poeta ouvidor de estrelas. Há quem defenda, de outra monta, que já o sucesso da prosa realista tenha feito sombra à poesia oitocentista praticada por parnasianos e simbolistas, embora corresse paralelamente uma à outra na literatura oficial do país; mas que se fosse para fazer justiça à qualidade e inovação artísticas, a alcunha elogiosa certamente pertenceria a Barros, conforme já defendera o poeta de Itabira.

Chegou a ser considerado por Luís da Câmara Cascudo, em *Vaqueiros e Cantadores* (2005), “o mais lido dos escritores populares”. Mas se faz mister observar que, em termos mais amplos, a produção do cordel no Brasil precisou de mais tempo para alcançar visibilidade. Concorre para isto inicialmente o interesse de pesquisadores estrangeiros que ao país concederam atenção na busca investigativa, para estudo de campo, reconhecendo aqui a relevância da produção de Leandro Gomes de Barros, constituída num vasto repertório de obras representativas do gênero. Esse interesse vai ser seguido por universidades e

mesmo a modificar alguns acrósticos (última estrofe da poesia, cujas letras iniciais comumente identificam o autor da obra).

academias brasileiras que passam, com o desenvolvimento da pesquisa de pós-graduação nessas instituições, a partir de 1960, a dedicar maior investimento para a constituição da uma fortuna crítica do escritor.

Do ponto de vista da influência da obra de Barros, a repercutir no fazer poético de outros escritores que encontraram consagração no século XX, o caso mais conhecido em Literatura é o do dramaturgo Ariano Suassuna, que declarou ter buscado inspiração em dois folhetos de Barros: *O testamento do cachorro* e *O cavalo que defecava dinheiro* – isso para escrever atos da obra, igualmente conhecida de público e da mídia, o *Auto da Compadecida*.

Literatura como influência e não submissão⁶

Ainda que por uma ótica de leitura restrita ao mundo ocidental, pois faltam subsídios epistemológicos para se discutir aqui elementos fora dele, há o conhecimento em Portugal acerca de uma poesia que passa a existir, oficialmente, conforme registro de escrita em português-galego, a partir do século XII⁷. Sabe-se que os

⁶ Pensando, como já se pode depreender do título da seção, numa literatura que aparece carregada das influências de uma tradição literária sobre a outra. Assim, dizer da produção poética, como o cordel, que tem raízes fora do Brasil, entra no país por intermédio da cultura de base portuguesa, já modificada, pois, como se sabe, o contato com os saberes do mundo bizantino e árabe foi importantíssimo para o progresso intelectual dos portugueses; e aqui chegando encontra solo fértil na recepção. É “aclimatada” ao novo mundo e se firma com identidade própria de produção, a ponto de alcançar pouco dever à influência “primeira”, a não ser a manutenção de um diálogo maduro com o que lhe constituiu origem. Diálogo permanente, mas principalmente autônomo, é preciso insistir nisto.

⁷ A oralidade é uma característica singular da criação poética do período, numa perspectiva que une poesia e música (os poemas são cantigas), e durante um tempo dependendo exclusivamente da memória para permanecer. Por esta razão, mesma, é provável que muito da produção, até então ágrafa, tenha se perdido no tempo; cabendo à outra parte dela, no entanto, chegar à posteridade, beneficiada pelo registro recuperador da escrita, o galego-português, que veio a se tornar língua oficial somente no reinado de D. Dinis (de 1279 a 1325). Há dúvidas sobre o ano (1198 ou 1189) de origem d’*A Ribeirinha*, cantiga que o trovador Paio Soares

versos disponibilizados em folhetos assumiram forma gráfica em seu desenvolvimento, mas a origem remonta a um tempo anterior de existência calcada na oralidade criativa. E, se em solo brasileiro essa poética recebe uma influência que passa pela colonização portuguesa, não esquecer que já chega ao Brasil com os acréscimos e trocas culturais advindos da relação que Portugal estabelecera com outros países.

Decorrente de um lirismo que se caracteriza em uma das vertentes por uma espontaneidade de expressão e identidade marcadamente oral e popular, vale repetir, essa poesia vai interessar aos estudos posteriores, sendo importante destacar da atualidade a autorização do cordel, por exemplo, enquanto cátedra de ensino na Universidade de Coimbra, instituição pública das mais antigas do mundo, e em permanente atuação, importante que se diga. São 730 anos de história e investimento na formação de um povo bem como na promoção cultural da gente que por ela passa e frequenta. Sua fundação é do século XIII (1290), portanto, alcança o cerne da floração poética a que remonta o estilo da arte literária aqui em discussão.

As cantigas, com as quais a poética do cordel mantém laços de afinidade, migraram entre continentes graças também ao processo de expansão pelo mar, que arrolava a projetos inicialmente políticos os interesses vários. E esses, mesclados muitas vezes ao do comércio e da fé, terminavam por ajudar a difundir, ainda que a reboque, a cultura e o entretenimento. A expansão se intensificou, como se sabe, no período das grandes navegações, decorridas entre o século XV e início do século XVII, mas anteriormente já se desenvolviam de forma preliminar as trocas marítimas e conseqüentemente culturais.

de Taveirós dedica à Maria Pais Ribeiro, cortesã favorita do rei D. Sancho I (MOISÉS, 1997, p. 15). Mas não há sobre ser aquele registro de cantiga o mais antigo de que se tem conhecimento, por intermédio da escrita a que se refere. E mesmo não dando para afirmar ter sido esta a primeira cantiga produzida no desenvolvimento da arte ibérica, ela marcará, como se sabe, e já no primeiro quartel do século XII, o aparecimento do Trovadorismo como estilo literário nas letras portuguesas.

Basta dizer que, já na fase de transição da Idade Média, entre os portos de passagem que levavam à peregrinação em Jerusalém - uma concessão islâmica feita ao mundo cristão - Portugal constituía uma das paradas obrigatórias do caminho. E assim, por idênticos canais de acesso, vieram e foram encontrando lugar em solo português, ainda, grande parte das narrativas, histórias contadas, fragmentos do que um dia constituíram “canções de gesta” e, principalmente, exemplares no original e/ou cópias transcritas das então famosas novelas de cavalaria.

Com o tempo a poesia vai se modificando, e depois de séculos de produção em consórcio com a música, por exemplo, se aparta da execução por intermédio dos instrumentos musicais e ganha, por fim, maior autonomia de realização. Ainda assim, na Idade Moderna, é possível encontrar vestígios daquela floração medieval, identificada desta feita por Medida Velha, ou como assim foi chamada em Portugal a vertente poética que se manifesta, resistindo, ainda, em meio às novidades do Renascimento.

A que chega ao Brasil por intermédio da colonização portuguesa e aqui continua se modificando, mantém traços significativos do que foi apresentado especialmente pelas cantigas satíricas. Assim, evoluiu do que se conheceu por “desafios” para as cantorias de “repente”, o “improviso” e, de forma concomitante, para o registro do cordel, já na modalidade impressa em folhas e vendida nas feiras do Nordeste, região do país em que essa produção literária mais alcançou popularidade.

No encaço das insubmissões, a literatura de cordel no Brasil, que tem expoente em Leandro Gomes de Barros, dá bem a tônica de uma arte que nasce aberta às influências, mas que não vai se bastar nelas. Assim, é como se a fonte, primária, mas em profusão, já permanecesse em catálise, a permitir inspiração; cabendo ao novo artista, porém, encontrar o caminho próprio a seguir. Nessa definição por um princípio estético, igualmente singular é a capacidade da literatura em se manter atemporal no processo criativo, e isso vale, é sabido, tanto para os aspectos temáticos quanto para os conteúdos da técnica de produção.

A paleta medieval vai se mostrar profícua ainda à criação artística da posteridade, e o cordel é um bom exemplo disto, como se vem afirmando até aqui. Mas é possível apontar outros exemplos na Literatura Brasileira, como ocorre a Manuel Bandeira e a Ariano Suassuna, para ficar somente nesses. Bandeira compõe ao estilo trovadoresco o poema/cantiga “Cantar de amor”⁸, e em plena atuação da escola modernista; enquanto Suassuna, indo um pouco mais além, funda o movimento armorial⁹, de que é diretor, num diálogo literário que agrega a marcação artística de cunho popular no Nordeste ao acúmulo de valores herdados e advindos da cultura ibérica. Os dois escritores dão bem a tônica do quanto os estilos mais remotos podem se constituir novidade em arte literária, e

⁸ O poema/cantiga foi escrito em diálogo desde a epígrafe com os versos, à moda provençal, de D. Dinis, e numa transcrição de linguagem muito próxima, inclusive, da que se usava na época trecentista. O poema, vale a pena conferir, mantém até a perspectiva do canto de dor, o preferido dos cantadores de amor galego-portugueses. Nele, Bandeira se vale do medieval para criar, obviamente, os próprios fins estéticos, e chega mesmo a admitir em relato memorialístico (*Itinerário de Pasárgada*) ter surgido a possibilidade de (re)criação a partir da experiência vivida como professor de Literatura do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. E se interessar mais a respeito, Juliana Fabrícia da Silveira faz, em Dissertação de Mestrado defendida pela UNESP, em 2009 (Cf. lista ao final), uma significativa análise da cantiga de Bandeira, em comparativo, aliás, com o texto de D. Dinis que deliberadamente dialoga.

⁹ O movimento armorial, idealizado por Ariano Suassuna, é um incentivo de criação cultural com vistas a uma produção artística que una o popular ao erudito, e a partir mesmo da valorização de elementos da cultura popular do Nordeste Brasileiro. Surge em Pernambuco, na década de 70, quando Suassuna ocupa cargo administrativo na UFPE, mas sai desse universo acadêmico, se expande para a comunidade, e alcança apoio para realização em órgãos municipais e do Estado. Busca envolver várias manifestações populares em arte e sob os mais variados gêneros. De um modo geral, o seu fundador assim o concebia: “A Arte Armorial Brasileira é aquela que tem como traço comum principal a ligação com o espírito mágico dos ‘folhetos’ do Romanceiro Popular do Nordeste (Literatura de Cordel), com a Música de viola, rabeca ou pífono que acompanha seus ‘cantares’, e com a Xilogravura que ilustra suas capas, assim como com o espírito e a forma das Artes e espetáculos populares com esse mesmo Romanceiro relacionados.” (*Jornal de Semana*, 20 de maio de 1975, disponível em <https://www.todamateria.com.br>. Acesso: 27/11/2020).

porque passíveis de substancializar a partir de uma atualizada ótica de produção.

Atualizar como forma de prosseguir e continuar, parecendo ser esta a similar maneira encontrada por Leandro Gomes de Barros, no que diz respeito especialmente aos temas que acolhe abordar em sua poética. Assim é que vai escrever sobre assuntos diversos e circunstanciais, tais como: política, sociedade, cangaço, amor, religião, entre outros, não se limitando a reaproveitar, portanto, os temas mais tradicionais da paleta europeia. E nessa perspectiva, a produção do cordelista vai abranger todos os gêneros e modalidades da literatura popular, a saber: pejeja, romance, gracejo, sátira e crítica social.

Mulher em perspectiva

O tratamento dado à mulher nas obras de Leandro Gomes de Barros vai interessar seja em qual modalidade de gênero for e para o debate que se pretende desenvolver, aqui, importante se faz delimitar alguns passos para as diretrizes de compreensão discursiva com o objeto escolhido. De antemão, informar que não há intenção de recorte mais amplo do tema, nesse capítulo ao escritor dedicado, e que a leitura pretendida tem mais um caráter de amostragem, a partir do que se afigura da poesia de Barros na representação da sua donzela Teodora.

O elemento mulher é abordado, por sua vez, sem perder de vista o alicerce da crítica que acolhe o estudo de gênero como arcabouço de análise na investigação literária. O viés de apreciação fundamenta-se por uma perspectiva de abordagem que considera o tema relacionado, como se deve estimar, aos aspectos social, político e especialmente cultural. Ou seja, Gênero entendido conforme define Joan Scott, como “toda e qualquer construção social, simbólica, culturalmente relativa, da masculinidade e da feminilidade”¹⁰.

¹⁰ SCOTT, Joan, 1990, p. 05.

Outra informação que compete ao (à) leitor (a) antecipar, diz respeito, ainda, ao percurso da análise empreendida. Enquanto categoria de abordagem crítica, é naturalmente do revisionismo de gênero que se vai tratando, um procedimento relativamente recente na pesquisa com Literatura, aplicado a textos que estão fora da produção de autoria feminina; e confrontados por uma crítica que sequer havia se definido como método, ainda, quando do período de criação artística a que se refere¹¹. De outra monta, destacar o interesse, aqui, de maneira geral, sobre o protagonismo feminino na literatura, ainda quando em textos escritos por homens. Ou de que maneira o heroísmo é construído para a mulher - no caso em questão a que aparece representada no folheto de Barros -, quando perpassado pela ótica deles.

Ciente desses pormenores, enfatizar ainda que a Literatura de cordel, sobretudo no que se refere aos clássicos da tradição, é mesmo universo de hegemonia masculina, seja na perspectiva da autoria, e principalmente nesta; seja na representação heroica dos textos. O que não significa dizer que não haja no cordel tradicional, de que é exemplo a poética de Barros, interesse sobre o protagonismo de mulheres. Pelo contrário, essa é uma temática recorrente nos escritores, cabendo ao (à) leitor (a) tão-somente perceber os meandros de uma ideologia sobre o feminino que se representa e, ainda, abalizar até que ponto a mesma aparece inculcada em valores de uma tradição machista e patriarcal.

São textos comumente carregados de um imaginário cartesiano que ora se debruçam sobre mulheres divinizadas; princesas; ou outras ainda, vitimizadas, belas e castas, à espera de um herói que

¹¹ No Brasil, somente a partir da segunda metade do século XX a crítica de gênero vai se definir como categoria de análise; e por intermédio, mesmo, dos estudos acadêmicos, especialmente aqueles realizados em nível de Pós-graduação. Óbvio que a crítica de revisão em nada interfere daquilo que já está consolidado textualmente pela literatura canônica; no entanto, oferece possibilidade de mudança na percepção de leitura, já que o revisionismo abre espaço para transformar a compreensão do texto literário, mediante um olhar analítico que venha por aquela fundamentada.

lhe resgate da má sorte; ora sobre mulheres culturalmente demonizadas porque “responsáveis” pela perfídia que por meio delas se caracteriza o texto. Nessa perspectiva, encontram-se elas como insidiosas, e, assim sendo, pouco confiáveis; ou tantas outras manifestações da mulher considerada terrível, que por isto mesmo deve ser temida e evitada.

Mulheres de Barros

No esteio dessas representações, ou figurações de gênero, algumas mulheres do cordelista paraibano guardam nítida relação com um mundo mágico, ou o maravilhoso herdado do medieval, e merecem aqui uma apresentação geral de seu protagonismo¹², ainda que o interesse principal de leitura recaia, como se evidencia em análise a seguir, sobre o heroísmo idealizado para a donzela Teodora, de que vai tratar.

Em *Os sofrimentos de Alzira* a heroína reúne várias qualidades que vão fazer dela uma mulher próxima da divindade resignada. De beleza ímpar, já que nenhuma se iguala a ela em todo o reino, a jovem chega a ter correspondente direto com os céus, seja por intermédio de sonhos premonitórios, seja por mensageiros e guardiães celestes que aparecem para intervir em socorro dela nas aflições. Domadora de feras (e pode-se incluir aí a fera humana), Alzira é a mulher resignada, disposta a perdoar até o inimigo; e que se dobra somente à própria fé. Obediente (a Deus, ao pai e ao marido), a heroína passa insistentemente por provas morais, no texto, e para exaltação, mesma - como lição permanente -, do seu caráter imaculado, exemplar.

De tal modo isso se constrói ao longo dos versos que, em face de uma tentação, numa urdidura que envolve cobiça e traição entre

¹² Insiste-se nessa categoria como delimitação para o objeto em análise, exercendo protagonismo as mulheres escolhidas para ilustração ou para leitura mais pormenorizada, nesse capítulo; não raro a importância delas colocada em destaque já nos títulos de cada folheto de Leandro Gomes de Barros.

irmãos, se tiver que aproximá-la de alguma santa, é Maria Madalena que a voz lírica cita, a propósito, caso ela viesse a cair. Muito embora a improbabilidade disto acontecer esteja desde sempre assegurada no texto do poeta. Rica e bem nascida, o comportamento caridoso da moça contrasta com o do pai, o Conde de Aragão, um mercenário que só a riqueza visa aumentar. Ele a obriga a casar-se com um primo, duque de muitas posses e por ela enamorado, ainda que para desgosto da jovem. Neste folheto, nada faltará à mulher, em plano de idealização: beleza sem igual, casamento arranjado pelo pai, perfídia do cunhado, que nutre por ela amor proibido e que, irado por dela nada obter, arma uma grande cilada para o irmão. Alzira é aquela mulher que tudo sofre e a tudo se resigna. Muito próxima da mártir, ela é aquela que ensina com os próprios sofrimentos, e por eles mesmos é enaltecida. Enfim, a mulher etérea, que ainda povoa muita imaginação, mas que foi bem mais característica em contextos de romantismos exacerbados.

Na *História da princesa da Pedra Fina*, o (a) leitor (a) novamente vai encontrar a mulher singular, e que não é pouco comum na representação de mulheres idealizadas, sendo mais característica, desta feita, a ótica do especial e do maravilhoso. Se houver uma novidade aí é que a princesa, após ser salva de um encantamento pelo herói, reiteradamente passa a salvá-lo, no decorrer da história contada, usando de muita astúcia e esperteza para livrá-lo das sucessivas ameaças de morte, sentenciadas pelo rei. Ela não só orienta o que o moço deve fazer a cada prova imposta pelo monarca - que na influência má de um conselheiro se imagina merecendo gozar a beleza de todas as mulheres do reino -, como vai reunir a família do rapaz, ao afinal, cujos membros foram apartados no início do folheto em função do desejo dele em ver as pernas das moças da Pedra Fina.

No enalço das imagens de mulheres que aparecem nesse cordel, observa-se que há correspondentes diretos entre elas, do mundo mineral e do vegetal, senão veja: são três as pedras preciosas localizadas pelo herói, motivadoras de cada aventura que

vai empreender; e provavelmente uma para cada moça/enfeite. Sem falar que as irmãs da princesa vêm dos reinos das Laranjeiras e das Limeiras, e de dentro de cada fruto, ao ser dividido, o desencanto delas. É a conhecida fórmula para associar a mulher ao princípio de natureza, parecendo fazer a biologia pesar para ela mais do que para os homens, hoje se sabe mais em teoria de gênero a esse respeito. Por fim, que não se perca dessa representação, ainda, a ideia da mulher posta para prêmio, já que para cada prova vencida, surge por “desencanto” uma delas; e no desfecho, fica-se sabendo, uma princesa para cada irmão do rapaz.

A mulher roubada guarda, por aproximação, e respeitadas as proporções de cada feito heroico, muito do que o (a) leitor(a) já pode acompanhar da representada por Alzira, antes mencionada. De novo o tema que une mulher e traição. Bela, desejada, casada e em suspeição sobre ser ou não falsa ao marido; o livreto traz de novo a perspectiva do maravilhoso e do premonitório para a heroína, que chega a derramar lágrima de sangue, como antecipação da desgraça que se lhe avizinha. E se no cordel anterior aparece por eventualidade a figura de uma aia, que trai a confiança de Alzira, subtraindo dela os cartões comprobatórios do cunhado cobiçador; agora surge de maneira determinante o mulato, criado de casa, a tramar sornateiramente contra Minerva e o consorte, contando em receber do opositor do casal uma pequena fortuna, inclusive, por colaborar com a farsa proposta.

O veneno parece ser o libelo das traições nesses textos e, se no primeiro folheto a aia, como queima de arquivo, vai ser morta pela ingestão de uma substância química; agora toda uma tripulação é envenenada, como parte de um plano que principiava com o assassinato de Paulo, marido de Minerva. Além daquela, igualmente morrem envenenados o mulato e uma freira que surge no desenrolar dos acontecimentos para ajudar na conspiração e furto da jovem, este como medida última, já que Minerva, supostamente viúva, se nega a contrair novo matrimônio. Novamente há, em *A mulher roubada*, a trama das correspondências; no engodo, agora, de uma carta assinada de punho pelo marido,

anunciando a chegada da própria morte em viagem marítima. E mais uma vez, na hora do desespero da esposa, Maria Madalena é invocada no cordel. Só que a moça, fazendo jus ao nome que carrega (Minerva corresponde em grego à Athena, deusa da sabedoria e da justiça), ao se ver sob a tutela daquele que lhe fez armadilha, agirá ao reverso. Ela finge aceitar desposar o conspirador, quando na verdade busca somente obter dele o passo a passo dos acontecimentos e de como tudo se processou até ali, quando se viu roubada. Obviamente Pekin, o sequestrador, até tenta deixar a pior parte da trama calculada para o mulato e a freira; mas Minerva, sábia no agir e célere em providenciar, cria a oportunidade e encontra uma maneira definitiva para entregar o criminoso às autoridades.

É ela também a mulher caridosa posta em evidência quando, esclarecida toda a cilada, Paulo de volta, morto Pekin e dele herdada toda a fortuna, Minerva vai concordar com o marido em nada tocar, distribuindo cada vintém recebido aos pobres necessitados. E na exaltação feita pelo algoz, ao final do folheto, registrada em testamento e reforçada ao morrer, “contemplando a luz dos olhos dela”, toda uma celebração, ainda, ao caráter impoluto da heroína, que é vítima, submetida à mais diversa sorte por se achar cobiçada, mas é a mais empenhada também em tudo revelar e descobrir da enganação. Compete à Minerva, especialmente, resistir com resolução, dignidade e bravura, até vencer, por fim, toda infâmia contra ela levantada.

Já em *O testamento da cigana Esmeralda* é encontrado um verdadeiro tratado em versos; e metade dele dedicado ao mundo dos sonhos e suas possibilidades de interpretação. Os sonhos que, não por menos, reiteradamente aparecem aproveitados nos textos do poeta como elemento de premonição. Outra metade do cordel é dedicada à compreensão de leitura das linhas da mão; dos astros; e da simbologia dos dias e meses do ano; a última associada às implicações disto no nascimento de homens e mulheres. O autor chama de ciência, ao final do folheto, tudo o que pôs para apresentação, embora mais pareça ao (à) leitor (a) resultados de

estudos empreendidos pela pessoa física, já que a biografia do poeta fala do seu interesse pela quiromancia. E de tudo quanto posto, não deixa de chamar atenção, por fim, o interesse da poética dele, desperta, por oportuno, para a existência da cultura cigana. No cordel, Esmeralda é uma mulher do Egito e talvez já reúna nessa qualidade o exotismo que tanto parece seduzir o escritor. Não esquecer que a cigana, por si só, já aparece como protótipo da mulher misteriosa, que esconde e manipula segredos. Mais que isto: tem domínio sobre as ciências ocultas, possui a arte divinatória da predição e lê futuros na palma da mão. Ou seja, a imagem assim condensada já potencializa nela o mistério e a dissimulação, características muitas vezes extensivas às mulheres como um todo, quando tomadas de maneira pejorativa e pela perspectiva da figura pouco confiável. Assim sendo, a cigana talvez seja a representação mais próxima da mulher-bruxa, especialmente quando voltada para contextos de demonização do feminino.

Em *História da donzela Teodora* há semelhança de perspectiva sobre a representação da mulher no que se apresenta da heroína do cordel *A mulher roubada*, sobretudo no que diz respeito aos quesitos inteligência e esperteza. Igualmente bela, a voz lírica por intermédio do discurso do rei, ao conhecê-la, chega a identificá-la como “a mulher mais formosa” do mundo. Os saberes que aparenta ter no campo da astrologia (nos versos, astronomia) fazem lembrar a mesma origem de interesse que resultaram na aquisição de conhecimentos advindos para a experiência com a cigana Esmeralda. Sendo que ninguém à donzela-escrava se compara em ciências (não se esgota, portanto, no empirismo), visto que o seu dono ofereceu educação em todas as áreas, e a tudo ela domina: da Lógica, Gramática e Retórica; à Aritmética, Astronomia, Música e Geometria, as até então chamadas artes liberais. Investimento, aliás, que logrará êxito financeiro ao amo, já que por intermédio dela receberá da corte real significativa soma em dinheiro, a cobrir-lhe as despesas e a riqueza perdida no mar. Para salvar o bom amo da pobreza e para salvar a si própria, que queria permanecer em

companhia dele, Teodora calcula a maneira exata de como chegar ao rei e propor-lhe desafios de venda.

Na batalha do saber, são três os sábios com os quais debaterá na corte (veja que o poeta se deixa influenciar muito por esse número), e os mais competentes ali encontrados. Um a um a donzela enfrenta, vencendo a todos eles. Por meio de indagações, ela é submetida a verdadeiro inquérito de conhecimento. E subverte, por semelhança de representação, o duelo da Esfinge na antiga Tebas, pois Teodora, ao responder cada questão, não deixa de “devorar” os sábios derrotados por ela. A propósito disto, recomenda-se ao (à) leitor (a) não dispensar atenção a essa reserva “inusitada”, também, de tanto saber num corpo de mulher.

No encaço da donzela

[Eu] invento palavras
Que traduzem a ternura mais funda
E mais cotidiana.
Inventei, por exemplo, o verbo teadorar.
Intransitivo:
*Teadoro, Teodora.*¹³

Nos percursos de leitura daquele que talvez seja dos folhetos mais conhecidos de Leandro Gomes de Barros, a prática de pesquisa permite “achados” que aparecem favorecendo a argumentação. É o caso dessa ocorrência feliz, mencionada anteriormente, de que há sobre a produção de Bandeira uma floração, ainda que tardia, de certo medievalismo com o qual o poeta parece dialogar. Isso possibilitando ao (à) leitor (a), por sua vez, estabelecer associações outras como essa aí, supracitada, a poesia em comunicação aberta com o que vem sendo desenvolvido e apresentado sobre a ilustrada donzela. Mas nem sempre é assim. Hipóteses não se sustentam e ter que lidar com essa realidade às

¹³ BANDEIRA, Manuel. *Meus poemas preferidos*. São Paulo: Ediouro, 2002, grifo nosso.

vezes frustra até mesmo o (a) mais bem intencionado (a) iniciante nos estudos literários. Dito isto tão somente para dividir a experiência de duas delas, levantadas quando da primeira vez que foi lida a *História da donzela Teodora*, e que valem a pena pontuar, porque ainda assim constituem percurso de leitura e, desde que compreendidas e aceitas como são de início - falsas pistas -, terminam por conduzir a apreciação crítica por caminhos outros, mais proveitosos para a análise.

A primeira associava, apressadamente, o nome da heroína ao Cristianismo de concepção; e na lembrança, mesma, do significado grego *Téo*, atribuído a Deus. Essa observância se apoiava até na atualização feita por Barros, se referindo já na introdução do cordel a “uma donzela cristã”. Todavia, uma interpretação que fica a dever em veracidade etimológica se considerada a narrativa que serviu de matriz à construção poética de Barros, oriunda, assim parece definir a pesquisa genética, de país árabe, com o predomínio da religião muçulmana. Assim sendo, parece fazer bem mais sentido a leitura de aproximação que faz o folclorista Câmara Cascudo¹⁴, em *Vaqueiros e cantadores*, entre a história da donzela - por esta ótica a “nova” Scheherazade -, e as narrativas de *As mil e uma noites*. Há em ambas heroínas a capacidade impressionante de salvar a si mesmas, e no caso de Teodora, ainda ao dono, pelo recurso da sabedoria delas. Para as duas mulheres, também, o prêmio será a liberdade e o direito de escolha. Não esquecer que Teodora sempre poderia ter optado ficar com o rei, já que havia caído nas graças dele, mas prefere voltar para casa com o antigo dono.

Motivada talvez pela sugestão do título do folheto, a segunda hipótese levantada para análise do texto de Barros pretendia discutir teoricamente a figuração da heroína Teodora pela aplicabilidade do conceito da donzela-guerreira¹⁵, um importante

¹⁴ CASCUDO, Luís da Câmara, 2005, p. 29.

¹⁵ Em sua modalidade fictício/tradicional, o mito versa sobre o tema da mulher que se veste de homem para ir à guerra. Na narrativa do ocidente, cuja base de origem também está na oralidade medieval, é de travestimento, mesmo, que se discute, já que o mito envolve rituais do tipo: corte dos cabelos, ocultação de seios

instrumento de análise na representação com a crítica de gênero, sobretudo para imagens que buscam fazer conciliação de imagética entre feminino e masculino. O perfil da escrava foge aos requisitos comportamentais previstos na narrativa mítica. Todavia, evidenciando transgressão na poesia veiculada por Barros, Teodora vai operacionalizar elementos cruciais para a compreensão da existência dela. Sobretudo porque nela se apresenta talvez um dos arquétipos mais poderosos e temidos do imaginário masculino, que é a mulher sábia. Numa disputa de conhecimento, em meio aos maiores doutores do reino e solucionando os “enigmas” a que é submetida por eles, ela dá bem a tônica da capacidade cognitiva de uma heroína impressionante.

O inusitado da aventura vai estar exatamente nisto: em romper com uma perspectiva tradicional de interdição. Não esquecer que, desde os mais remotos tempos, o conhecimento foi negado à mulher. E talvez por isto mesmo haja tantas delas nos mitos burlando essa equação¹⁶. Chama à atenção na história da heroína Teodora, ainda, a inexistência completa de punição. Ao contrário, ela é premiada pelos seus feitos. Tem-se aí uma

e uso de toda uma indumentária comum à vestimenta dos homens. Além desses, obedece a outras características, tais como: virgindade, ser órfã de pai e quase sempre procurando compensá-lo pela inexistência de um varão. Geralmente morre em campo de batalha. Ela esconde dos companheiros o segredo da condição, até que, à sua revelia, ocorre o processo de revelação. Uma introdução significativa a esse estudo pode ser encontrada em *A donzela-guerreira: um estudo de gênero*, publicado pelo SENAC, em 1998, por Walnice Nogueira Galvão, que é, frente aos estudos brasileiros, a maior especialista na questão.

¹⁶ Luciana Celestino (UNP), num artigo que escreve para a revista Cronos, em 2007, discute a história da donzela como uma narrativa de transgressão. E defende ser tão fundamental o papel que a mulher desempenha para o mundo narrado, que sem a heroína transgressora muitos mitos sequer se desenrolariam. O que ocorre aqui pensar, no esteio do que sugere a autora, sobre o que ocorreria à Eva bíblica, por exemplo, no mito da criação: e se ela, obedecendo a uma norma superior, não tivesse provado o sumo da maçã (símile do conhecimento)? Provavelmente não teríamos da história conhecida um “desenredo”? Fica aí a provocação, a propósito, aliás, da lembrança do uso de um termo comum ao dicionário igualmente transgressor de Guimarães Rosa.

subversão de valores culturais, pois a punição é o que comumente ocorre às mulheres transgressoras, de Eva à donzela-guerreira, só para ficar nesses exemplos. Quanto a isto, há fidedignidade à matriz, no cordel de Barros; e aparentemente não há, a julgar pelo sucesso alcançado entre os leitores do final do século XIX, nenhuma cobrança da recepção a esse respeito.

De todo modo, não esquecer o quanto essa aventura guarda das histórias “maravilhosas”, e talvez porque distanciadas da realidade manifesta, imprimam no (a) leitor (a) aquela parte referente à suavidade, sonho e fantasia, tão ao gosto dos românticos. A heroína pertence à linhagem das moças inteligentes e perspicazes, que salvam aos seus, se salvam, e se brincar, ao final, ainda conquistam um noivo. Mas fora dessa atmosfera lírica e gentil, não é difícil encontrar no texto de Barros as marcas de uma perspectiva misógina, que nem constitui saber exclusivo da donzela, mas de uma época ou de cultura milenar que o lirismo ali cuida em reproduzir. São discursos que, para além dos floreios todos, conservam sua parte de aversão às mulheres, e aqui vazada ao correr dos versos, na inquirição da jovem, como é possível perceber, a seguir:

- Que me dizes das donzelas
de vinte anos de idade?

Respondeu: - Sendo formosa
parece uma divindade
principalmente ao homem
que lhe tiver amizade.

- As de trinta e quarenta
que dizes tu que elas são?

disse ela: - **Uma dessas
é de consideração**

- Das de 50 o que dizes?

- **Só prestam para oração.**

- Que dizes das de 70?

- Deviam estar num castelo
rezando por quem morreu
lamentando o tempo belo
- Que dizes das de 80?
- **Só prestam para o cutelo.**

- Então classifica as velhas
tudo de mal a pior?
e nos defeitos de tantas
não se encontra um menor?
disse ela: **Deus te livre**
de ser vizinho da melhor.¹⁷

A prática da misoginia instalada em diversas sociedades e culturas, muitas vezes procurou disfarçar no riso as suas muitas formas de manifestar violência à mulher. E a depreciação feminina em discurso que procura feri-la de morte é de longe a estratégia mais conhecida daquelas. No eterno¹⁸ elogio à juventude, na demonização da velhice, pois a mulher de mais idade não raro tem sua dignidade rebaixada (“Só prestam”), como se destaca acima; ou ainda na modelação dos corpos, de que são exemplos, ainda, sextilhas e mais sextilhas do referido cordel, a donzela anatomicamente definindo os requisitos para que a mulher seja considerada formosa (Quem dita esta norma?). Não obstante, o discurso dela, quando tomado para julgamento enunciativo, aparece eivado sob a ótica de preconceitos, senão veja essa perspectiva sobre a fala posta:

O sábio aí perguntou:
- Qual é a coisa mais aguda?
disse ela: - **É a língua**

¹⁷ BARROS, L. Gomes de. *História da donzela Teodora*. (Ed. Proprietário José Bernardo da Silva). Juazeiro do Norte: Tipografia São Francisco, s/d., p. 14, grifos nossos.

¹⁸ E respeitadas, obviamente, as atualizações de contexto, representação, comportamento e identidades para a mulher, não estaria a “donzela” de ontem, por esta lógica de valorização da juventude, para a “novinha” de hoje?

duma mulher linguaruda

que corta todos os nomes
e o corte nunca muda.¹⁹

Assim, mais atenção requer ao (à) leitor (a) interessado (a) estudar – com vistas à revisão de compreensão - certos textos em busca da representação de mulheres, para não se deixar limitar às primeiras impressões, e perder de vista as marcações culturais, porque sobre estas, sim, é que se vão construindo as identificações de gênero. Pois não são visões distintas sobre a mulher. O discurso que constrói o perfil da heroína é o mesmo que faz com que ela fale tão mal das outras mulheres no texto. Daí a pergunta que não quer calar: discurso dela, ou um supradiscurso, mais ao nível da enunciação, do externo ao enunciado, e que na verdade só competindo à jovem reproduzir no cordel em estudo? Talvez a resposta a essa indagação seja dada pelo próprio eu-poeta, quando escreve:

Caro leitor, escrevi
tudo que no livro achei
só fiz rimar a história
nada aqui acrescentei
na história grande dela
muitas coisas consultei.²⁰

Ao dizer isto, lembrar que há na transfiguração dos textos mais de tessitura, histórica e cultural, do que pode supor talvez uma interpretação que se baste numa leitura literária preliminar. Não é só invenção/recriação do poeta. É ainda o manuseio ideológico de realidades várias que a arte possibilita ao artista movimentar, em sua época ou à época a que se reporte. Assim é que a donzela Teodora permanece aculturada e insistentemente sujeita à concepção de mundo por um prisma de dominação masculina. Refazendo-se, é verdade, na poesia que dela emana e na mulher

¹⁹ BARROS, L. Gomes de. *Ibidem*, p. 17, grifos nossos.

²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 29, grifos nossos.

multifacetada que representa (inteligente, assexuada e vitoriosa sobre o quê mais). Permitindo igualmente trazer à luz o performático idealizado para tantas outras, e contemporâneas, até, com as quais a heroína pode admitir dialogar.

No final das contas, embora não se tenha escolhido nenhum critério evolutivo para a análise dos textos sugeridos no desenvolvimento deste, é como se o princípio da donzela permanecesse sobre todas as outras heroínas mais, aqui retiradas da poética do cordelista. Todas “maravilhosas”, no sentido literário do termo; e todas juntas não devendo constituir, ainda, a donzela imaginária que vive a povoar os sonhos mais secretos dos homens, numa pretensão de uma heteronormatividade senhorial: o da mulher ardentemente desejada e absolutamente impossível, porque não encarada em sua materialidade crítica. Mas aí é assunto para a Psicanálise e para outro capítulo de discussão, também. Já não convém nada mais aqui adiantar.

Da sextilha supramencionada, ainda, importante não perder de vista, por fim, o referente expresso acerca de saberes na constituição de um fato literário que se alimenta de outro, externo a ele. A *História da donzela Teodora* em versos foi escrita, como se tem dito, tomando por base a narrativa de importação europeia, um romance de título homônimo, e com notícias de circulação pelo Brasil ainda em continuidade de interesse por leitores oitocentistas. A propósito disto, Arievaldo Vianna²¹, anteriormente mencionado,

²¹ VIANNA, 2014, p. 74. Certamente existiram outras edições. E o pesquisador Luís da Câmara Cascudo, pioneiro nos estudos, entre outros, das manifestações de interesse popular, informa em *Vaqueiros e cantadores* (2005, p. 28) que a partir de 1840 a tipografia Laemmert (Rio de Janeiro) passa a publicar, em grande quantidade, todos os romances tradicionais de Portugal. Que em solo lusitano a primeira tradução do romance da donzela Teodora, de que teve notícias, foi feita do castelhano para o português em 1735, por idêntico tradutor da edição ilustrada em frontispício por Vianna. A edição espanhola de onde saiu a de Carlos Ferreira Lisbonense é de 1537. E já em 1624 fora incluída, por sua vez, entre os livros condenados pelo Index Expurgatório. Uma curiosidade trazida por Cascudo na obra citada, todavia, reside sobre a singularidade do sobrenome daquele. Segundo consta, foi acrescido o Lisbonense ao nome do tradutor, e por vício de velhos

chega a reproduzir o frontispício de um exemplar de livro impresso em 1877, na cidade de Recife-PE, uma tradução de Carlos Ferreira Lisbonense, e sob o título *História da donzela Teodora, em que se trata da sua grande sabedoria e formosura*. Muito provavelmente seja dessa edição que surge a adaptação de Barros, é a aposta de que se vale, e para a veiculação poética daquela “história grande”, conforme indicam os versos mais acima.

De todo modo, a transposição para o gênero em folheto é a única versão brasileira, e segundo Cascudo em detalhes muito mais interessante que o modelo²², de uma narrativa que ganhou o mundo da Literatura transposta para o formato mais usual da prosa literária. E se a história da donzela Teodora alcançou grande popularidade nas regiões do interior do Brasil, sem dúvida que a imensa parte disto se deve à circularidade do texto escrito e divulgado pelo cordelista paraibano. Foi pelas mãos dele que a história de uma mulher, culta e viva, protagonizando insólitos acontecimentos heroicos, dominou o alcance de leitores e leitoras numa significativa aceitação popular.

A narrativa sobre a donzela Teodora aparece listada, inclusive, entre os *Cinco livros do povo*²³, uma introdução ao estudo da novelística no Brasil, feita por Luís da Câmara Cascudo, obra que discute a boa aceitação de leitura literária entre a gente brasileira e com base num levantamento feito em documentos do Santo Ofício, permitindo identificar livros censurados ou não no período colonial. É a chamada Literatura do povo, e dividida por Cascudo em três gêneros, que os imagina distintos: Oral, caracterizada pela transmissão verbal; Popular, relativo ao impresso e para ele identificado pelo cordel; e o Tradicional, referindo-se àquela Literatura recebida de há séculos e mantida pelas reiteradas reimpressões no Brasil, sobretudo depois de 1840.

catálogos (estratégia midiática?), à época, já que a extensão nominal inexistente em documentos realizados por busca de ofício.

²² CASCUDO, Luís da Câmara. *Ibidem*, p. 28.

²³ IDEM, *Cinco livros do povo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

A propósito desse último, constituindo exemplos de aceitação entre brasileiros e brasileiras, leitores do povo, as novelas mais lidas, a saberem: *História de Roberto do diabo*; *História da donzela Teodora*; *O herói João de Calais - História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*; *A imperatriz Porcina* e *A princesa Magalona*. São histórias exemplares, de origem erudita, pertencentes às novelísticas francesa, italiana, espanhola e portuguesa, todas procedentes dos séculos XV ao XVIII. Elas foram traduzidas conforme o interesse comercial de algum editor; e algumas, como se tem conhecimento, receberam versões rimadas por poetas nordestinos, entre eles Leandro Gomes de Barros, considerado por Cascudo o favorito entre os autores populares.

Referências

BANDEIRA, Manuel. **Meus poemas preferidos**. São Paulo: Ediouro, 2002.

BANDEIRA, Manuel. **Poesia completa e prosa**. 2. ed. Rio de Janeiro, José Aguilar, 1967.

BANDEIRA, Manuel. **Itinerário de Pasárgada**. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

BARROS, Leandro Gomes de. (Ed. Props. Filhas de José Bernardo da Silva). **A mulher roubada**. Juazeiro do Norte, 1976.

BARROS, Leandro Gomes de. **História da Donzela Teodora** (Ed. Proprietário José Bernardo da Silva). Juazeiro do Norte: Tipografia São Francisco, s/d.

BARROS, Leandro Gomes de. **História da princesa da Pedra Fina**. Belém: Guajarina, s/d.

BARROS, Leandro Gomes de. **Os sofrimentos de Alzira**. (Ed. Props: João Martins de Athayde/Filhas de José Bernardo da Silva). Juazeiro do Norte: Tipografia São Francisco, 1974.

BARROS, Leandro Gomes de. **Antologia** (Tomo III). Rio de Janeiro/João Pessoa: FCRB/UFPB, 1977.

- BARROS, Miguel Pereira. **Relações de gênero na literatura de cordel**. Curitiba: Appris, 2015.
- CANDIDO, ANTONIO. **O direito à Literatura e outros ensaios**. Coimbra: Angelus Novus, 2005.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e cantadores**. São Paulo: Global, 2005.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Cinco livros do povo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- CELESTINO, Luciana Carlos. História da donzela Teodora: uma narrativa de transgressão feminina em direção ao reino da alma selvagem. In: **Cronos**. Natal/RN, vol 8, n. 1, jan./jun., 2007, p. 275-284.
- CURRAN, Mark. **Retrato do Brasil em cordel**. Cutia: Ateliê Editorial, 2011.
- FARIAS, Guttemberg Pereira. **O Arrayal queimado do Paulista**. Recife: Edição do Autor, 2018.
- FILHO, José Rodrigues. **Imagens em perspectiva: Memória e poder na literatura de cordel**. Monografia [Licenciatura em História]. Cajazeiras: CFP/UFCCG, 2017.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **A donzela-guerreira – um estudo de gênero**. São Paulo: SENAC, 1998.
- GALLAND, A. **As mil e uma noites**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. (Trad. Alberto Diniz).
- MAGNO, Carlos. **História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França**. São Paulo: Fittipaldi, s/d.
- MARTINS, Nilce Sant'anna. **O léxico de Guimarães Rosa**. 2. ed. São Paulo: USP, 2001.
- MELO, Rosilene Alves de. **Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel**. Rio de Janeiro: 7letras, 2010.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim – Uma história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MEYER, Marlyse. **Autores de cordel**. São Paulo: Abril Educação, 1980.
- MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. São Paulo Cultrix, 1997.

OLIVEIRA, Letícia Fernanda da Silva. **De mártir a meretriz: figurações da mulher na literatura de cordel (1900-1930)**. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul.-dez, 1990, p. 5-22.

SEVERO, Ione dos Santos. **Ensaio literários: do popular ao erudito**. João Pessoa: Ideia, 2013.

SILVEIRA, Juliana Fabrícia. **Ecos medievalizantes na poesia de Manuel Bandeira: um exercício de aprendizagem poética**. Dissertação de Mestrado. São José do Rio Preto: UNESP, 2009.

VIANNA, Arievaldo. **Leandro Gomes de Barros - O mestre da literatura de cordel (Vida e Obra)**. Fortaleza/Mossoró: Edições Fundação SINTAF/Queima-Bucha, 2014.

A LÍNGUA NA “BOCA DO POVO”: MANIFESTAÇÕES DE FALA EM POMBAL - PB

Maria Aparecida Calado de Oliveira Dantas
(SEECT-PB/SEDUC-POMBAL)

Introdução

A variação linguística representa o dinamismo inerente à língua e, por isso, de acordo com os pressupostos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008)¹, não se constitui manifestações casuais, mas fenômenos fortemente marcados por fatores sociais, estilísticos e culturais, correlacionados às intenções comunicativas.

Assim sendo, este artigo tem o objetivo de investigar as formas variantes nos diferentes falares de alguns moradores da cidade de Pombal, interior do Sertão da Paraíba, tomando-se como *corpus* de análise a fala de sujeitos de diferentes gêneros, faixa etária, contexto social e cultural. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva e nos permite analisar os padrões de comportamento linguístico observáveis dentro de uma comunidade de fala, através de um sistema heterogêneo, constituído por unidades e regras variáveis.

Para melhor alcançar o objetivo proposto, estabelecemos um percurso teórico que encaminha o leitor para a compreensão de que a língua deve ser entendida pelo que caracteriza o homem: a diversidade, a possibilidade de mudanças; outrossim, essas variações não se encerram somente no tempo, mas também se manifestam no espaço, nas camadas sociais e nas representações estilísticas.

Desse modo, o estudo possibilita reforçar a tese de que a língua não é um elemento homogêneo, mas um produto social,

¹ LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

resultante de diversos fatores que formam uma sociedade, portanto, deve ser respeitada em todas as suas manifestações.

A Teoria da Variação

A partir da década de 60, os estudos relacionados à língua/linguagem começaram a sofrer algumas transformações, e o modo de ver a língua padrão como única maneira correta começou a sofrer críticas.

A percepção de um construto homogêneo da língua, em que apenas os elementos internos eram suficientes para compreender o seu funcionamento, começa a perder força a partir da observação da interferência dos fatores extralinguísticos, que constituíam um todo heterogêneo, com um novo olhar sobre a estrutura das línguas e especialmente sobre os fenômenos da variação e da mudança linguísticas. Desse modo, surgiram várias correntes teóricas, que dividiram a linguística de acordo com o ponto de vista adotado na observação da linguagem.

Para Orlandi², pode-se reconhecer que existem na história da Linguística duas vertentes principais. Uma que busca uma linguagem universal, constante e única, levando em consideração as relações entre o pensamento e a linguagem; e outra que investiga as relações sociais, o múltiplo, o diverso e variado.

No início do século XX, considerando a importância de estudar as relações da língua em suas diversas manifestações, e em contraposição às teorias que consideram a língua como uma realidade desvinculada dos fatores sociais, surge a Sociolinguística, o ramo da Linguística que estuda as relações entre a língua e a sociedade e dá ênfase ao caráter institucional da língua.

De acordo com Tarallo³

² ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

³ TARALLO, F. **Pesquisa sociolinguística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.

Esse modelo teórico-metodológico tem como precursor o americano William Labov, contudo, ele não foi o primeiro sociolinguista a surgir no cenário da investigação linguística, seu modelo analítico é rotulado por alguns estudiosos de sociolinguística quantitativa, por operar com números e tratamento estatístico de dados coletados.

A Linguística de Labov é conhecida como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação, surgiu na década de 1960, nos Estados Unidos, e foi fator fundamental para o desenvolvimento do conhecimento da língua. Essa abordagem enfatiza o caráter heterogêneo da língua, cuja variação é inerente, regular e, enquanto tal, passível de uma análise linguística sistemática, tornando-se referência no estudo da variação e mudança linguística.

A noção de heterogeneidade linguística proposta pela teoria de Labov rompe com a noção de língua fechada. A base teórica da Sociolinguística é aceitar a heterogeneidade inerente à competência linguística dos falantes. Desse modo, a língua passa a ter um caráter de natureza quantitativa com foco na língua em uso. Assim, a análise sociolinguística dá maior ênfase ao processo de interação, ou seja, fala e sociedade, apoiando-se na necessidade de compreender os fatores que influenciam as mudanças linguísticas.

Considerando o exposto, Tarallo⁴ afirma que essa espécie de funcionalismo da língua trouxe para a Linguística uma valiosa contribuição, na compreensão dos aspectos relevantes da linguagem, de modo “que as “falhas” da linguagem devem ser consideradas de forma produtiva e não “erros” [...] os desvios são partes constitutivas da linguagem e estão inseridos em seu funcionamento”, de modo a enraizar a concepção de língua como um fator social.

A Sociolinguística prevê um estudo descritivo do efeito de todos os aspectos da sociedade, incluindo as normas culturais, expectativas e contextos, na maneira como a linguagem é usada e os efeitos do uso da linguagem na sociedade, ou seja, o estudo da língua em

⁴ Ibid., p. 23.

funcionamento, propondo, assim, traçar caminhos que harmonizem a concepção de língua como uma realidade variável e ordenada.

Desse modo, a forte contribuição da Sociolinguística é, sem dúvida, o entendimento da variação, que trata da relação entre a linguagem e a sociedade, de modo que torna possível perceber as diferentes nuances do discurso de acordo com os contextos sociais em que o falante está inserido e postula que existem variações tanto de natureza interna quanto externa da língua, o que justifica as variações de uso por diferentes sujeitos sociais e a importância de se respeitar esse aspecto, rotulado como “erro”, o que pode ser nocivo, inclusive para o desenvolvimento de ensino e aprendizagem dos sujeitos sociais detentores dessas variações que chegam à escola.

A variação lexical enquanto fenômeno social

Compreender a variação lexical sob o aspecto fonético-fonológico tem sido interesse de muitos estudiosos da língua, que intencionam demarcar os aspectos diretamente ligados a essa heterogeneidade linguística dentro do mesmo estado, país ou região, como se pode observar no *Atlas Linguístico da Paraíba (ALPB)*⁵ em que essa variação é demarcada não apenas como um fenômeno geográfico, mas, sobretudo social.

Considerando o exposto, entendemos a importância da Dialetoleologia e Sociolinguística nesse processo, uma vez que a primeira prescreve o estudo de variações na língua falada e sua interferência com restrições sociais, ou seja, a partir dos traços regionais, enquanto a segunda considera a distribuição geográfica

⁵ O ALPB faz parte de um projeto mais amplo do Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, a saber: o "Levantamento Paradigmo-Sintagmático do Léxico Paraibano": ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de e BEZERRA DE MENEZES, Cleusa P. Atlas Linguístico da Paraíba. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984.

correlacionada às características sociais. Nesse sentido, corroboramos com Chambers & Trudgill⁶ ao afirmarem que

Tanto para os dialetólogos, quanto para os sociolinguistas, não é o simples fato da variação linguística que é importante. O que é importante é que essa variabilidade se correlaciona com outros fatores, de modo que certas variantes são mais estreitamente associadas a uma vila do que a outra, a trabalhadores mais do que aos gerentes, a pessoas que falam com amigos próximos, em vez de estranhos, ou a algum outro fator.

Sobre esse aspecto, Labov⁷ resume o processo de mudança linguística em três etapas: a origem da mudança, que ocorre na fala do(s) indivíduo(s) → a propagação, onde ocorre o fenômeno da variação → a regularidade no uso da nova forma. Para o autor, "O modelo que subjaz a esta divisão tripla requer como ponto de partida uma variação em uma ou várias palavras na fala de um ou dois indivíduos".

Nesse sentido, entendemos que os aspectos sociais dos sujeitos falantes estão intrinsecamente relacionados às interações estabelecidas com o outro no contexto social em que estão inseridos. E é dessa perspectiva que surge a inquietação de melhor compreender as variações verificadas entre os falantes pombalenses em situações de uso da língua oral, planejadas ou não. Assim, no contexto das relações dialógicas, espera-se sempre a instauração de condições necessárias para que os interlocutores possam atender às expectativas dos interactantes, viabilizando a construção de sentidos, considerando o contexto social de que participam.

E foi levando em consideração o contexto em que as interações acontecem, bem como as variações diastráticas

⁶ CHAMBERS, J.K. & TRUDGILL, P. *Dialetologia*. Cambridge: CUP. 1980.

⁷ LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 10.

(grupos sociais) e diafásicas (contexto comunicativo), que delimitamos o *corpus* a ser analisado.

É importante ressaltar que essa delimitação considerou apenas alguns aspectos da variação relacionados ao léxico, bem como algumas estruturas fonético-fonológicas, porque a Pandemia da Covid-19 impossibilitou a pesquisa *in locus* ou um *corpus* de análise mais amplo. Assim, os questionários/entrevistas, narrativas e/ou relatos foram realizados de forma online, procurando manter a situação interacional de fala, incluindo gravação em áudio, o que justifica a transcrição *ipsis litteris* do que foi coletado.

Destacamos também a importância do estudo, uma vez que durante a pesquisa não encontramos nenhuma contribuição acadêmica sob esse viés científico, e assim intentamos contribuir para que outras pesquisas sobre o tema, na cidade de Pombal – PB, possam ser suscitadas.

O contexto geográfico da pesquisa

De acordo com dados do IBGE, Pombal é um município brasileiro do Estado da Paraíba. É a quarta cidade mais antiga do estado, o primeiro núcleo de habitação do sertão paraibano, e a segunda maior do estado da Paraíba em extensão territorial possuindo 889 km², o que representa 1,58% da superfície total do estado.

Foi fundada no fim do século XVII, sendo elevada à vila em 1766 e em 1862 elevou-se à cidade. O município destaca-se pela bela arquitetura de seu centro histórico. De acordo com o pesquisador Verneck Sousa⁸, “Pombal foi o berço, a porta de entrada para civilização sertaneja”.

A colonização de Pombal ocorreu às margens do Rio Piancó durante a entrada lusitana no sertão paraibano, que se deu por fins agrícolas e pastoris.

⁸ SOUSA, Verneck Abrantes de. Um olhar sobre Pombal Antiga (1906 a 1970). João Pessoa: A União, 2002, p. 9.

Por volta de 1698, o bandeirante Teodósio de Oliveira Ledo, depois de muitos combates com os nativos, atingiu o local onde estão os marcos de fundação do Arraial de Piranhas, à margem direita do rio Piancó. O sertão, até então inexplorado, era ocupado pelas tribos da família Cariri: os Pegas e os Panatis.

A cidade recebeu três denominações. A primeira, Arraial de Piranhas (1696); o segundo nome de povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (1698). Pombal foi a 1ª Vila do alto sertão paraibano, e hoje se destaca culturalmente como a quarta cidade mais antiga da Paraíba.

E é a partir desse contexto histórico-geográfico, de uma formação étnica heterogênea, certamente, com influências culturais, linguísticas e sociais que esta pesquisa se desenvolve.

Sujeitos pesquisados e *corpus* de análise

A linguagem assume contornos variados, pois ao tempo em que viabiliza o processo de interação verbal entre diferentes falantes, de diferentes esferas sociais, opera como instrumento de poder ao possibilitar ao sujeito o controle dos argumentos numa situação comunicativa.

De acordo com GERALDI⁹

As interações não se dão fora de um contexto social e histórico mais amplo, na verdade, elas se tornam possíveis enquanto acontecimentos singulares, no interior e nos limites de uma determinada formação social, sofrendo as interferências, os controles e as seleções impostas por esta.

Nesse sentido, para que esta pesquisa atendesse ao objetivo proposto, apresentamos situações de fala com vistas a compreender variações fonético-fonológicas e semântico-lexical, num total de quatro, cuja estrutura apresentava três momentos diferentes: a)

⁹ GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Ática, 2014, p. 6

entrevista com 10 perguntas, com diferentes modalidades de questões (preencher lacuna, nomear objetos e/ou animais); b) desenvolver uma narrativa/um relato sobre situações vivenciadas durante a Pandemia; c) fazer a leitura das orientações disponibilizadas para a pesquisa, em que pudéssemos observar as situações descritas: variantes fonéticas (Quadro 1), bem como as variações lexicais, as quais intitulamos de “Repertório linguístico pombalense” (Quadro 2).

Quadro 1 - Variantes fonéticas/fonológicas

Indicadores	Variantes
Ocorrência das africadas palatais (tʃ, dʒ);	/ˈdia/ [ˈdʒia]
Redução do ditongo /ey/	[ˈbeʒu]
Redução do gerúndio-ndo	[istuˈdãdu] - [istuˈdãnu]
Alteamento das vogais [e] ~[i]; [o] ~[u]	[isˈmɔlə] ; [ˈperulə]

Para melhor delimitar o *corpus*, determinamos os seguintes grupos de informantes (04 grupos de 05 pessoas, com características específicas):

- Gênero masculino e feminino;
- Residentes na cidade e no campo;
- Escolaridade: Ensino Médio e Ensino superior;
- Faixa etária: idade compreendida entre 18 e 55 anos.

É importante ressaltar que a análise representa apenas uma amostragem do *corpus*, já que o material coletado trouxe outros aspectos que não foram aqui contemplados, em razão do objetivo proposto, mas intentamos utilizá-los numa pesquisa futura.

Análise e discussão do *corpus*

É comum se fazer reflexões sobre as diferentes situações e formas como os falantes de uma língua a empregam, considerando as interferências culturais, sociais e/ou linguísticas. Igualmente

habitual se discutir o “jeito diferente de falar” de um sujeito oriundo de uma outra região geográfica. De acordo com Silva¹⁰ “fazer uso da linguagem leva-nos a compartilhar de princípios sociais e linguísticos, determinados sem nenhum encontro específico dos falantes para tal finalidade ou de uma lei ou decreto criados especificamente para este fim”.

Dado o exposto, entendemos que esses “princípios” são inerentes à natureza dinâmica da linguagem, passível de alteração, considerando os sujeitos e as situações de uso. De acordo com Labov¹¹ “quanto mais se conhece uma língua, mais se pode descobrir sobre ela”. E essa premissa define a natureza primordial de nossa pesquisa: socializar algumas variantes fonéticas e lexicais presentes na fala de alguns pombalenses, no intento de que passem a ser mais conhecidas enquanto tais; e por isto haja uma compreensão mais científica e menos preconceituosa dos fenômenos de variação, respeitando-se as especificidades e os contextos de uso.

Assim, o quadro abaixo apresenta as variantes fonéticas e lexicais pesquisadas, demonstrando o percentual das ocorrências em diferentes situações de uso da língua, analisadas em seguida.

Indicadores	Variantes	Entrevista	Narrativa	Leitura
Redução do ditongo /ey/	['beʒu]	20%	80%	90%
Redução do gerúndio-ndo	[istu'dãdu] - [istu'dãnu]	1%	80%	30%
Alteamento das vogais [e] ~[i]; [o] ~[u]	[is'molə] ; ['perulə]	5%	90%	85%

Fonte: Arquivo da autora.

¹⁰ SILVA, Thais Cristófar. *Fonética e Fonologia do Português: Roteiro de estudos e guia de exercícios*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 14.

¹¹ LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 236.

• **Alteamento das vogais [e] ~[i]; [o] ~[u]:** a incidência dessa variante fonológica é muito comum em várias regiões do Brasil, o que acaba se tornando lugar-comum nos mais diferentes contextos sociais. No contexto analisado, percebe-se um monitoramento quando da realização da entrevista, especialmente, entre os que possuem nível de escolaridade superior; igualmente, o gênero feminino revelou maior supervisão na utilização da linguagem nas diferentes situações de uso. Assim, apenas 5% dos sujeitos pesquisados utilizaram essa variante. Não se verifica o mesmo, no contexto da narrativa/do relato e da oralização do texto (leitura em voz alta), considerados como situações informais de uso da língua, uma vez que o texto pode ser produzido de forma espontânea, sem um prévio planejamento.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os sujeitos pesquisados defendem a ideia de que existe um “modo certo de falar” e se monitoram para fazerem uso de uma variante “de prestígio”, como fica perceptível na ocorrência abaixo:

QFF (001): Quando passa um pedinte em sua casa, o que você oferece a ele?

Grupo 1: Depende...atenção? Ah, não, esmola...kkkkk.

Grupo 2: “Ismola, é claro”...rsrsr

Grupo 3: “Ismola”.

Grupo 4: “Is...esmola”.

Esse monitoramento também é verificado nas situações em que os sujeitos foram inquiridos a nomear e/ou descrever as situações indicadas a seguir:

contexto de produção. Na produção da narrativa e na oralização do texto, o monitoramento ocorreu apenas em alguns momentos.

• **Redução do gerúndio –ndo:** A eliminação de /d/ no morfema de gerúndio não é exclusividade do português brasileiro. De acordo com Silva Neto¹³, o fenômeno também é encontrado no português europeu e italiano. Assim observamos, durante a análise do material, que mesmo os sujeitos de escolaridade superior, independente do gênero e localização geográfica, fizeram uso da redução do gerúndio. Notadamente, a entrevista e a leitura do texto apresentaram um percentual inferior à narrativa/ao relato, no que diz respeito ao apagamento e/ou redução do gerúndio. Quando inquiridos sobre essa ocorrência, os sujeitos revelaram não terem “se dado conta” do emprego da redução. Sobre esse aspecto, Mota¹⁴ afirma que a ocorrência da simplificação por assimilação do morfema de gerúndio é trivial no português coloquial e frequente inclusive em falantes de alta escolaridade.

Sobre o monitoramento, recorrente na fala dos sujeitos pesquisados, Calvet¹⁵ afirma que isso ocorre quando os falantes consideram seu modo de falar pouco valorizado e têm em mente outro modelo, mais “prestigioso”, mas que não praticam. Esse desejo de se aproximar de uma língua homogênea, livre das interferências sociais, pode estar relacionado à herança de uma tradição clássica greco-romana, cuja norma se baseia numa concepção de língua tida como um padrão abstrato, que existe independente dos sujeitos que a utilizam e o contexto social em que estão inseridos, constituindo, assim, de acordo com Lyons¹⁶, o “erro clássico” da gramática tradicional.

Nesse sentido, ao analisarmos as narrativas/os relatos, cujo espaço de construção se tratava de uma situação informal de uso da fala, uma vez que não foi apresentado nenhum critério de

¹³ SILVA NETO, S. da. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

¹⁴ MOTA, Jacyra. A variação diafásica no português do Brasil. **Revista de Letras**, v. 24, n. 1, 2002.

¹⁵ CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

¹⁶ LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: C. E. N., 1979.

desenvolvimento, os sujeitos pesquisados não tiveram nenhuma preocupação com o monitoramento e se revelaram o “grande balaio de gatos, dos mais diversos tipos (...) cada um com sua gramática específica, coerente, lógica e funcional”(BAGNO)¹⁷, como podemos perceber nos trechos que seguem, extraídos das narrativas/dos relatos apresentados:

Grupo 1: “Eu nunca “lutei” tanto na minha vida, quanto agora na pandemia...parece que “as luta” de casa se tornaram intermináveis...”

Grupo 2: “Sostô”, quem imaginava que ia passar por um “negócio desse” ...“avaloe” se ainda se estender até o ano “quientra”...”

Grupo 3: “Fiquei “incrível” quando soube que ia ter que usar máscara o tempo todo...”

Grupo 4: “Agora o que me deixou “compadecida mermo” foi saber que até as crianças podem morrer disso...”

Analisar essas construções nos permitiu um encontro com uma língua viva, que se adéqua às situações em que o texto está sendo produzido. Os mesmos sujeitos que participaram do inquérito, com critérios pré-estabelecidos, naturalmente, entenderam que a situação de narrativa dispensava qualquer espécie de monitoramento, e a linguagem fluiu de tal modo que mereceu um lugar de destaque nessa pesquisa, quando decidimos agrupar todas as palavras e/ou expressões características das situações de fala dos sujeitos pombalenses pesquisados.

Sobre o exposto, vale ressaltar a importância de se compreender a língua em uso, considerando a perspectiva de analisar a mudança, o que pode favorecer a ruptura com o preconceito linguístico, alimentado pelas forças da gramática normativa e, em outras situações, pela pseudo propalação de que “a fala é lugar de erro”. De acordo com Bagno¹⁸

¹⁷ BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2005, p. 18.

¹⁸ Idem, p. 124.

Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade ou agramaticalidade de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da língua. Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou respirar.

Assim, as diferentes variações presentes nas falas dos sujeitos pombalenses pesquisados corroboram com essa ideia e reafirmam que o que se pressupõe “erro” nas interações orais é, de acordo com Bortoni-Ricardo¹⁹, uma inadequação na forma utilizada pelo falante em relação ao que o seu interlocutor esperava ouvir, ou seja, decorre do que os interlocutores imaginam uns dos outros e dos papéis sociais que estejam desempenhando e das normas e crenças vigentes na comunidade de fala.

Portanto, dada a situação interacional de fala, sujeitos de diferentes estratos sociais, escolaridade, contexto geográfico, cultural e histórico, permitiram a coleta de um significativo repertório de variação linguística, característico de muitos pombalenses que, certamente, se reconhecerão nessas expressões, livres de preconceito, concebendo a língua como um produto do meio em que estão inseridos e que, portanto, se adéqua às condições de interação linguística e social.

Quadro 2: Repertório linguístico pombalense

VARIANTE	CONTEXTO	SIGNIFICADO
“avaloie”	“Naquela época já era difícil, avaloie agora...”	Avaliar, com influência de valor.
“adecentado”	“Como você está adecentado!...”	Organizado, arrumado.
“alma boa”	“Minha vizinha é uma alma boa”.	De boa índole.
“aperriado”	“A notícia da pandemia me deixou muito aperriado...”	Oprimido, preso.

¹⁹ Ibidem.

“avie”	“Avie aí, porque eu tenho aula...”	Agilizar.
“compadecida”	“Vê-la doente me deixou por demais compadecida...”	Condoída, sentimental.
“digitora”	“Não tenho digitora de ninguém...”	Ajuda, auxílio.
“fique sabido”	“Fique sabido ou perderá o trem...”	Ficar atento.
“incrive”	“A notícia do isolamento social me deixou incrive...”	Perplexo.
“jogar no mato”	“Chegava da feira e jogava todas as sacolas no mato...”	Descartar.
“lavar os troço”	“Só deu tempo de lavar os troço...”	Lavar a louça.
“luta”	“Não tenho dúvidas de que na Pandemia a luta de casa triplicou...”	Trabalho doméstico.
“luxento (a)”	“Pelo menos na Pandemia ela deixou de ser luxenta...”	Crerioso (a), exigente, vaidoso(a).
“oitão”	“Passava o dia no oitão da casa e agora não pode mais...”	Lateral da residência.
“mai vailha”	“Mai vailha! Ninguém esperava por isso...”	Espanto, admiração.
“muro”	“Passa o dia no muro, embaixo das plantas...”	Alvenaria que cerca a residência.
“num tem?”	“Sobre o vírus chinês, num tem?...”	Reafirmação.
“Oushe”	“Oushe! Eu mal pude acreditar quando vi...”	Reação a algo certo ou errado.
“presepada”	“Fazer tudo sem pensar foi uma verdadeira presepada...”	Escândalo, confusão.
“seboso”	“Durante a Pandemia, até a casa ficou sebosa...”	Sujo, sem higiene.
“Sei não”	“Sei não...é uma situação triste a nossa...”	Perplexidade.

“sucesso”	“Pense que foi aquele “sucesso” ...”	Algo desastroso.
“toró”	“Caiu o maior toró e ninguém pode sair”.	Em abundância (chuva).
“trocin”	“Eu ganhei uns trocin em meu aniversário, mas nem deu tempo usar...”	Pertences, presentes.
“truá”	“Se as pessoas não se aquietarem, o vírus vai truá cada vez mais...”	Intensificar.
“um monte”	“Um monte de gente junta...”	Grande quantidade.

Fonte: Arquivo da autora.

Como se pode perceber no quadro acima, considerando o contexto de produção, o léxico de uma língua recebe influências que vão além do escopo diastrático e diatópico, e perpetua a herança cultural da sociedade à qual pertence, manifestando-se na fala espontânea presente na memória do falante.

Nesse sentido, reiteramos a importância de se respeitar e valorizar as situações de fala características de um povo, compreendendo-as não como “erros”, para não incorrerem, equivocadamente, no preconceito linguístico, mas como variações linguísticas, que representam e enaltecem o patrimônio cultural que é a nossa língua: dinâmica, flexível, mutável, e que se coaduna às situações sociais em que está sendo produzida.

Considerações finais

Estudar a língua na perspectiva da variação é compreendê-la como um conjunto dinâmico, diversificado, que se revela nas experiências históricas, sociais, culturais e geográficas; refletindo no comportamento linguístico dos sujeitos sociais que a utilizam de acordo com a situação em que se encontram.

Este estudo nos permitiu observar e analisar os padrões de comportamento linguístico, com ênfase nas situações de fala de

alguns sujeitos sociais da cidade de Pombal – PB, cujo resultado reforça as diferenças que ocorrem numa mesma comunidade de fala, conforme os espaços sociais e o contexto de uso, revelados no esforço de monitoramento quando a situação de interação exigia ou parecia exigir uso da modalidade formal da língua. Outrossim, ressalta a tese de que a língua não é estática, mas um produto social, resultante de diversos fatores que formam uma sociedade, portanto, deve ser respeitada em todas as suas manifestações.

Nesse sentido, ressaltamos a importância desta pesquisa e esperamos que ela simbolize o lançamento de uma semente para que outros estudos questionem, aprofundem e abordem este e/ou outros aspectos relacionados à variação linguística em Pombal-PB, e cada vez mais possamos ratificar a natureza heterogênea da língua cujas manifestações que se operam no sistema linguístico sempre têm origem nas necessidades interacionais.

Referências

- ADAPTAÇÃO escolar: Pais e Filhos. **Estadão**. 02 de agosto de 2017. Educação. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/blogs/aprendendo-a-aprender/adaptacao-escolar/>>. Acesso em 15/10/2020.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de e BEZERRA DE MENEZES, Cleusa P. **Atlas Linguístico da Paraíba**. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CHAMBERS, J.K. & TRUDGILL, P. **Dialetologia**. Cambridge: CUP. 1980. Cidades e Estados. **Pombal**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pombal/historico>> Acesso em 24/10/2020.

- CONSTANTINO, Rodrigo. Escola: um lugar sagrado. **Gazeta do Povo**, 16/05/2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/escola-um-lugar-sagrado/>>. Acesso em 15/10/2020.
- GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LOJAS de Armarinhos e Aviamentos. **Pérolas com rebite**. Disponível em < <https://www.romaaviamentos.com.br> > Acesso em 10/10/2020.
- LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: C. E. N., 1979.
- MOTA, Jacyra. A variação diafásica no português do Brasil. **Revista de Letras**, v. 24, n. 1, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.
- SILVA, Thais Cristóforo. **Fonética e Fonologia do Português: Roteiro de estudos e guia de exercícios**. 8. Ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- SILVA NETO, S. da. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1986.
- SOUSA, Verneck Abrantes de. **Um olhar sobre Pombal Antiga (1906 a 1970)**. João Pessoa: A União, 2002.
- TARALLO, F. **Pesquisa sociolinguística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.

MEMÓRIA E SAUDADE NA CRÔNICA CONTEMPORÂNEA DE POMBAL/PB

Elri Bandeira de Sousa (UFCEG)

Por que o saudosismo emerge?

Entre os anos de 1980 e 1990 desapareceram diversas referências para as pessoas que chegam agora aos cinquenta anos e, principalmente, para as gerações que já ultrapassaram essa barreira do tempo na cidade de Pombal/PB. Pertencem, hoje, ao passado o Hospital Sinhá Carneiro, o Colégio Diocesano, o Colégio Josué Bezerra, a Brasil Oiticica, o Lorde Amplificador, o Cine Lux, a banda Os Águias, a Banda Alegria, a Palhoça Panaty, entre outras instituições públicas e privadas que definiam as feições da centenária cidade. Deixa de existir a usina de Paulo Pereira, que vira Cooperativa Agrícola Mista de Pombal e que depois vem a falir. As festas juninas e a vaquejada perdem sua força. A Semana Universitária, o carnaval e os grupos de teatro são varridos do mapa. E, embora se mantenha viva, a Festa do Rosário sofre seus abalos, incorporando novidades que a aproximam, aos poucos, dos eventos comandados pela crescente lógica empresarial.

Por outro lado, despontam tópicos da “modernidade”. A Rádio Maringá é instalada em 1983, a TV e o telefone se popularizam, e o êxodo rural, impulsionado a partir do final da década de 1940, intensifica-se. Adotam-se, enfim, novos costumes e hábitos. Este acelerado processo inclui, no plano nacional, com repercussão local, o advento do rock e da bossa nova, no final da década de 1950, e da jovem guarda, em meados da década seguinte. Entram em declínio o forró tradicional, o repente e a música “romântica” da velha guarda. A partir da década de 1980, novos gêneros invadem a cena cultural: o pagode, o forró estilizado, o axé *music*, a lambada e, por fim, o sertanejo universitário. Em outras

palavras, os costumes e as tendências estéticas que fizeram a cabeça dos jovens até o final da década de 1970 entram em crise ou perdem importantes espaços.

No auge desse processo, parece não haver dúvida de que cresce, entre nós, como reação, a tendência a valorizar o passado a que chamamos de saudosismo. Cabe adiantar que tal fenômeno não se expressa em todas as faixas etárias. É, principalmente, entre os que chegaram à casa dos cinquenta anos de idade que a saudade ganha força.

Se as perdas referidas acima são irreversíveis, o movimento esboçado pela saudade não parece ser transitório. O saudosismo manifesta uma constância que o assemelha a uma ideologia, a uma profissão de fé.

Albuquerque Junior (2013) associa ao temperamento saudosista a recusa do tempo presente e a aversão à sociedade moderna, burguesa, urbana e industrial. Para esse pesquisador, o sentimento de saudade pode variar de época para época, pode ser universal, mas tem semântica própria em nosso idioma. “Aliás, como esse conceito é específico da língua portuguesa, é um sentimento específico dos povos que falam essa língua”¹. No entanto, conforme o citado autor, não se pode ignorar que “o sentir falta, o sentir tristeza ou melancolia pela falta, pela ausência de algo ou de alguém, seja um sentimento partilhado por todos os humanos”², embora, em outros territórios e tempos, essa manifestação, supomos, adquira contornos diversos.

De que se alimenta, afinal, essa atitude que separa de forma tão nítida passado e presente? Insatisfação com os dias atuais? Limites que, apesar das facilidades do tempo presente, são postos pela idade? Angústia e ausência de fantasia em relação ao futuro?

¹ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. “Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d’Oliveira”. Revista História Hoje, São Paulo, Vol. 2, nº 4, p. 149-174, 2013. Disponível em <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/RHH>. Acesso em 10/01/2019. p. 156.

² *Ibid*, p. 156.

Idealização dos tempos da infância e adolescência ou lembranças precisas que não nos deixam dúvidas quanto a um verdadeiro paraíso perdido na linha pretérita do tempo? Pode-se afirmar que, numa cidade pequena como Pombal, já tenha se desenvolvido o sentimento de recusa à sociedade moderna, urbana, industrial, nos moldes do conceito exposto acima? Bosi nos assevera que

a criança sofre, o adolescente sofre. De onde nos vêm, então, a saudade e a ternura pelos anos juvenis? Talvez porque nossa fraqueza fosse uma força latente e em nós houvesse o germe de uma plenitude a se realizar. Não havia ainda o constrangimento dos limites, nosso diálogo com os seres era aberto, infinito.³

O futuro ainda estava por vir. E no presente vivido, nos “anos juvenis”, a vida parecia mais “natural”. O sentido de familiaridade, comunidade e vizinhança tornava as pessoas mais próximas. Os terreiros, as calçadas e, vez por outra, as salas e as cozinhas eram comuns. A família era larga ou extensa. E a amizade entre os que não eram da família – ou mesmo a inimizade – vinha de longe e se transmitia para as gerações seguintes. O compadrio ao redor da fogueira reforçava os laços e agregava um traço sagrado. Os casamentos, via de regra, celebravam-se ali entre membros da mesma família ou entre famílias amigas e próximas. A rotina de vida era outra e sua recorrência parecia um ciclo natural, esperado. Como afirma Bosi⁴, a estabilidade espacial, a certeza do não afastamento dos seres de nossa confiança eram arrimos em que a memória se apoiava. Seriam, porém, suficientes essas explicações para a preservação da memória coletiva e das lembranças do que foi vivido?

Convenhamos, com Le Goff⁵, que a memória é uma propriedade que nos ajuda a conservar certas informações

³ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 83.

⁴ *Ibid*, p. 19.

⁵ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6 ed. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 405-461.

passadas ou que tomamos como passadas. Mas o historiador francês vai além: mostra-nos que a preocupação com a memória vem de longe e varia em função da presença ou da ausência da escrita. Ou, ainda, da convivência entre ambas. Trata-se de uma apropriação do que é pretérito levada a efeito por um impulso narrativo, que se realiza de forma oral ou escrita, e que pode resultar na produção de um documento ou monumento.

Convém acrescentar que nossos registros provêm de seleção, escolha ou mesmo de filtros de idealização produzidos pelo discurso. Essa relativa equivalência entre fato e linguagem já se observava, certamente, nos tempos antigos. Então, a memória – interna ou externa, oral ou escrita – abrigava uma seleção de mitos e de lembranças, e podia, ao mesmo tempo, corresponder a fantasias ou a fatos verdadeiros, atualizados conforme as condições históricas, ideológicas e afetivas, expressos em narrativas e registros que tinham por função explicar as origens do grupo social, manter a tradição, orientar o comportamento do indivíduo e evitar que o passado caísse no esquecimento.

Mesmo passando por grandes transformações ao longo da história, o ato de narrar permanece, como permanecem ou renovam-se algumas de suas funções. Conforme Albuquerque Junior⁶, não só no espaço escolar, mas em toda a sociedade circulam narrativas que contribuem para a construção de identidades individuais e coletivas e “que exercem a função de construir um passado para os que vivem no presente”.

Para o saudosista de hoje, as coisas boas do “seu tempo” estão em via de extinção, ou mesmo grande parte delas já se extinguiu, como efeito da ação corrosiva da “modernidade” e do trágico progresso. É preciso buscá-las longe, ou seja, buscá-las na memória, nesse feixe de informações seletas que guardamos em nosso íntimo. É lá que se localiza esse paraíso perdido. O impulso inicial dessa busca é dado justamente pelo sentimento de saudade e pela sensação de ausência do objeto amado. O saudosista aponta para

⁶ ALBUQUERQUE JUNIOR, *Op. cit.*, p. 150.

os lugares onde tais objetos já não se encontram. Idealizando-os ou não, só a memória pode trazê-los de volta.

Embora referidas ao passado acabado e à lenda que nutre a matéria da epopeia clássica, as palavras de Bakhtin parecem servir, igualmente, a nosso raciocínio no que se refere à memória como meio de construção de um passado digno de canto e de louvor:

Não se pode ser ‘grande’ no seu tempo. Atribuir ‘grandezas’ é sempre tarefa da posteridade, para a qual elas serão do passado (aparecerão como uma imagem longínqua), tornar-se-ão objeto de memória, e não um objeto de visão e de contato vivos.⁷

Há, porém, uma diferença fundamental entre o passado da epopeia evocado por Bakhtin e o que nos ocupa aqui: este último é recente, foi vivido pelo memorialista. Os vestígios e documentos que o testemunham estão por toda a parte. Esse passado pode tornar-se lenda quando se romperem, de vez, os liames temporais e materiais que ainda o vinculam com a atualidade. Mais do que memória de uma “imagem longínqua”, são lembranças, pois fizeram parte do lugar e da vida do saudosista ainda vivo. Evocam um passado recente, vivido ali, logo ali, entre as décadas de 1950 e de 1970.

Como parte da memória, as lembranças desse passado recente tendem, inconscientemente, a idealizar personagens, a reforçar a identidade de grupo (a religiosidade, por exemplo) e a respaldar ideologias que ofereçam maior segurança frente às incertezas do presente e à escuridão do futuro. Confrontando essas três temporalidades, Pessotti afirma que

O passado fascina porque, de certo modo, nós o dominamos, está sob controle. O presente, não. O presente se impõe e escapa do nosso

⁷ BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et. al. 4 ed. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1998. p. 410.

controle, ele nos controla. Por isso é, quase sempre, desafio. É risco. Um risco que o passado não traz. O passado não assusta, não ameaça.⁸

É em função das questões e incertezas do presente que a memória opera sua seleção. Seleção que, no entanto, envolve a impossibilidade de evocar tudo o que ficou para trás. Daí por que implica, também, em esquecimento. Esquecimento do que não tem importância, do que menos interessa ou do que magoa velhas feridas. A esse respeito, convém considerar o que afirma Silva Souza:

Lembrar do passado não corresponde a reconstituí-lo em seu estado “puro”. Rememorar significa avaliar o que foi vivido, atribuir novos sentidos, dar coerência ao que se relata. A memória, expressa nas narrativas, trata de esquecer determinados eventos traumáticos e de ressaltar outros.⁹

Acima de tudo, convém ressaltar que o passado não se retoma pelo passado, mas pelas inquietações do presente. E é em função do presente que as imagens do passado se articulam formando um *locus amoenus*, o lugar agradável e perdido do nunca mais.

O contexto do saudosismo em Pombal: é a decadência ou a renovação que assusta?

Uma das primeiras coisas que observamos no saudosista é a linguagem. Via de regra, ele emprega formas que o remetem à época que lhe serve de referência: torrão natal, condolências, natalício, congratulações, enlace matrimonial, alvíssaras, etc. Claro que esses termos não são de uso exclusivo de seu grupo. Mas trata-

⁸ PESSOTTI, Isaías. “Entre o fascínio do passado e o enigma do futuro”. Revista Margem. Faculdade de Ciências Sociais/PUC, nº 05, São Paulo: EDUC, 1992. Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/5781339/entre-o-fascinio-do-passado-e-o-enigma-do-futuro-isaias-pessottiem> 04/02/2021. Acesso em 04/02/2021. p. 3.

⁹ SILVA SOUZA, Francisco das Chagas. **Teias da saudade**: Orkut, narrativas visuais e regeneração da memória em São Rafael-RN. Natal: IFRN, 2011. p. 19.

se de códigos e expressões preciosas que circularam como marcas de elegância em seu tempo de jovem e que ele procura manter como parte de seu vocabulário, especialmente em situações que requerem formalidade discursiva. Trata-se, também, de uma forma de resistência frente às transformações em curso.

Ao afirmar que o signo linguístico reflete e refrata a realidade, Bakhtin¹⁰ o faz observando a dialética entre o plano concreto das relações sociais e o das elaborações discursivas.¹¹ É no processo de interação entre seus agentes – através de blogs, redes sociais, lançamento de livros, reuniões presenciais – que o saudosismo de Pombal constrói e preserva seus signos. Esse empenho indica a tomada de consciência de que, se o passado escapa, é preciso que algo dele se mantenha, seja na linguagem verbal, seja na não verbal: palavras, expressões, ditados populares, fotografias, vídeos, áudios, monumentos históricos, determinados rituais, etc.

Vale lembrar, ainda no plano linguístico, uma narrativa em forma de canção que dá origem a um epíteto – “Terra de Maringá” – e que constitui uma forma de conferir à cidade uma identidade, um passado lírico/lendário expresso numa “alegria sem igual”. A história de Maria do Ingá, a “cabocla” retirante, assinala que,

¹⁰ BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. Trad. Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

¹¹ “Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se um signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.)” (BAKHTIN, 2004, p. 32). Evidentemente, esses critérios dependem de classe social, escolaridade e letramento, faixa etária, filiação religiosa, estética, entre outras. É bastante improvável, por exemplo, que o coreto do Bar Centenário, onde funcionou a AEUP (Associação dos Estudantes Universitários de Pombal) signifique, para os estudantes dos dias que correm, a mesma coisa que para aqueles que, nos idos dos anos de 1970, organizavam a Semana Universitária de Pombal, dançavam, cantavam e namoraram naquele pavilhão.

naquela Pombal de outrora, a felicidade do “caboclo” se confundia com a de toda “aquela gente” e só desaparecia quando faltavam o amor e o inverno.¹² Nesse sentido, se nos ativermos apenas à letra da canção, deixando de lado informações históricas e sociológicas, captaremos um quadro ideal no qual só os poderes da natureza – inacessíveis ao homem – e as coisas do coração traziam abalo e tristeza àquele *locus amoenus*.¹³

De algum modo, a canção, mesmo não composta por um pombalense, ajudou a construir a imagem de uma cidadezinha com seu passado feliz. Mas a história de Maria do Ingá, cantada por Joubert de Carvalho, não é lembrança, pois não foi vivida pela atual geração de saudosistas. Faz parte da memória e se incorpora ao conjunto de imagens e narrativas que evocam um tempo menos recente da história da cidade, situado na primeira metade do século XX, se tomarmos como referência o tempo em que a canção foi composta. Não se faz necessário assinalar que várias das cidades da região também construíram ou constroem suas lendas ou mitos.

Uma palavra cara ao saudosista é “reminiscência”. Com ela, quer exprimir o ato de relembrar o que viveu. Conforme Abbagnano¹⁴, no platonismo essa palavra corresponde a *anamnese*. A ideia de Platão é a de que a alma é imortal, nasceu e renasceu em várias ocasiões, tendo aprendido tudo neste ou noutro mundo, o que a faz poder recordar, em determinadas circunstâncias, as verdades essenciais e tudo o que sabia a princípio. Mas a vida passada a que se refere o nosso saudosista não abrange a extensão temporal e espacial vislumbrada

¹² WANDERLEY, Helmara Giccelli Formiga. “Sangue, sofrimento e fé no sertão da Paraíba: Revisitando a História de Pombal e construindo novas representações sobre seu passado”. p. 23-45. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (Org.). **História dos Municípios Paraibanos**. Campina Grande: EDUFCCG, 2013. 2 v.

¹³ A letra da canção de Joubert de Carvalho, composta em 1932, encontra-se em WANDERLEY, Helmara Giccelli Formiga. “Sangue, sofrimento e fé no sertão da Paraíba: Revisitando a História de Pombal e construindo novas representações sobre seu passado”. p. 42-43. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (Org.). **História dos Municípios Paraibanos**. Campina Grande: EDUFCCG, 2013. 2 v.

¹⁴ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2 ed. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982. p. 55.

por Platão. Compreende apenas ao de sua existência empírica, ao mais recuado de sua vida atual: a infância e a adolescência. Por isso, o saudosista também emprega “recordação”, com o sentido restrito que encontramos em Houaiss¹⁵: “1. ação ou efeito de recordar; 2. aquilo que ocorre ao espírito como resultado de experiências já vividas; reminiscência, lembrança”.

A segunda marca do saudosista, a nosso ver, diz respeito a sua atitude entre o passado e o presente: o passado, conforme já discutimos acima, parece ser um tempo melhor, um tempo em que os valores da tradição se impunham e eram respeitados, em que a vida era simples, natural e pura. O presente desenha a decadência de tudo isso. Mas essas elaborações se materializam no discurso pelo qual o saudosista torna presente o que está ausente.

Benjamin¹⁶ discute o estatuto do narrador arcaico, seja o camponês sedentário, seja o marinheiro comerciante. Esses homens uniam relato e experiência em suas histórias. Estas teriam ocorrido em um tempo em que havia o que contar. “Intercambiar experiências” ainda era possível. A palavra dos antigos soava como a de uma autoridade, sem as relativizações e os desmentidos dos tempos modernos. Diferentemente do narrador viajante ou do narrador sedentário, os soldados que voltavam da I Grande Guerra já não tinham relatos a fazer, estavam vazios de experiências significativas e, por isso, mantinham-se calados. A Guerra não fora um evento digno de recordação.

Distinções à parte, ocorre-nos afirmar que o saudosista, ao contrário do soldado mudo que volta para casa, reconstrói, pela lembrança, pela narrativa, fragmentos ou “retalhos” de experiência plena, repleta de afeto, vivida na infância e na adolescência. Ele semelha, ainda que vagamente, o velho contador de histórias, pois suas histórias, mesmo que só para ele e os de sua geração, são significativas, transmitem uma experiência. Conservam um calor,

¹⁵ HOUAISS, Antônio. **Houaiss Eletrônico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

¹⁶ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.

um tremor de voz e uma ênfase que faltam aos frios e distantes narradores que nos distraem nos dias que correm: a TV, a internet e as redes sociais. Benjamin¹⁷ diz-nos ainda que, com o avanço da informação, veiculada pela imprensa, “o saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos”. Adaptando a afirmação do pensador alemão ao nosso tema, perguntamos: quem se interessa por fatos ocorridos no passado, distantes de uma verificação imediata, mesmo que recentes? Como o velho Timbira do épico *I-Juca-Pirama*, de Gonçalves Dias¹⁸, o saudosista pode apelar não só com a exclamação “meninos, eu vi!”, mas “meninos, eu vivi!”.

Há vários exemplos de pombalenses, residentes ou não na cidade, que se utilizam das redes sociais para se reportarem ao passado, recente ou não, de sua cidade natal. É o caso de José Tavares de Araújo Neto, Jerdivan Nóbrega de Araújo, Verneck Abrantes de Sousa e Clemildo Brunet de Sá. Por meio de *blogs*, perfis no *Facebook* ou em grupos no *WhatsApp*, postam, com relativa frequência, imagens de pessoas já falecidas, de prédios públicos antigos, de ruas, seguidos ou precedidos de comentários ou narrativas equivalentes aos conteúdos dessas imagens. Às vezes, não só as pessoas fotografadas não mais existem. São fotos do Sobrado de Dona Jardelina, do Cine Lux, do Colégio Diocesano, da Palhoça Panaty, da Brasil Oiticica, do São Cristóvão Esporte Club, etc. Já os personagens são homens públicos como Sá Cavalcanti, Ruy Carneiro, monsenhor Vicente Freitas, padre Oriel Fernandes, Avelino Elias de Queiroga, entre outros; ou figuras do povo, como Agnelo, Pedoca de Deca, Zé Bonitinho, Catita, Gerinha, Ciço de Bem-Bem, além de integrantes da banda Os águias ou da Irmandade do Rosário.

Parece recorrente, de fato, a tendência a considerar o passado melhor que o presente. E isso vem de longe, não só de nossa experiência histórica recente. Na literatura grega arcaica, encontramos mais de uma obra que apresenta os heróis como superiores aos do

¹⁷ *Ibid*, p. 202.

¹⁸ DIAS, Gonçalves. **Poesia e prosa completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

tempo da narração. Homero, situado, provavelmente, no século IX a.C., afirma que os heróis da *Iliada*¹⁹, tão valorizados em sua rapsódia, seriam inferiores a heróis ainda mais recuados no tempo. Em *Os trabalhos e os dias*²⁰, Hesíodo narra o surgimento sucessivo das cinco raças míticas: ouro, prata, bronze, heróis e ferro. O metal é a metáfora tomada para definir o valor de cada uma delas. Vê-se que, com exceção dos heróis, um processo de franca decadência das raças humanas está em curso. A pior de todas é a de ferro, similar ao metal de menor valor. É a mais recente. É a ela que pertence o poeta. Nessa raça, irmãos não se entendem, filhos desprezam os pais e os homens abandonam a justiça. Eis a visão que Hesíodo²¹ tem de seu próprio tempo. Hoje, também reclamamos a volta de uma quadra em que, supostamente, os homens tinham maior envergadura moral e agiam conforme a honra, a ética e a decência.²²

¹⁹ HOMERO. *Iliada*. Trad. Carlos Alberto Nunes. 25 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

²⁰ HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Trad. Mary de Camargo Neves Lafer. 3 ed. São Paulo: Iluminuras, 1996.

²¹ Certamente, a citada obra sapiencial de Hesíodo não é a única ou a primeira a nos apresentar o tempo presente como um tempo de decadência e a descrever os tempos primordiais como uma “Idade de Ouro” ou vividos por uma “Raça de Ouro”. Os capítulos I e II do *Gênesis* narram a criação do mundo e do homem por Deus. Adão e Eva habitaram o Éden, um jardim que também era um paraíso, um lugar de delícias, até cometerem o pecado original. O *Apocalipse*, último livro da *Bíblia*, que significa “revelação”, anuncia, no final do capítulo II e no Capítulo III, em outros termos, uma nova Idade de Ouro. Desce do céu a Nova Jerusalém, a Cidade Santa onde não haverá morte, luto, sofrimento (BÍBLIA SAGRADA, 2009). Obras consagradas pela tradição, como a *República*, de Platão, e a *Utopia*, de Thomas Morus, preconizaram uma sociedade “perfeita”. Poderíamos citar vários outros exemplos de obras (de cunho religioso ou não) que atualizam esse tema no plano mítico, filosófico ou ficcional, mas consideramos as obras citadas suficientes para os fins deste trabalho.

²² Le Goff (2012, p. 273) nos diz que, para dominar o tempo, satisfazer aspirações de felicidade, de justiça, vencer os temores e as inquietações provocadas pelos acontecimentos, “as sociedades humanas imaginaram a existência, no passado e no futuro, de épocas excepcionalmente felizes ou catastróficas e, por vezes, inseriram essas épocas originais ou derradeiras numa série de idades, segundo uma certa ordem”. Ainda segundo Le Goff (*Op. cit.*, p. 273-274), a maior parte das

Os saudosistas de Pombal valorizam não só traços particulares da linguagem ou fatos grandiosos, mas cenas da crônica do cotidiano. Aperrear Mané Doido, Barrão, Chica Pavio, Expedito, etc., são algumas das artes infantojjuvenis mais recordadas. Quanto aos finais de semana, eles se recordam do seguinte: ia-se à missa celebrada na Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, no domingo de manhã. A partir das nove horas, a atração era a matinê no cinema. O Cine Lux é um dos mais lembrados espaços desse passado. Um jornal de São Paulo teria comentado a disciplina imposta aos espectadores pelo seu administrador, Galdino Formiga Mouta, filho de seu Afonso, o antigo proprietário, já falecido.

Os bares mais frequentados eram o Bar Morcego, a Palhoça Panaty e o Centenário. Neste último, situado na Praça Dr. José Ferreira Queiroga, no centro da cidade, os rapazes ficavam sentados às mesas espalhadas ao redor do coreto. As moças circulavam para paquerar. A conversa, nos bancos da Praça Getúlio Vargas, varava a madrugada. Passeava-se pela vida alheia, pelo namoro, pelo comentário do último filme e pelas piadas mais divertidas. Tudo isso se reveste de idealização, de tonalidades mágicas, quando pinçado pela memória e formalizado no discurso oral ou escrito.

Dois esboços de saudosismo em textos escritos em Pombal

Mesmo quando o saudosismo não aparece de uma forma explícita, este é o lugar de fala na obra *Sob o céu estrelado de Pombal: fragmentos recompostos*, de Jerdivan Nóbrega de Araújo²³, que narra fatos ocorridos entre 1961 e 1978, com pitadas de ficção.

religiões concebe, entre essas idades, uma “Idade de Ouro” feliz ou então perfeita, situada na época primitiva ou no fim dos tempos. Comparar o saudosismo a uma “Idade de Ouro” talvez seja excessivo. O que nos ocupa aqui é a hipótese de que, em maior ou em menor grau, volta e meia, o mito da Idade de Ouro, exprimindo as esperanças humanas, ressoa entre nós.

²³ARAÚJO, Jerdivan Nóbrega. *Sob o céu estrelado de Pombal: fragmentos recompostos*. João Pessoa: A União Editora, 1997.

Logo na Introdução, o autor adianta o seguinte: “aqui reviveremos apenas alguns momentos de um tempo onde, apesar dos acontecimentos no contexto geral do país, poderemos dizer que foram tempos felizes”.²⁴

Entre as crônicas que evocam o passado e exprimem sentimento implícito ou explícito de saudade, podemos elencar “E aos domingos”, “SOS Cine Lux de Pombal” e “Alguns carros que pararam no Tempo”. Chamou-nos a atenção, o seguinte: várias dessas crônicas são narradas não só em primeira pessoa, mas no presente do indicativo, como se tivessem sido escritas ao mesmo tempo em que vividas, numa espécie de presente dramático. Curiosamente, numa delas, “A grande fábrica fechou para sempre”, o eu-narrador apela para um futuro impossível, capaz de trazer de volta aquele passado feliz:

Eu acho que no dia em que a Brasil Oiticica voltar a apitar chamando seus trabalhadores para processar a amêndoa da Oiticica, o trem Asa Branca aparecerá na curva do rói trazendo um bocado de pombalenses que se encontram perdidos em terras alheias.²⁵

A crônica intitulada “Ganhando o mundo sem perder Pombal” inicia-se com a informação de que já não existem a Viação Gaivota, o Cine Lux, a Brasil Oiticica, o Trem Asa Branca, o velho sobrado da Rua Nova, o Lord Amplificador, entre outros referenciais dos tempos idos. O autor narra sua partida para João Pessoa e diz para si mesmo que pretende passar pelo menos dez anos sem voltar à sua cidade de origem. Logo em seguida, pensa nesse retorno, combinado com amigos, com o propósito de rever o lugar e de fazer um balanço de suas vidas.

O cronista imagina, então, a volta ao Colégio João da Mata e ao Colégio Estadual. Jogariam bola no “caveirão”, na quadra do Diocesano ou na calçada da Igreja do Rosário, com a permissão do

²⁴ *Ibid*, p. 10.

²⁵ *Ibid*, p. 57.

padre Solon. “Tudo como nos velhos tempos”.²⁶ Mesmo reconhecendo que aquele regresso eram só divagações, segue em frente em sua fantasia e se vê, junto com os amigos, na fila do inexistente cinema, ouvindo o som já mudo do Lord Amplificador ou em agradável conversa à sombra da velha castanhola que também já se foi.

Sendo tudo obra da fantasia, resta ao cronista pensar na volta real planejada. Admite que ali não mais encontre os parceiros de brincadeiras, mas não abre mão de reencontrar os mesmos lugares. Tudo, porém, estará irremediavelmente imobilizado no passado. Os traços da paisagem não terão os mesmos significados e as mesmas cores para as novas gerações. Mas estão ali; por isso, é impossível esquecer as doces ocorrências que não voltam. As próprias dores, vividas como dores, ganham um novo sentido. Bem que poderiam ser revividas, desde que o passado voltasse. Até o constrangimento causado pela lanterna de Galdino a flagrar as mãos entrelaçadas dos namorados é motivo de saudade, como se observa em outra crônica, “SOS Cine Lux de Pombal”.²⁷

O cronista acha-se na poltrona de número 15 da Transparaíba, que o leva a João Pessoa. Ele faz questão de associar esse número ao seu, na caderneta escolar, quando fora aluno no João da Mata e no Estadual. O passado cola-se ao presente até nessas horas de ruptura, de despedida. As curvas da estrada afastam ainda mais a paisagem deixada para trás, mas tudo ficará para sempre no espírito do lírico cronista. Para ele, “esquecer o passado é morrer em vida. É negar a própria existência...”²⁸ Assim, os tempos idos, tendo escapado, só voltam a ganhar forma como símbolo, linguagem, melancólica narrativa. Renascem do conúbio entre a palavra e a lembrança, conforme Bosi:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que

²⁶ *Ibid*, p. 146.

²⁷ *Ibid*, p. 153.

²⁸ *Ibid*, p. 148.

estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual [...] O simples fato de lembrar o passado, *no presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.²⁹

A Introdução da obra *Pombal em Retalhos: crônicas e contos*, do professor Francisco Vieira³⁰, praticamente inicia-se com a seguinte declaração: “falar da minha terra sempre foi um sonho”. Em seguida, o citado autor informa que seu objetivo é “juntar neste livro contos do passado e assim devolvê-los à população, à Pombal de antigamente”, sendo que esses contos se referem a “um universo de fatos reais e ficcionais” relativos ao período de sua infância e adolescência, que vai da década de 1950 à de 1970.³¹ No desfecho da primeira crônica da obra, intitulada “Ser pombalense”, o autor faz questão de atentar para os limites de seu objetivo, que são, na verdade, limites humanos, não pessoais: “o tempo é dinâmico, não para. Nesse dinamismo implacável passa deixando marcas que mais tarde serão saudades. Retroagir é impossível, salvo na imaginação”.³²

Um dos textos que compõem a obra intitula-se “Nas galerias do Josué Bezerra”. Nele, o eu-narrador reabre “o baú das reminiscências” e faz um passeio imaginário ao passado, mais precisamente ao período compreendido entre os anos de 1978 e 1991. Trata-se do lapso de tempo em que o professor lecionou no referido Colégio, ligado à Diocese, então administrado pela professora Joana Ivonildes Bandeira e pelo padre Solon Dantas de França. O eu-narrador refere-se a um tempo passado, concluído, imediatamente anterior ao fechamento daquela instituição de ensino e à instalação, no mesmo local, de um Campus da Universidade Federal de Campina Grande.

Em sua viagem imaginária, o eu-narrador adentra as instalações do velho Colégio, observa suas galerias, observa suas

²⁹ BOSI, 1994, p. 55.

³⁰ VIEIRA, Francisco. **Pombal em Retalhos: crônicas e contos**. João Pessoa: Ideia, 2013.

³¹ *Ibid*, p. 18-19.

³² *Ibid*, p. 25.

colunas e espanta-se com as transformações ali operadas. Da recordação dos aspectos físicos, passa aos humanos.

Num processo livre de encadeamento de ideias, refere-se, primeiramente, aos alunos peraltas e aos dedicados, assinalando o êxito profissional alcançado posteriormente por estes últimos. Chega a Ivonildes Bandeira, a diretora já falecida, “um exemplo de vida dedicada à educação”, e a quem reputa ser “a maior administradora escolar do município, além de exímia professora de história”.³³ Já o padre Solon, de temperamento explosivo, não ressurgue, na linha do texto, como personagem exaltado, mas, ainda assim, como vulto digno de ser tratado com “reverência”.

O conto-memória ganha tom de dramaticidade, embora o tempo verbal da narrativa seja o pretérito perfeito. É o momento em que o eu-narrador dirige-se à sala dos professores. Lá só se encontra uma “antiga e longa mesa”, ao redor da qual, no passado, reuniam-se para trabalhar os docentes daquela instituição de ensino. Outro momento de grande emoção: o retorno à sala onde o jovem professor ministrou, nervoso, sua primeira aula, em 07/03/1978.

Por fim, movido de alguma esperança, restava ao eu-narrador dirigir-se à portaria, onde ainda poderia encontrar Seu Chico Daniel, profissional insubstituível, que poderia explicar o porquê de tanto silêncio. Este também não estava em seu posto. Fecha-se o ciclo de silêncio e solidão. Tudo é passado. Só restam a lembrança e a palavra escrita, recompondo o tempo perdido na forma de memória.

Concluída a narrativa de retorno imaginário ao extinto Colégio Josué Bezerra, o professor, tomado de emoção, põe em relevo, de forma mais explícita, seu propósito e o estado de espírito resultante daquela experiência singular:

Meu intuito é exaltar nossa história e torná-la perpétua através dos tempos. No entanto, lamento ao mesmo tempo, o triste fim de uma escola que se tornou marco na educação do município. É sentir saudade, mesmo sabendo que esse sentimento jamais vai me deixar.³⁴

³³ *Ibid*, p. 60.

³⁴ *Ibid*, p. 62.

Depois do lamento, o eu-narrador registra seu protesto pelo fechamento das portas daquela escola construída em 1949, sob a denominação de Arruda Câmara, então administrada por “normas rígidas” das Irmãs Carmelitas. Empenhado em aprisionar o passado fugidio com informações precisas informa, ainda, que a amada escola passou a chamar-se Colégio Josué Bezerra no ano de 1965.

Acima de tudo, o professor Francisco Vieira enfatiza que aquela lembrança vem acompanhada de “orgulho e saudade”. São esses, enfim, os sentimentos predominantes em sua relação com o passado, o que, em geral, verifica-se, nos textos que compõem a obra *Pombal em Retalhos*: crônicas e contos. Nessa mesma linha, poderíamos, se houvesse espaço aqui para tanto, discutir outros textos da referida obra, como “Pombal – Seu Passado Faz a História I” e “II”, “Pombal Ideal Clube: Um Passado Presente”, “Se o Passado Voltasse”, “Saudade – uma Mistura de sentimentos”, etc.

Como se vê, os livros de Francisco Vieira e Jerdivan Nóbrega de Araújo sinalizam respostas concretas ao desejo de escapar à fugacidade da memória oral, através do registro, através da memória escrita.

Afirmamos, ainda amparados em Le Goff, que

a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.³⁵

O saudosista trava uma luta, mesmo que inconsciente, contra o advento de novas identidades, cada vez mais fragmentadas, contra uma forma de vivência, a atual, que não se traduz em uma experiência como fora, a seu ver, a do passado, farta de significados e de relações plenas. Ao dar forma escrita a suas lembranças e a parte da memória coletiva, o saudosista materializa o sonho de conservar o que foi vivido e de legá-lo à posteridade.

³⁵ LE GOFF, 2012, p. 455.

Pessotti³⁶ observa que, “se o passado imaginado ou histórico nos encanta, é por que ele não existe mais: não está aqui, não existe agora. Não é realidade; não é, a rigor, fato. É registro, é história”. Acrescentamos, porém, que não podemos considerar história apenas os eventos da Grécia e da Roma antiga, da Idade Média, ou os conflitos que desembocaram na Revolução de 1930, aqui no Brasil. Não é só o passado histórico longínquo, o imaginário do “era uma vez” e o da ficção literária em geral que fascinam. O passado recente, vivido na infância e adolescência por aqueles que ainda estão vivos, fascina e se exprime no discurso oral ou escrito. Ele também está consumado, também é intangível, podendo ser modificado apenas no plano da expressão poética e memorialista, mas parece ser, na perspectiva do saudosista, a resposta segura ao caos do tempo presente, um tempo sem histórias significativas.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2 ed. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. “Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d’Oliveira”. *Revista História Hoje*, São Paulo, Vol. 2, nº 4, p. 149-174, 2013. Disponível em <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/RHH>. Acesso em 10/01/2019.

ARAÚJO, Jerdivan Nóbrega. **Sob o céu estrelado de Pombal**: fragmentos recompostos. João Pessoa: A União Editora, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et. al. 4 ed. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1998.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do Método Sociológico na

³⁶ PESSOTTI, 1992, p. 2.

Ciência da Linguagem. Trad. Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução dos originais grego, hebraico e aramaico mediante a versão dos Monges Beneditinos e Maredsous (Bélgica). São Paulo: Editora Ave-Maria, 2009. 1632 p. Antigo Testamento e Novo Testamento.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DIAS, Gonçalves. **Poesia e prosa completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. Trad. Mary de Camargo Neves Lafer. 3 ed. São Paulo: Iluminuras, 1996.

HOMERO. **Ilíada**. Trad. Carlos Alberto Nunes. 25 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

HOUAISS, Antônio. **Houaiss Eletrônico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6 ed. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

PESSOTTI, Isaías. “Entre o fascínio do passado e o enigma do futuro”. Revista Margem. Faculdade de Ciências Sociais/PUC, nº 05, São Paulo: EDUC, 1992. Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/5781339/entre-o-fascinio-do-passado-e-o-enigma-do-futuro-isaias-pessottiem> 04/02/2021. Acesso em 04/02/2021.

SILVA SOUZA, Francisco das Chagas. **Teias da saudade**: Orkut, narrativas visuais e regeneração da memória em São Rafael-RN. Natal: IFRN, 2011.

WANDERLEY, Helmara Gicelli Formiga. “Sangue, sofrimento e fé no sertão da Paraíba: Revisitando a História de Pombal e construindo novas representações sobre seu passado”. P. 23-45. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (Org.). **História dos Municípios Paraibanos**. Campina Grande: EDUFCEG, 2013. 2 v.

VIEIRA, Francisco. **Pombal em Retalhos**: crônicas e contos. João Pessoa: Ideia, 2013.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

ALANNA SOARES DE MORAIS

Graduanda no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores (Campus de Cajazeiras, PB). Bolsista do projeto de iniciação científica intitulado “Cabedais e Vida Material nos Sertões do Piancó: testamentos e inventários dos potentados do Termo do Piancó, Capitania da Paraíba do Norte (século XVIII)”, entre os anos de 2018 e 2019; e do projeto de iniciação científica “Ser ‘Dona’ no Sertão: História das Mulheres no Termo do Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, Século XVIII)”, nos anos de 2019 e 2020. Integra o Grupo de Pesquisa Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade e cultura (UFRRJ).

EDINAURA ALMEIDA DE ARAUJO

Doutora em Educação pela UFPB, Mestra em Educação – UFPB, Especialista em Teoria e Metodologia da História - UFPB e Graduada em História pela UFPB. Professora da UFCG/CFP, na Unidade Acadêmica de Educação – *Campus* de Cajazeiras/PB. Atuou como professora da Rede Municipal de Ensino em Pombal-PB, de maio de 1990 a agosto de 2010. Tutora Presencial do Curso de Pedagogia à Distância da UAB-UFPB, Polo do Município de Pombal-PB, de setembro de 2005 a agosto de 2010. Atua e pesquisa na área de História da Educação, Formação de Professores, Educação de Jovens e Adultos, Metodologia do Ensino de História e Práticas educativas. É Membro do EDUCAS /ECO.

ELRI BANDEIRA DE SOUSA

Elri Bandeira de Sousa é licenciado em História e em Letras (UFPB) e Doutor em Literatura Brasileira pelo PPGL (UFPB). Professor associado da Universidade Federal de Campina Grande, é vinculado ao Curso de Letras e ao Mestrado Profissional em Letras, Campus de Cajazeiras/PB. É autor dos livros *Fogo Morto: uma tragédia em três atos* (EDUFPG), *Engenhos e Personagens da Mega-Narrativa de Lins do Rego* (Editora Bagagem), *Artigos sobre mito, literatura e ensino* (Editora Ideia), *Exercícios em Verso e Prosa* (Editora Ideia) e coautor do livro *Heróis e anti-heróis do sertão de Lins do Rego* (Appris Editora). Publicou diversos artigos em revistas, livros e anais de

eventos de sua área de atuação e áreas afins. Atualmente é membro do Conselho Editorial da Ideia Editora (João Pessoa/PB) e do Conselho Editorial da Revista Linguagens & Letramentos (Mestrado Profissional em Letras UFCG-CFP). Como pesquisador, é líder do Grupo de Pesquisa Doxa, cadastrado na Plataforma Lattes do CNPq.

Email para contato: ebs.letras@gmail.com

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA SOUZA

Possui graduação em História (UFPB), doutorado em Educação (UFRN) e Pós-doutorado em Educação (UFF). É professor titular do IFRN, Campus de Mossoró, e líder do Grupo de Estudos "Trabalho, Educação e Sociedade" (G-Tres), grupo em rede com o Histedbr, da Unicamp. É professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino (IFRN/UERN/UFERSA), do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado Profissional em Rede Nacional), Polo IFRN/Mossoró e do Programa de Pós-graduação em Educação (IFRN/Natal). Desenvolve pesquisas nas áreas de História e memória, Educação Profissional, formação saberes docentes, história da educação, ensino de História.

FRANCISCO JARISMAR DE OLIVEIRA

Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN. Especialista em Informática em Educação pela UFLA-MG. Graduado em Licenciatura Plena em História pela UFPB. Servidor Público Federal do IFPB.

GILCEAN SILVA ALVES

Licenciado em Biologia pela Universidade Federal da Paraíba (1993), Especialização em Pesquisa (FIP-UFPB), mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2002) e doutorado em Agronomia (área de Ecologia e Conservação do meio ambiente) pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Atualmente é Professor titular de Ecologia Geral e Microbiologia das Graduações em Biologia e Tecnologia em Gestão Ambiental no IFPB, Professor credenciado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado em rede nacional) em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Desenvolve pesquisas na área de Ecologia do Semiárido, Microbiologia e Educação ambiental, Profissional e Tecnológica.

IONE DOS SANTOS SEVERO FORMIGA

Professora mestre em Literatura pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB. Professora de Língua Portuguesa e Literatura na EEEFM Amélia Maria da Luz- Pombal-PB. Coordenadora da Cordelteca Leandro Gomes de Barros- Pombal/PB. Desenvolve pesquisa sobre Literatura popular, Cordel, leitura e formação de leitores. Desenvolve projetos envolvendo Cultura popular e educação. Autora do livro *Ensaios Literários* (2013), publicado pela Editora Ideia- João Pessoa/PB; Coautora e organizadora dos livros: 1. *Nas trilhas do popular- literatura e educação* (2006); 2. *Cultura popular: nas teias da memória* (2007) pela editora Universitária-UFPB; 3. *Vertentes literárias* (2009) pela Editora Ideia- João Pessoa/PB. Autora dos cordéis :1. *Como Cancão de Fogo e João Grilo lograram um padre e um delegado* (2005), publicado no SESC/CORDEL, em Juazeiro do Norte-CE; 2. *Leandro Gomes de Barros- um cronista popular* (2007), publicado em Pombal em homenagem aos 100 anos de Leandro Gomes de Barros.

LÍGIA REGINA CALADO DE MEDEIROS

Doutora em Letras pela UFRJ (2010), tendo por concentração a Literatura Brasileira. Concluiu o Mestrado (2000) e a Graduação (1995), também na área, pela UFPB. É Professora Associada da UFCG-CFP - *Campus* de Cajazeiras-PB. Tem experiência de estudos críticos, com ênfase em Literaturas de Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: Mulher na Literatura Brasileira, Representação do Feminino na Literatura e Relações de Gênero no Discurso Literário. Atualmente é membro do Conselho Editorial da Revista *Linguagens & Letramentos* (PROFLETRAS) e Coordenadora do GAEL - Grupo Avançado de Estudos em Literatura, no qual vem desenvolvendo projetos de extensão e pesquisa com autores como Rachel de Queiroz, Clarice Lispector, João Guimarães Rosa e Jorge Amado. Integrou o grupo de autores que compuseram o dossiê Rachel de Queiroz (Revista *Diadorim*, 2011). É autora e organizadora do livro *Há baile no sertão: Guimarães Rosa em obras revisitadas* (Editora Ideia, 2017); autora do livro *Ave Diadorim - Imagética da mulher em Grande sertão: veredas* (Editora Appris, 2018). Também é uma das autoras e dos organizadores do livro *O entre-lugar na narrativa: teorias e estudos interculturais* (EDUFCG, 2016). Autora, ainda, do livro *O discurso de invenção da mulher em Luzia-Homem: aquela que a Teresa deu a mão* (EDUFCG), em formato eletrônico (2019) e em versão impressa (2020).

MARIA APARECIDA CALADO DE OLIVEIRA DANTAS

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Língua, Linguística e Literatura pelas Faculdades Integradas de Patos- PB e Mestrado Profissional em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). É professora da Educação Básica na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e na Secretaria de Educação do município de Pombal. Participa de dois grupos de pesquisa cadastrados no CNPq: LITERGE (Linguagem, interação e Gêneros Textuais/Discursivos), liderado pela Dra. Simone Dália de Gusmão Aranha (UEPB) e Dra. Maria de Lourdes da Silva Leandro (UEPB) e TEOSSENO((Teorias do sentido: discursos e significações), liderado pelo Dr. Linduarte Pereira Rodrigues (UEPB).

OSMAR LUIZ DA SILVA FILHO

Possui Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (1986); Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1993) e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1999). Atualmente é professor Associado IV da Universidade Federal de Campina Grande e professor do Curso de História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS), Campus de Cajazeiras. Foi Coordenador do Curso de História nos anos de 1992-1993. Foi Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Mestrado em História da UFCG (Campus de Campina Grande, anos de 2009 e 2010). Foi Vice-diretor do Centro de Formação de Cajazeiras (janeiro de 2010 - fevereiro de 2014). Esteve como Coordenador do Projeto de Monitoria da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Campus de Cajazeiras durante os anos de 2016 a 2017. Foi Coordenador de Pesquisa e Extensão da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais durante os anos de 2019 a 2020. Já desenvolveu projetos de pesquisa PIBIC e Projeto de Pesquisa pela FAPESQ-PB. Atualmente ministra as disciplinas História do Brasil I, História do Brasil II, Paleografia e Cultura Brasileira.

RODRIGO CEBALLOS

Professor Associado da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores (Campus de Cajazeiras, PB), no Curso de Licenciatura em História. Professor credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em História (UFCG), Campus de Campina Grande (PB). Atuou como docente temporário na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB),

Campus de Guarabira) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB, Campus de João Pessoa). Mestre em História (2003) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Doutor em História (2008) pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio doutoral (PDEE/CAPES) na Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas Espaço e Tempo no Sertão Nordestino (UFCG) e o Grupo de Pesquisa Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade e cultura (UFRRJ). Desenvolve pesquisa sobre a organização social lusitana nos sertões das capitanias do Norte (século XVIII), sua organização política-administrativa e a cultura material. Também realiza pesquisa sobre as redes sociais no Atlântico Sul no período da União Ibérica e as estratégias mercantis e administrativas capazes de remodelar o controle político nos portos. Tem experiência de ensino na área de História da América colonial e História do Brasil colonial.

O livro *Para além dos centenários: história, memória e representações culturais em Pombal (PB)* merece figurar como uma contribuição à historiografia nacional justamente por superar as limitações de uma produção local de memórias e narrativas históricas, por partilhar com essa historiografia do mesmo aparato crítico e dos mesmos métodos de análise, de produção do objeto e de escrita da história. Destaque-se a variedade temática, de recortes temporais e de abordagens que o livro enfeixa em suas páginas, permitindo ter uma visão panorâmica da diversidade de fontes disponíveis para a pesquisa, inclusive da possibilidade de novas questões e de novos eventos a serem estudados. Ela se tornará, com certeza, obra de referência para aqueles que queiram fazer a história, não só do município de Pombal, das ribeiras do Piancó e do Piranhas, dos sertões da Paraíba e do Nordeste, mas a história do país olhada a partir dos espaços que são considerados, hoje, periféricos, mas que já tiveram uma enorme centralidade na própria implantação da conquista e estrutura colonial entre nós.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

